

ELISA DASSOLER



**KEN  
SARO-WIWA**

ARTE E ATIVISMO NA LUTA  
POR JUSTIÇA AMBIENTAL

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA | UDESC

Dilmar Baretta

**Reitor**

Luiz Antonio Ferreira Coelho

**Vice-Reitor**

Marilha dos Santos

**Pró-Reitor de Administração**

Márcio Metzener

**Pró-Reitor de Planejamento**

Nerio Amboni

**Pró-Reitor de Ensino**

Mayco Moraes Nunes

**Pró-Reitor de Extensão, Cultura  
e Comunidade**

Leticia Sequinato

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-  
Graduação**

EDITORA UDESC

Marcia Silveira Kroeff

**Coordenadora**

CONSELHO EDITORIAL

Marcia Silveira Kroeff | Presidente

Alexandre M. de Paula Dias | CESFI

Fernanda Simões Vieira Guimarães

Torres | CEFID

Giovanni Lemos de Mello | CERES

Janine Kniess | CCT

Monique Vandresen | CEART

Nilson Ribeiro Modro | CEPLAN

Rafael Tezza | ESAG

Renan Thiago Campestrini | CEAVI

Rosana Amora Ascari | CEO

Roselaine Ripa | CEAD

Silvia Maria Fávero Arend | FAED

Veraldo Liesenberg | CAV

**Produção Editorial**

Editora Udesc

**Diagramação**

Chris Dalla Costa

**Ilustrações**

Thaís Nozaki

EDITORA UDESC

Fone: (48) 3664-8100

E-mail: [editora@udesc.br](mailto:editora@udesc.br)

<http://www.udesc.br/editorauniversitaria>

ELISA DASSOLER

# KEN SARO-WIWA

ARTE E ATIVISMO NA LUTA  
POR JUSTIÇA AMBIENTAL

D231k Dassoler, Elisa  
Ken Saro-Wiwa: arte e ativismo na luta por justiça ambiental/ Elisa  
Dassoler. – Florianópolis: UDESC, 2020.  
224 p. : il.

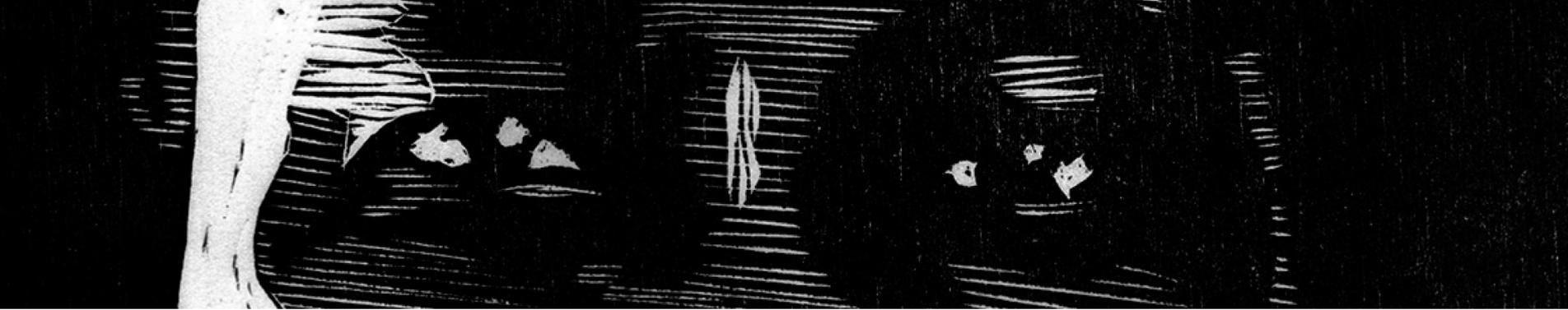
Inclui referências.  
ISBN: 978-65-990474-8-0

1. Biografia - Artistas. 2. Racismo. 3. Nativos. 4. Proteção Ambiental.  
I. Título.

CDD: 709.2 - 20. ed.

 EDITORA  
UDESC

# SARO-WIWA



## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições colaboraram para que este trabalho se concretizasse. Agradeço o apoio da minha família, em especial aos meus pais, Emir e Ester Dassoler, e ao meu companheiro, Tiê Alves, pelo carinho e incentivo.

À CAPES, pela concessão de bolsas de pesquisa no Brasil e no exterior, e ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UDESC, por ter acolhido meu projeto com entusiasmo e ter me proporcionado muitos ensinamentos ao longo do curso. Em especial, quero agradecer à minha orientadora, professora Célia Antonacci, que com muito afeto e conhecimento compartilhou comigo as dores e as delícias da vida acadêmica. Também aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Poéticas do Urbano pela leveza dos momentos juntos.

Ao professor David Cross, pela cuidadosa supervisão do meu estágio na University of the Arts London, e aos meus colegas dessa instituição pelas riquíssimas trocas interculturais.

Três amigas somaram neste livro. Agradeço à Thaís Nozaki, pela criação desta maravilhosa xilogravura; à Manoela dos Anjos Afonso Rodrigues, pela escrita emocionante e afetuosa do prefácio; e à Mariana Rubiano, pelo diálogo e profundidade nas reflexões tecidas no pós-fácio.

Agradeço também ao dedicado trabalho da Editora da UDESC, em especial à Chris Dalla Costa e Marcia Silveira Kroeff.

Mergulhar na história de Ken Saro-Wiwa por meio da narrativa daqueles que lutam para que sua história não seja esquecida foi um presente que a vida me deu. Agradeço aos integrantes do coletivo Platform, por compartilharem comigo os desafios de seus projetos artísticos; à artista nigeriana Sokari Douglas Camp, autora do memorial The Battle Bus, pelo carinho e apoio na divulgação do meu filme; e ao estimado povo ogoni, em especial a Lazarus Tamana, do MOSOP, e à família de Ken Saro-Wiwa, pela gentil recepção do meu trabalho.

Dedico este livro à memória dos Nove Ogonis e ao filho mais velho de Ken Saro-Wiwa, Ken Wiwa. Estrelas brilham no céu de Ogoni.

AS LUTAS DE KEN SARO-WIWA EM DEFESA DE SEU POVO OGONI SÃO UM FAROL PARA AS PESSOAS EM TODO O MUNDO. A DETERMINAÇÃO EM MANTER VIVA A SUA MEMÓRIA CONSTITUI UMA LUTA PARA IMAGINAR E CRIAR UM FUTURO SEM OS ESTRAGOS DO RACISMO, DO GENOCÍDIO E DO DESRESPEITO ABSOLUTO PELO MEIO AMBIENTE. DEVEMOS PENSAR NO PAPEL DA ARTE NA CRIAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA – COMO OS ARTISTAS PODEM ENRIQUECER A NOSSA COMPREENSÃO DO PASSADO E DO PRESENTE E EMPURRAR-NOS PARA UM FUTURO MELHOR. OS ARTISTAS PODEM NOS ENCORAJAR A SONHAR DE UMA MANEIRA RADICALMENTE DIFERENTE.

Trecho do discurso da filósofa e ativista Angela Davis na inauguração do Memorial *The Battle Bus*, de Sokari Douglas Camp, para o projeto *Remember Saro-Wiwa*, do coletivo de arte Platform. Londres, 10 de novembro de 2006.

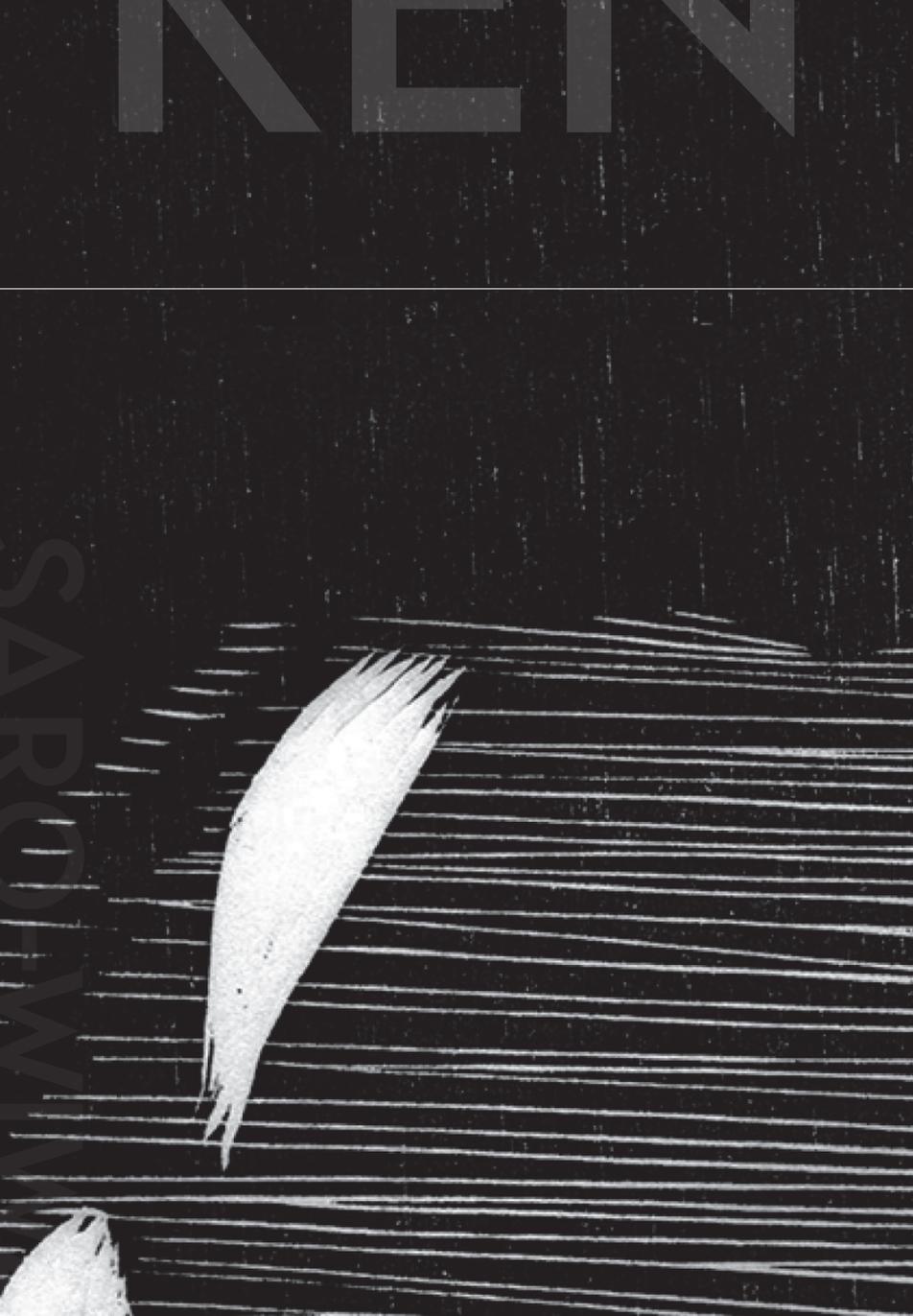
SARO-WIWA

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
por Manoela dos Anjos Afonso Rodrigues .....	13
APRESENTAÇÃO .....	19
1. INTRODUÇÃO: KEN SARO-WIWA, UM ARTISTA ATIVISTA.....	27
2. CONHECENDO O DELTA DO NÍGER.....	38
3. HOLOCAUSTO NEGRO.....	43
4. ÓLEO DE PALMA.....	47
5. ÓLEO DE PEDRA .....	52
6. A SAGA DAS EMPRESAS PETROLÍFERAS .....	58
7. OGONI: TERRA E POVO .....	64
8. INDEPENDÊNCIA, COLONIALISMO INTERNO E GUERRA CIVIL .....	76
9. SOZABOY .....	87
10. A GUERRA ECOLÓGICA EM OGONI.....	97

11. ARTE E ATIVISMO .....	109
12. O MOSOP .....	117
13. OGONI DAY: A CELEBRAÇÃO DA RESISTÊNCIA .....	124
14. O CONLUIO .....	129
15. O BOICOTE ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.....	135
16. UM MÊS E UM DIA .....	140
17. O GOLPE DE SANI ABACHA .....	147
18. KEN SARO-WIWA VIVE!.....	154
REFERÊNCIAS .....	165
POSFÁCIO por Mariana de Mattos Rubiano .....	177
GALERIA.....	199
CRONOLOGIA.....	213
SOBRE A AUTORA .....	223





## PREFÁCIO

**E**m julho de 2015, recebi o primeiro e-mail de Elisa. Ela me perguntava sobre detalhes da vida em Londres, pois deixaria o Brasil em breve para desenvolver parte de sua pesquisa de doutorado com o coletivo de arte Platform. O foco da investigação era o ativismo ambiental do artista Ken Saro-Wiwa, assassinado pela ditadura militar da Nigéria em 1995. O que nos ligava naquele momento era o vínculo institucional com a University of the Arts London e com o nosso orientador, David Cross, artista comprometido com a justiça ambiental e, mais recentemente, com os processos de transição da sociedade contemporânea para uma sociedade pós-carbono. David, um inglês apreciador de Paulo Freire, costuma dizer — animadamente — aos seus orientandos: *Keep up the good work and be inspired!* Hoje, cinco anos depois da primeira troca de mensagens com Elisa,

constato que ela, agora uma amiga, não apenas produziu uma pesquisa de excelência que contribui para os debates contemporâneos sobre meio ambiente em diversas áreas (artes, geografia, educação, cinema, direito, relações internacionais, entre outras) como também nos inspira por meio dos desdobramentos textuais e audiovisuais de sua investigação.

Este livro é um dos resultados da sua dedicação não só à pesquisa acadêmica, mas também ao ativismo ambiental e aos processos de criação que, inclusive, deram origem ao documentário *Ken Saro-Wiwa, presente!*, de sua autoria. Tive a oportunidade de assistir ao filme e de ouvir a autora/diretora durante a brilhante conferência que proferiu no 28º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (Anpap), realizado em setembro de 2019, na cidade de Goiás/GO. Naquela ocasião, percebi algo muito especial que perpassa o trabalho de Elisa como um todo: sua generosidade acadêmica. Assim como naquela fala em público, neste livro também sinalizo essa mesma característica, uma vez que a autora transforma um conteúdo extremamente complexo — sobretudo no que diz respeito ao extenso recorte temporal e às relações

geopolíticas em jogo — numa narrativa direta e envolvente que nos move, informa, emociona e convoca à ação. Percebe-se, então, que a sinergia entre teoria e prática se dá à medida que a teoria é tomada como prática social que liberta e empodera, individual e coletivamente, como nos ensina bell hooks em seu livro *Ensinando a transgredir*.

Prática da liberdade é também como Ken Saro-Wiwa assumiu o fazer artístico e engajamento político ao longo da sua vida, exercendo uma práxis profundamente situada e comprometida com o seu lugar de origem: Ogoni. Esse é também o nome do seu povo, que ali habita e não separa terra e corpo, território e espírito. No entanto, as grandes corporações que atuam em nível global a serviço do capital desprezam relações sagradas e, como os fatos tristemente revelam nesta publicação, corporações predatórias não estão minimamente interessadas em preservar o equilíbrio de seja lá o que for. As únicas relações que lhes interessam são aquelas movidas por articulações entre dinheiro e poder. Por isso, a cada página deste livro a leitora e o leitor ouvirão este grito: “Eu acuso as companhias petrolíferas de genocídio contra os ogonis”.

O que aprendemos aqui é que a história única é letal, como já nos alertou a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. A narrativa hegemônica autoriza ações devastadoras de Estados opressores e corporações neocoloniais que atuam juntas, saqueando recursos e aniquilando a memória de povos minoritários. A história única negligencia a diversidade, reforça estereótipos, alimenta o colonialismo interno e silencia os vilipendiados, roubando-lhes a dignidade, a terra, o espírito. Nesse sentido, Ken Saro-Wiwa compreendeu rapidamente que sua prática artística deveria ser um meio de enunciação, circulação e visibilidade para as narrativas de luta do povo ogoni. No documentário *Ken Saro-Wiwa, presente!* ele nos emociona ao falar da sua visão sobre arte: “O que interessa para mim é que minha arte seja capaz de mudar a vida de um grande número de pessoas, de uma comunidade inteira, de um país inteiro. Então, para que a minha literatura seja totalmente diferente, as histórias que eu conto devem ter um tipo de proposta diferente do artista do mundo ocidental. E isso não é uma viagem egocêntrica, isso é sério, é política, é economia, é tudo isso junto. E a arte, nesse sentido, se torna absolutamente significativa, tanto para o artista

quanto para os consumidores dessa arte”.

Elisa Dassoler, exercendo sua generosidade, nos oferece este livro como um dispositivo acionador de presença. A cada linha, Ken Saro-Wiwa se faz mais e mais presente e nos lança o grande desafio de imaginarmos — agora, pois que é urgente — ações concretas que abrirão caminhos para um futuro mais justo, a favor da vida e da pluriversalidade.

*Manoela dos Anjos Afonso Rodrigues\**  
Goiânia, fevereiro de 2020.

---

\* PhD em Artes pela University of the Arts London e professora adjunta da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, atuando como docente em cursos de graduação e pós-graduação. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Núcleo de Práticas Artísticas Autobiográficas e coordenadora do Grupo de Estudos de Metodologias, Métodos e Abordagens da Pesquisa em Artes.



## APRESENTAÇÃO

*Para grande parte de nossa humanidade, a história moderna foi um processo de acostumar-se à morte do Outro — morte lenta, morte por asfixia, morte súbita, perda radical. Esse acostumar-se à morte do Outro, daqueles ou daquelas com quem não acreditamos compartilhar nada, essas múltiplas formas de esgotamento das fontes de vida em nome da diferença racial e do lucro, tudo isso deixou traços tanto no imaginário quanto na cultura, para não mencionar nas relações sociais e econômicas. Enquanto não forem curadas ou fechadas, essas lesões e incisões impedirão que se faça a comunidade. Na verdade, a invenção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade.*

**Achille Mbembe**  
*Existe um único mundo apenas*

Ainda que Ken Saro-Wiwa tenha recebido em vida diversos prêmios pela relevância de seus trabalhos artísticos, tornando-se em seu país de origem um escritor, jornalista e produtor de televisão notável, foi como defensor dos direitos humanos, linguísticos e ambientais que ele ficou internacionalmente conhecido. Seu nome foi amplamente divulgado em meados da década de 1990, quando foi injustamente condenado à pena de morte por um tribunal militar, causando assim grande comoção não somente na Nigéria, mas em diversas partes do mundo.

Este livro, baseado na minha tese de doutorado em Artes Visuais, foi o modo que encontrei de resgatar a história desse grande autor, assim como da incansável luta do povo ogoni por justiça social e ambiental, de forma mais fluida e sintética. Aqui contarei um pouco sobre sua infância na Nigéria, sua trajetória política durante a guerra civil e nos movimentos sociais, suas contribuições no campo das artes — especialmente na literatura e na televisão — e também sobre o processo de colonização e exploração de petróleo na região do Delta do Níger, enfatizando os diversos crimes ambientais e sociais ali cometidos. Como mensagem, o livro explica de que forma o

racismo ambiental praticado por corporações petrolíferas multinacionais, em aliança com governos negligentes e autoritários, torna-se genocida, visto que não mede esforços para a eliminação do “outro”.

Destaco ainda que a escrita deste livro se dá três anos após a minha defesa de doutorado e do lançamento do documentário longa-metragem *Ken Saro-Wiwa, presente!*. De 2017 pra cá, tive a oportunidade de apresentar o filme em diversas situações, como em festivais e mostras de cinema no Brasil e no exterior, seminários, eventos acadêmicos, escolas, cineclubes e centros culturais. Na maior parte desses eventos, estive presente para contar sobre o meu processo de criação e para debater com o público as questões problematizadas na obra. Perceber o interesse das pessoas em conhecer mais sobre a história de Ken Saro-Wiwa, sobre os racismos praticados contra minorias étnicas e sobre a guerra ecológica em curso na região do Delta do Níger tem sido muito gratificante para mim. Foi esse movimento de interesse do público que me impulsionou a organizar este livro e seguir com o propósito de divulgar ainda mais essa história.

Não há dúvida de que estamos vivendo um momento importante de debate, em

escala global, sobre questões ambientais, especialmente no que se refere a mudanças climáticas e crimes ambientais praticados por grandes corporações capitalistas. Esse debate, todavia, vem se apresentando de forma bastante fragmentária. Por um lado, temos visto crescer um movimento perverso de negacionismo, no qual se difundem ideias anticientíficas que visam confundir e ridicularizar o esforço de diversas pessoas e instituições ao redor do mundo que pesquisam o clima com rigor e nos alertam sobre os impactos sociais e ambientais gerados pela destruição das florestas e pela matriz energética fossilista. Por outro, um movimento também ascendente pulsa chamando a atenção para o fracasso das políticas ambientais no mundo e para a urgência de se colocar em prática uma transição energética e outros padrões de consumo.

O que aprendi com a minha pesquisa, e busco destacar aqui, é que o debate ambiental precisa ser feito a partir de uma perspectiva descolonizadora. Assim, do ponto de vista cultural e epistêmico, precisamos aprender cada vez mais com as experiências e os conhecimentos vindos dos povos originários — esses que há séculos resistem aos processos de mercantilização da vida e se empenham

em viver de forma harmônica com a natureza, respeitando-a e valorizando-a, numa relação oposta àquela praticada pela modernidade ocidental — que preza pelo controle e subjugação desta. Em termos políticos, o debate ambiental precisa necessariamente entender as feridas abertas pelo colonialismo, pelo racismo e pelo patriarcado. Ou seja, deve partir do reconhecimento das desigualdades históricas, regionais, sociais, de gênero e raça para que, por meio de democracias participativas e libertárias, possamos avançar para a construção de políticas ecologicamente mais justas.

Nesse sentido, conhecer a história de defensores humanos e ambientais, especialmente no Sul global<sup>1</sup>, parece-me um passo importante

---

<sup>1</sup> O Sul global não faz necessariamente referência ao hemisfério Sul da nossa cartografia dominante, ainda que grande parte dos sujeitos e países que compõem essa entidade geopolítica estejam situados na porção austral do mapa-múndi. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2010), o Sul global faz referência ao espaço social do “outro”, criado pela sociedade colonial eurocêntrica. Assim, ele pode ser compreendido como o espaço político, social, cultural e econômico que a modernidade inventou para abrigar as suas principais criações: “o oriente” como lugar privilegiado da alteridade, “o selvagem” como lugar da inferioridade e “a natureza” como lugar da exterioridade (Ibid., p. 190). Dito isso, explica-se por que a Nigéria, situada cartograficamente no hemisfério Norte, pode ser entendida, por sua história colonial e neocolonial, como pertencente ao espaço geopolítico do Sul global.

para compreendermos melhor não somente a complexa geopolítica de exploração do trabalho e dos recursos naturais nos dias de hoje, mas também as diferentes formas de ativismo que trabalham para que o mundo seja mais plural e justo com aqueles cujos direitos foram violados. Ken Saro-Wiwa, presente!

Desejo a todos uma ótima leitura!

Elisa Dassoler  
São Paulo, fevereiro de 2020.



# 1. INTRODUÇÃO

## KEN SARO-WIWA, UM ARTISTA ATIVISTA

Nascido em 10 de outubro de 1941 em Bori, capital de Ogoni, na Nigéria, Ken Saro-Wiwa teve sua infância marcada pelo encontro da cultura tradicional ogoni com o colonialismo britânico. Considerado um menino prodígio, aos 13 anos de idade ele conquistou uma bolsa de estudos no colégio governamental de Umuahia, situado na região leste do país, em terras de predomínio da etnia igbo<sup>2</sup>.

Considerada a melhor escola de ensino médio do país, Umuahia seguia o currículo das escolas públicas britânicas e tinha grande parte

<sup>2</sup> A questão étnica na Nigéria é um assunto complexo. O país reúne em seu território, demarcado pelo regime colonial britânico em 1914, mais de 500 grupos étnicos. Considerando que cada grupo carrega singularidades políticas, econômicas e culturais, a Nigéria se configura como um grande mosaico cultural no qual se engendra uma complexa e calorosa disputa pelo poder político e econômico. Desde a independência, em 1960, a cena política tem se mostrado extremamente agressiva, com sucessivos golpes militares e curtos períodos de governo civil. Em geral, pode-se dizer que o poder político no país se concentra nas mãos das elites dos três maiores grupos étnicos: os hauçás-fulanis, que dominam a região norte, os iorubas, que dominam a região oeste, e os igbos, que dominam a região leste, onde está situado o Delta do Níger. (BOELE, 1995; WIWA, 2000; ROWELL et al., 2005; OSHA, 2007).

do seu corpo docente formado por professores vindos do Reino Unido. Educado num ambiente de grande disciplina e valorização das artes e dos esportes, Ken Saro-Wiwa aprendeu críquete, tênis de mesa, latim, francês, filosofia, história e geografia da Europa, e, sobretudo, se apaixonou pela língua inglesa. Como relata seu filho mais velho, o também escritor e jornalista Ken Wiwa (2000, p. 33), em *Umuhia Ken Saro-Wiwa* “flertava com os clássicos russos e franceses, mas a sua paixão era a literatura inglesa. Ele devorava Dickens, Matthew Arnold e Shakespeare”.

Chinua Achebe (2012), um dos mais importantes romancistas nigerianos, também comenta, em seu livro *A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico*, sobre o ensino oferecido em Umuhia:

Talvez seja mera coincidência, mas os ex-alunos do Umuhia Government College tiveram papel destacado no desenvolvimento da moderna literatura africana. O fato de que tantos colegas meus — Christopher Okigbo, Gabriel Okara, Elechi Amadi, Chukwuemeaka Ike, I. N. C. Aniebo, Ken Saro-Wiwa e outros — frequentaram a mesma escola deve chamar a atenção de qualquer um que tenha familiaridade com essa literatura. O que nós líamos na biblioteca da escola de Umuhia eram os mesmos livros que os garotos ingleses liam na Inglaterra — *A ilha do tesouro*, *Os tempos de escola de Tom Brown*, *O prisioneiro de*

*Zenda*, *David Copperfield*. Eles não falavam sobre nós ou sobre pessoas como nós, mas eram histórias emocionantes. Mesmo histórias como as de John Buchan, em que homens brancos lutavam heroicamente e derrotavam os repulsivos habitantes nativos, não nos perturbavam no início. Mas tudo isso acabava sendo uma excelente preparação para o dia em que teríamos idade para ler nas entrelinhas e fazer indagações. (ACHEBE, 2012, p. 29-30)

Em 1961, Ken Saro-Wiwa concluiu seus estudos em Umuhia e ingressou na mais antiga e conceituada universidade nigeriana, a University of Ibadan, localizada na região oeste do país, em terras de domínio da cultura iorubá. Em Ibadan, formou-se bacharel em Inglês e se envolveu com grupos de teatro<sup>3</sup> e intelectuais interessados nos rumos da Nigéria nessa nova fase, agora em tempos pós-coloniais<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Ken Saro-Wiwa foi, inclusive, presidente da University of Ibadan Dramatic Society [Sociedade Teatral da Universidade de Ibadan].

<sup>4</sup> Como explica o crítico literário jamaicano Stuart Hall (2009), o pós-colonial: “[...] não sinaliza uma simples sucessão cronológica do tipo antes/depois. O movimento que vai da colonização aos tempos pós-coloniais não implica que os problemas do colonialismo foram resolvidos ou sucedidos por uma época livre de conflitos. Ao contrário, o ‘pós-colonial’ marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra. Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do ‘alto’ período colonial, persistem no pós-colonial. Contudo, essas relações estão resumidas em uma nova configuração. No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre sociedades colonizadoras e colonizadas. Atualmente, essas relações são des-

Ken Saro-Wiwa costumava relatar em seus textos que, tanto no colégio em Umuahia, onde ele era o único estudante ogoni, quanto na universidade, onde havia apenas mais um ogoni, ele se sentiu diversas vezes discriminado por pertencer a uma minoria étnica. Ao longo de sua trajetória profissional não foi diferente. “Eu nunca esqueci os insultos, embora os tenha perdoado” (SARO-WIWA, 1995, p. 22), disse o artista, que encarava o sofrimento da marginalização étnica como força propulsora para seus projetos de arte e política de reconhecimento das diferenças e de justiça para as minorias étnicas de seu país.

Em 1965, aos 24 anos, Ken Saro-Wiwa terminou sua graduação em Ibadan e começou a lecionar inglês nas cidades de Umuahia e Port Harcourt. Em 1967, iniciou o curso de pós-graduação em Teatro na University of Nigeria, em Nsukka, na região do Delta do Níger, onde havia começado a trabalhar como professor assistente de Literatura Africana. Porém, nesse mesmo ano eclodiu a Guerra de Biafra, um sangrento conflito civil, e Ken Saro-Wiwa foi obrigado a redirecionar seus planos.

Durante a guerra, que transcorreu entre 1967 e 1970, ele trabalhou no governo federal na tentativa de reconstruir as cidades destruídas nos conflitos. Primeiramente trabalhou no setor de habitação e depois foi convidado a ocupar o cargo de Secretário da Educação de

---

locadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, como contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade colonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo.” (HALL, 2009, p. 54, grifos do autor).

Rivers State, um dos nove estados que compõem a região do Delta do Níger. Com sua participação no governo, que perdurou até 1973, Ken Saro-Wiwa procurou mediar os interesses dos ogonis e de outras minorias com os demais grupos étnicos do país. Entretanto, em virtude de sua militância por tratamento justo e igualitário para todas as etnias dentro da nação, ele passou a ser visto “como um desafio para a autoridade daqueles que exerciam o poder” e logo foi exonerado do serviço público. (SARO-WIWA, 1995, p. 23).

Em 1973, com 32 anos de idade e já pai de dois filhos, Saro-Wiwa decidiu abrir na cidade de Port Harcourt, capital de Rivers State, uma empresa de comércio de produtos alimentícios e retomou, em paralelo, suas atividades literárias. Seus dois primeiros livros foram publicados nesse período. No final da década de 1970, Ken Saro-Wiwa já era reconhecido em seu país pela qualidade de suas produções literárias: livros infantis e juvenis, romances, poesia, peças para rádio e colunas em jornais locais.

No intuito de publicar a baixo custo seus livros e os de outros autores nigerianos e africanos considerados marginais, em 1985, aos 44 anos, Ken Saro-Wiwa transformou sua empresa, a Saros International, em uma editora popular. Nesse mesmo ano, estreou na televisão nigeriana a *sitcom*<sup>5</sup> *Basi and*

---

<sup>5</sup> *Sitcom* é a abreviatura da expressão inglesa *situation comedy* [comédia de costumes] e diz respeito ao formato de séries televisivas de gênero humorístico. Criadas no Reino Unido

*Company*, comédia popular criada e produzida por ele que alcançou grande sucesso de público, com média de 30 milhões de espectadores semanais<sup>6</sup>.

Com mais de 20 livros publicados em diversos gêneros literários, Ken Saro-Wiwa dedicou os últimos anos de sua vida à organização de um movimento social de base que teve por mérito denunciar internacionalmente a guerra ecológica praticada por grandes corporações multinacionais de petróleo em conluio com o governo nigeriano contra minorias étnicas no Delta do Níger. Intitulado MOSOP, Movement for the Survival of the Ogoni People [Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni], o movimento foi criado como um fórum de democracia participativa em Ogoni onde todos os ogonis (homens, mulheres, crianças e idosos) pudessem se reunir e traçar planos comuns.

Com o propósito de aglutinar seu povo em uma mesma frente de luta, o MOSOP reunia membros de organizações sociais locais — como associações

---

nos anos 1940, influenciadas pela era de ouro das rádios, as comédias de costumes logo ganharam o mundo e se consolidaram como um formato bastante popular e de boa receptividade pelo público, já que seus personagens se caracterizam por pessoas comuns em ambientes cotidianos, como espaços familiares, escolares e de trabalho.

<sup>6</sup> *Basi and Company* foi ao ar de 1985 a 1990 na rede de televisão estatal nigeriana. Ao todo foram exibidos 150 episódios, todos produzidos por Ken Saro-Wiwa. Além de criador, ele também se dedicou à escrita da maioria dos roteiros e fez pequenas participações como ator. É possível assistir a três episódios de *Basi and Company* em um canal homônimo no YouTube.

de mulheres, jovens, estudantes, chefes tradicionais, religiosos, professores e profissionais — com pessoas que não estavam vinculadas a nenhuma entidade, mas tinham espírito associativo e de resistência às práticas neocoloniais em curso, desejando o fim da exploração abusiva de petróleo em Ogoni.

O MOSOP foi oficialmente lançado em agosto de 1990, com a publicação do seu documento histórico, a Carta de Direitos do Povo Ogoni<sup>7</sup>. O movimento formou-se sob os princípios ativistas de ação direta e não violência, traduzidos das experiências de luta anticolonial e de direitos civis dos mestres do pacifismo e da desobediência civil Mahatma Gandhi e Martin Luther King. Em linhas gerais, o MOSOP se apresenta como um movimento indígena de resistência às práticas de colonialismo energético operacionalizado por grandes corporações multinacionais do petróleo em conluio com as elites governantes do país. Sua luta, que persiste até os dias atuais, é por justiça social e ambiental através do direito de autodeterminação e de reparação aos danos que lhes foram causados por décadas de exploração irresponsável de petróleo em seu território.

Depois de passar mais de 30 anos escrevendo sobre a destruição dos modos de vida do povo ogoni e da negligência histórica cometida pelas elites

---

<sup>7</sup> Carta de Direitos do Povo Ogoni foi traduzida por mim e Monalisa Cerrutti e encontra-se disponível nos anexos da minha tese de doutorado (DASSOLER, 2017), que pode ser baixada gratuitamente no site da Biblioteca da UDESC.

governamentais nigerianas contra as diversas minorias de seu país, Ken Saro-Wiwa decidiu, com o MOSOP, dedicar-se exclusivamente à militância política. Oferecendo ao movimento tanto suas habilidades artísticas quanto seus recursos financeiros, Ken Saro-Wiwa desejava contribuir de forma significativa com o ativismo político ogoni. Mesmo ciente dos riscos que corria, não se intimidou e trabalhou arduamente para acusar publicamente as companhias multinacionais de petróleo — especialmente a Shell — e o governo nigeriano das práticas de racismo ambiental e genocídio de minorias sociais.

Sem nenhum posicionamento do governo nigeriano acerca das reivindicações anunciadas na Carta de Direitos do Povo Ogoni, o MOSOP decidiu, no final de 1992, após uma extensa consulta popular, entregar um aviso prévio de 30 dias para as partes interessadas na exploração de petróleo em Ogoni. O aviso era claro e conciso: o reembolso do governo de parte dos *royalties* do petróleo extraído em Ogoni e o pagamento de indenizações por cada pedaço de terra destruído pela poluição ou então o fim da exploração de petróleo em Ogoni. Tanto as empresas quanto o governo ignoraram o aviso prévio do MOSOP. Em reação ao descaso com as demandas do povo ogoni, o movimento organizou, em 4 de janeiro de 1993, uma manifestação que entraria para a história mundial como a maior demonstração pública de repúdio à exploração de petróleo. No mesmo dia em que a Organização das Nações Unidas (ONU)

declarava o início do Ano Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, trezentos mil ogonis protestaram pacificamente “contra a guerra ecológica da Shell e a negativa do governo nigeriano a todos os direitos dos ogonis”. (SARO-WIWA, 1995, p. 2).

Depois dessa marcha histórica, na qual a multinacional anglo-holandesa Shell foi declarada *persona non grata*, o MOSOP passou a ser motivo de preocupações dos setores econômicos e políticos envolvidos na exploração de petróleo no Delta. Logo que a Shell declarou à imprensa que estava se sentindo acuada diante da pressão popular e sem possibilidades de trabalhar em Ogoni, Ken Saro-Wiwa, identificado como figura-chave e porta-voz do movimento, foi preso várias vezes e passou a ser constantemente vigiado, chantageado e intimidado. Com um vigor admirável, o artista resistia. Seus últimos escritos, redigidos em grande parte em situação de encarceramento, são a prova cabal de sua força e lucidez contra a exploração desmedida da natureza sob a perspectiva do lucro a qualquer custo.

Em 22 maio de 1994, atendendo às ordens do general Sani Abacha — tirano que governou a Nigéria entre 1993 e 1998 —, centenas de ativistas do MOSOP, incluindo Ken Saro-Wiwa, foram presos numa operação especial da Força Tarefa de Segurança do exército nigeriano. Após 18 meses de prisão, nos quais passaram por diversas privações e torturas, Ken Saro-Wiwa e mais oito ativistas presos naquela ocasião foram levados a

juízo por um Tribunal Especial Militar. A ausência de provas contra os réus e os falsos testemunhos faziam do julgamento, transmitido em partes pela rede de televisão estatal, visivelmente uma farsa. Duas testemunhas que depuseram contra os ativistas no início do julgamento se arrependeram e pediram o cancelamento de seus depoimentos, alegando que teriam sido coagidas e subornadas para depor contra os ativistas. (IKARI, 2006; WIWA, 2005; OSHA, 2007).

Essa situação alarmante de abuso de poder e iniquidade chocava o público nigeriano e internacional. A opinião pública correu para tentar salvar a vida dos nove inocentes, que passaram a ser internacionalmente conhecidos nesse período como os Nove Ogonis. Pedidos vinham de várias partes do mundo, como da International PEN<sup>8</sup>, do recém-eleito presidente da África do Sul Nelson Mandela, e de diversos chefes de Estado, diplomatas e membros de organizações supranacionais, como a ONU e a Comunidade das Nações. Todos os pedidos de cancelamento do julgamento foram em vão. Nada pôde frear a decisão de Sani Abacha.

No dia 10 de novembro de 1995, uma sexta-feira, por volta das onze horas da manhã, nos fundos

---

<sup>8</sup> Associação de autores criada em solidariedade a escritores perseguidos, ameaçados ou forçados ao exílio. Na época da condenação de Ken Saro-Wiwa, participavam da associação e assinaram o pedido de suspensão do julgamento, entre outros, Jorge Amado, Edward Said, Wole Soyinka, José Saramago, Jaques Derrida, Pierre Bourdieu e Salman Rushdie.

da prisão de Port Harcourt, Ken Saro-Wiwa foi levado à execução sumária por enforcamento ao lado dos oito ativistas do MOSOP: Baribor Bera, Barinem Kiobel, Daniel Gbooko, Felix Nuate, John Kpuinebb, Nordu Eawo, Paul Levera e Saturday Dobe. A perversidade de Sani Abacha era tamanha que ele ordenou que filmassem a morte do escritor para que depois pudesse assisti-la. Antes de morrer, Ken Saro-Wiwa disse: “Deus, leve minha alma, mas permita que a luta continue”. (IKARI, 2006, p. 146).

Indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1995, Ken Saro-Wiwa recebeu, nesse mesmo ano, o Prêmio Goldman de Meio Ambiente e foi declarado prisioneiro de consciência pela Anistia Internacional. Outros prêmios felizmente vieram em vida, como o Prêmio Nobel Alternativo, no ano de 1994. Rememorado como mártir, herói e símbolo do movimento de resistência pacífica no Delta no Níger, sua história de ativismo contra o genocídio e a guerra ecológica em Ogoni permanece viva para milhares de pessoas — não somente na Nigéria e na África, mas em diversas partes do mundo. A seguir, vamos conhecer com mais detalhes o contexto das lutas sociais na região do Delta do Níger e a trajetória de Saro-Wiwa no campo das artes e do ativismo político.

## 2. CONHECENDO O DELTA DO NÍGER

O Delta do Níger, um dos mais importantes do continente africano, está situado no Golfo da Guiné<sup>9</sup>, entre as Baías de Bonny e do Benim. Terceiro maior rio do continente africano, o Níger percorre, desde as suas nascentes — localizadas na fronteira entre Guiné e Serra Leoa — até sua foz na Nigéria, mais de quatro mil quilômetros. Pelos cinco países por onde passa (Guiné, Mali, Níger, Benin e Nigéria), o rio mantém com quem vive próximo dele relações culturais profundas. (OBI, 2010).

De acordo com o sociólogo Valter Silvério (2013), testemunhos arqueológicos evidenciam a existência de agricultura na região do Delta do Níger há mais de três mil anos, principalmente no cultivo de inhame. Objetos de cerâmica e instrumentos de pedra datam de mais de cinco mil anos. Sobre os povos da região,

<sup>9</sup> Inserido na lógica do comércio triangular moderno-colonial, o Golfo da Guiné ficou conhecido internacionalmente por hospedar os portos de onde partiam os tumbeiros, os navios negreiros para as Américas. Segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), entre os séculos XVI e XIX, de oito a onze milhões de africanos foram levados à força do Golfo da Guiné para servir de mão de obra escrava nas colônias americanas.

escavações mostram que os habitantes sabiam explorar os crustáceos de água salgada do delta e criavam certos animais. A abundância de cerâmicas encontradas em sítios como Onyoma indica a existência de uma complexa economia, por um lado, agrícola e, por outro, comercial. As escavações também descobriram traços de forjas e numerosos objetos de latão ou de bronze. (SILVÉRIO, 2013, p. 99).

Abrigando distintos e complexos sistemas sociais, durante muitos séculos a região foi lócus de importantes rotas comerciais. Ainda segundo Silvério, dali partiam rotas em direção ao norte, que possibilitavam conexões com grupos que tradicionalmente controlavam grandes comércios — inclusive de escravos<sup>10</sup> — a itinerários que percorriam a costa litorânea. Essas rotas ganharam força especialmente a partir do século XVI, quando se iniciou o processo massivo de tráfico de escravos para as Américas.

Abrangendo 12% do território nigeriano, com cerca de 75 mil quilômetros quadrados, o

<sup>10</sup> Sobre a compra e venda de escravos no continente africano antes do século XV, Schwarcz e Starling (2015, p. 80) argumentam que “caravanas realizavam grandes rotas pelo interior do deserto do Saara, e desde o século VII mercadores islâmicos desempenhavam o papel de traficantes de homens. A rota principal foi o Norte da África, seguida pelo comércio do mar Vermelho e pelo Leste do continente, onde o sistema escravista também existia, mas não era fundamental para a economia local”.

Delta do Níger é tradicionalmente ocupado por populações autóctones que vivem da agricultura, do extrativismo de subsistência e de trocas comerciais de caráter especialmente local e regional. (OBI & RUSAD, 2011). Devido a sua grande concentração energética, o Delta do Níger é considerado um dos ecossistemas mais produtivos da África (OBI, 2010), e também uma das regiões mais densamente povoadas do continente, abrigando atualmente cerca de 31 milhões de habitantes, divididos em aproximadamente duzentos e cinquenta grupos étnicos. (WIWA, 2000, p. 60).

O lento processo de escoamento das águas do Níger, em movimentos serpenteantes, desenha a paisagem do Delta em inúmeros braços, meandros e canais. Requisitados não somente pelos seres humanos, os manguezais, com seus enormes depósitos de matéria orgânica, são usados como abrigo, refúgio e ambiente privilegiado para a reprodução de uma vasta diversidade de fauna aquática e terrestre.

Esse ambiente tipicamente tropical, ecologicamente rico e diverso, de exuberantes terras agricultáveis e enormes possibilidades de caça e pesca, vem, desde a segunda metade do século XX, com o início da exploração de petróleo, perdendo sua vitalidade e comprometendo os modos de vida tradicionais na região.

A exploração dos recursos naturais no Delta do Níger tem suas raízes em períodos anteriores aos da indústria do petróleo. Com a emergência do capitalismo moderno-colonial pelo Ocidente, sua diversidade ecológica logo passou a despertar o interesse de mercadores europeus e a alimentar sistemas perversos de espoliação e violência. Entre os séculos XVII e XIX, a região foi um dos principais pontos da economia colonial escravista. Dos portos da região, como os de Bonny e Brass, saíam embarcações lotadas de homens, mulheres e crianças que, levados à força, serviriam como escravos para a construção do “Novo Mundo”.

### 3. HOLOCAUSTO NEGRO<sup>11</sup>

A atual situação de militarização e violência no Delta do Níger só pode ser entendida se analisada da ótica do processo comercial triangular Europa-África-América. Segundo os pesquisadores britânicos Andy Rowell, James Marriott e Lorne Stockman (2005, p. 43), entre 1500 e 1860 os europeus mantinham trocas comerciais com as principais elites locais africanas. Entre outras negociações, trocavam armas por sujeitos a ser escravizados. De acordo com os autores, cada ser humano capturado valia em média 16 armas e, “a partir de 1750, os europeus exportaram para o Oeste Africano entre 283 mil e 399 mil armas por ano”. (Ibid, p. 43).

O comércio no Delta funcionava da seguinte maneira: as elites dos maiores grupos étnicos da região, como os igbos e os ijwas, traziam em suas embarcações sujeitos capturados no interior do Delta e os comercializavam nos portos locais com traficantes europeus, na maioria

<sup>11</sup> O subtítulo faz referência ao tráfico de escravos praticado no continente africano entre aproximadamente 1500 e 1860. Para suprir as demandas dos impérios europeus nas Américas, possivelmente 38 milhões de africanos morreram durante o processo de escravização. (ROWELL et al., 2005).

portugueses, ingleses e holandeses. As elites locais africanas buscavam adquirir nessas trocas bens manufaturados na Europa, especialmente armas de fogo e tecidos. Transportados depois pelas embarcações da Royal African Company, com o apoio da marinha britânica, os sujeitos capturados desembarcavam nas Américas, onde iam trabalhar no cultivo das *plantations*<sup>12</sup>. Açúcar, café, rum e tabaco eram os principais produtos produzidos no “Novo Mundo”, os quais depois eram transportados para a Europa pelas mesmas embarcações. Nos portos ingleses de Londres, Bristol e Liverpool, as mercadorias eram desembarcadas ou reexportadas por comerciantes ingleses para outros portos europeus, como os das cidades de Amsterdã e Hamburgo. (ROWELL et al., 2005).

Assim, os chocolates e cafés que animavam a moderna civilização europeia tinham suas raízes nas Américas e na África. Foi somente sob a lógica colonial escravista que a cidade de Londres cresceu e se hegemoneizou como centro financeiro e cultural do mundo, atingindo seu ápice no século XIX com a chamada Revolução Industrial. De acordo com os referidos autores, “a riqueza do comércio de escravos ajudou a acelerar o rápido crescimento

<sup>12</sup> *Plantation* faz referência ao modelo de organização econômica centralmente baseada no latifúndio, na monocultura, na mão de obra escrava e na produção voltada para a exportação. (ANGELO, 2009).

de Londres e financiou empreendimentos culturais fundamentais, como a construção da Catedral de St. Paul ou as composições de Purcell.” (Ibid, p. 45).

Os sistemas financeiros de hoje, que regulam diversas economias capitalistas pelo mundo, em seus engenhosos sistemas de comunicação e informação, são também herdeiros do comércio triangular. Os principais bancos de Londres, como Barclays, HSBC e Royal Bank of Scotland, são fruto do lucrativo comércio de escravos e da economia produzida por esses sujeitos (ROWELL, 2005).

## 4. ÓLEO DE PALMA

Ao longo do século XIX, importantes acontecimentos ao redor do mundo impulsionaram uma nova fase de exploração capitalista no continente africano. No Caribe, por exemplo, a concretização da Revolução Haitiana em 1804 — quando os negros se rebelaram e proclamaram a abolição da escravatura e a independência daquele país —, marcou um novo ciclo de insurgências e rebeliões de escravizados nas Américas. Na Europa, com a instauração da Revolução Industrial, a ascensão do liberalismo econômico e a proibição do tráfico de escravos pelo governo britânico, novas estratégias para a produção da mais-valia passaram a ser delineadas. Assim, no final do século XIX, os lucros extraídos no Delta do Níger não mais provinham da captura, do transporte e do comércio de escravos, mas da produção intensiva de óleo de palma por nativos em regime de servidão e/ou escravidão<sup>13</sup>.

Conhecido no Brasil como azeite de dendê,

<sup>13</sup> No regime de escravidão o sujeito escravizado é propriedade privada de seu dono. Já na servidão isso não acontece, ainda que se mantenha o trabalho forçado. É a partir dele que o trabalhador consegue garantir a sua sobrevivência na terra, cultivando para o seu senhor e tirando do seu trabalho um mínimo para o seu sustento.

o óleo de palma é extraído do fruto do dendezeiro, uma espécie de palmeira originária do Golfo da Guiné. Seu óleo, consumido há mais de 5 mil anos pelos povos do Delta, extrapolou nessa fase seu uso mais comum, o culinário. A demanda de lubrificantes e graxas para as engrenagens e rodas das novas maquinarias na Inglaterra faziam então do dendezeiro um objeto de grande cobiça entre os mercadores londrinos. (ROWELL et al., 2005).

Com o objetivo de garantir no Delta o monopólio inglês de exportação do óleo de palma e da importação de bens manufaturados diretamente da Grã-Bretanha, em 1886, logo após a famosa Conferência de Berlim<sup>14</sup>, foi criada, com o apoio da coroa britânica, a Royal Niger Company. A empresa era uma sucessão da Royal African Company, que por sua vez era herdeira da Company of Royal Adventurers Trading to Africa, corporação que detinha o monopólio do tráfico de escravos no século XVII. Assim, mudaram-se os nomes, diversificaram-se

<sup>14</sup> Realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, a Conferência de Berlim foi o maior evento empreendido pelos europeus para a partilha territorial do continente africano. O objetivo da Conferência era negociar e estabelecer regras para a efetiva ocupação e dominação colonial da África. Uma Lei Geral, de caráter internacional, foi proposta nas negociações. O território que compreende hoje a Nigéria, ficou com o império britânico, considerado o mais poderoso membro da reunião. Todavia, a ocupação não se deu logo após a Conferência. Somente em 1914 o Reino Unido oficializou a criação do Estado-nação Nigéria, decretando-o sua colônia ultramarina. (CRAVEN, 2015).

os produtos, mas a lógica do controle militar e do monopólio comercial britânico se mantinha na região.

Tendo em vista que a comercialização do óleo de palma era muito antiga no Delta, o que a Royal Niger Company fez foi quebrar sistematicamente o histórico comércio local praticado pelos povos nativos. Isso só foi possível, obviamente, pelo uso da força. Com o apoio da Coroa Britânica, a empresa usufruía da estrutura do exército e da marinha britânica para impor suas novas regras comerciais.

Como se pode imaginar, houve muita resistência por parte dos africanos. Nana Olomu, importante comerciante da etnia itsekiri, por exemplo, acusou os britânicos de traição e organizou, no mesmo ano de 1886, um boicote a eles. Em retaliação, a marinha britânica invadiu o território itsekiri no Delta com grandes tropas e armas de fogo tecnologicamente superiores. Em apenas dois dias todo o território dos itsekeris foi destruído, e em seguida passou a pertencer aos domínios da Royal Niger Company. (ROWELL et al., 2005, p. 47; OSHA, 2007).

Em 1890, a empresa já tinha total controle e monopólio das exportações do óleo de palma nos portos da costa nigeriana. Cerca de 65% do óleo produzido na região era enviado diretamente à Grã-Bretanha e 25% para a Alemanha, alimentando assim o coração industrial da Europa. (ROWELL et al., 2005, p. 50).

Foi também no final do século XIX, especialmente após os acordos de interiorização do domínio colonial firmados na Conferência de Berlim, que o poderio britânico pôs fim aos grandes impérios africanos. Os objetos e artefatos do Império do Benin que vemos hoje expostos no Museu Britânico foram saqueados nesse período.

Em 1899, a Coroa Britânica mudou sua estratégia econômica e decidiu tomar conta sozinha de seus negócios na região do Delta. Foi assim que ela revogou os poderes da Royal Niger Company. Na verdade, o que o governo britânico queria com essa medida era assegurar seu poder imperial naquele vasto território, garantindo que outras grandes empresas britânicas pudessem investir na região, movimentando, desse modo, o tesouro da Coroa.

A fim de registrar seu poder, e de efetivamente ocupar as terras concedidas durante a Conferência de Berlim, o governo britânico criou em 1900 dois grandes protetorados. O Protetorado do Sul da Nigéria, abrangendo todo o litoral (incluindo pontos estratégicos, como o Delta do Níger e a cidade de Lagos); e o Protetorado do Norte. Foi somente em 1º de janeiro de 1914, seis meses antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa, que a Coroa Britânica decidiu unificar seus dois protetorados e instituir o Estado nigeriano, sua mais nova colônia.

## 5. ÓLEO DE PEDRA<sup>15</sup>

O petróleo é um óleo mineral milenar. Heródoto, geógrafo e historiador grego, já escrevia no século V a.C. sobre a existência de poços de petróleo em Ardericca, localidade próxima da antiga cidade da Babilônia, no atual Iraque. Ali extraíam o que chamavam de betume, usado na construção de muros e torres. Tábuas antigas do Império Persa (atual Irã) também versavam sobre seus usos construtivos e de iluminação. Na China, em 347 a.C., os primeiros poços foram perfurados com varas de bambu. Os poços chineses chegavam a medir até 240 metros de profundidade. (CHISHOLM, 1911; YERGIN, 2010).

Nas Américas, registros também apontam para o uso de petróleo na era pré-colombiana. Na Venezuela, por exemplo, o óleo era extraído quase

---

<sup>15</sup> Petróleo: do latim, *petra* (rocha) e *oleum* (óleo). Óleo mineral de coloração escura e cheiro forte. Em inglês: *crude oil*. Cru, bruto. Produto de maior cobiça da modernidade industrial. Guerras em torno de seu acesso foram travadas e vencidas. É um recurso natural finito, porém suas finalidades são praticamente inesgotáveis. Como *commodity*, seu preço é regulado no mercado financeiro internacional. Uns ganham e outros perdem com suas variações de preço. Sua geopolítica é feroz, capaz de erguer, estagnar ou até mesmo apagar um país inteiro.

na superfície. Chamado pelos nativos de *mene*, além de servir para fins medicinais, o óleo era usado para impermeabilizar canoas e pequenas embarcações. (MARTINEZ, 1969).

Mas foi somente em meados do século XIX, especialmente para atender às demandas industriais dos países do Norte geopolítico, que a exploração sistemática do petróleo começou. Os primeiros campos petrolíferos, construídos em grande escala e direcionados para o mercado de exportação, estavam localizados às margens do Mar Cáspio, na cidade de Baku, capital do Azerbaijão — país transcontinental que pertence tanto ao domínio político do Leste Europeu como da Ásia Ocidental. (YERGIN, 2010; FUSER, 2008).

Na Nigéria, os primeiros poços foram perfurados somente no início do século XX, mais precisamente em 1907, em uma pequena localidade situada ao norte da cidade de Lagos. No ano seguinte, em 1908, a responsável pela obra, a Nigerian Bitumen Company, empresa subsidiária alemã, conseguiu extrair alguns galões de óleo naquele local, mas em quantidade insuficiente para exportar.

Essa autorização de exploração mineral por uma empresa não britânica não era comum. Na opinião do pesquisador polonês Jędrzej Frynas (2000, p. 9), o governo britânico somente permitiu

essa investida dos alemães em seu território colonial por não acreditar que naquelas terras houvesse reservas significativas da matéria-prima — e, também, com o interesse de que a referida empresa “abrisse caminho” para uma futura exploração, caso fossem encontradas importantes reservas.

Porém, em 1911 a situação geopolítica mudou. Em 1º de julho, uma canhoneira alemã atracou no Porto de Agadir, na costa atlântica do Marrocos, gerando desconfiança nos governos europeus. O fortalecimento do exército germânico, desde os tempos da Conferência de Berlim, não era visto com bons olhos pelos países vizinhos. Segundo o pesquisador estadunidense Daniel Yergin (2010, p. 11), nesse acontecimento de clara exposição de força “a Alemanha, a caminho de seu ‘lugar ao sol’, parecia estar desafiando diretamente as posições globais da França e da Inglaterra. Por várias semanas o temor da guerra se apoderou da Europa”.

Preocupado, o recém-nomeado Primeiro Lorde do Almirantado pela marinha britânica Winston Churchill decidiu investir pesado em preparativos militares. Sua incumbência, explica Yergin (2005, p. 11 e 12), “era garantir que a Marinha Real, símbolo e a própria encarnação do poderio imperial britânico, estivesse pronta para enfrentar o desafio alemão em alto-mar”. Ainda segundo o autor, Churchill teve de tomar uma

grande decisão: converter ou não os motores dos navios de guerra da marinha, tradicionalmente movidos a carvão, para petróleo. E acrescenta:

Muitos pensavam que tal conversão era pura loucura, pois significaria que a marinha não mais poderia confiar no carvão galês, e em vez disso teria de depender da oferta distante e instável do petróleo da Pérsia, como então chamava o Irã. “Entregar irreversivelmente a marinha ao petróleo era na verdade preparar-se para enfrentar um mar de problemas”, disse Churchill. Porém os benefícios estratégicos — maior velocidade e um uso mais eficiente da energia humana — lhe pareciam tão óbvios que ele não perdeu tempo. Decidiu que a Inglaterra teria de basear a sua “supremacia naval no petróleo” e a partir daí se empenhou, com todo o entusiasmo e a poderosa energia que lhe era própria, em atingir seu objetivo. (Ibid, p. 12)

Nesse novo contexto, a empresa alemã não durou muito tempo em terras de protetorado britânico. Com a opção de Churchill pelo petróleo, em 1914, a Nigerian Bitumen Company deixou de existir. O fechamento da empresa coincidiu, portanto, com o momento de fusão dos dois protetorados e a instauração da Nigéria como colônia do Reino Unido.

No ato de criação da Nigéria, em 1º de janeiro de 1914, o governo britânico anunciou, entre outros decretos, o da mineração de petróleo,

em que se dizia:

Nenhuma concessão ou licença será concedida exceto para britânicos ou para empresas britânicas cujo principal foco de negócios esteja nos domínios de Sua Majestade. O presidente, o diretor-geral (se houver) e a maioria dos outros diretores deve ser composta por britânicos. (COLONIAL MINERAL ORDINANCE apud FRYNAS, 2000, p. 12)

Agora, sob total controle jurídico e militar da Coroa, somente empresas e indivíduos britânicos poderiam se instalar na Nigéria e explorar seus recursos minerais. Foi também nesse período que a economia imperialista britânica passou do quase exclusivo regime de monopólio, como aquele operado pela Royal Niger Company e suas antecessoras, para um regime mais flexível, combinando monopólios e oligopólios. Como exemplo desse novo arranjo político e econômico, Rowell (et al., 2005, p. 54) destaca que as empresas Parteson, Zochonis & Co. Ltd (ainda hoje operando como PZ Cussons), Lever Brothers (atual Unilever), a United Africa Company, os bancos Barclays e The Bank of British West Africa, e a cervejaria irlandesa Guinness formaram, naquela época, um poderoso oligopólio que, sob o nome de Association of West African Merchants, até o ano de 1949, controlavam 66% das importações e 70% das exportações nigerianas.

## 6. A SAGA DAS EMPRESAS PETROLÍFERAS

Em 1914, enquanto acontecia a formalização da Nigéria como Estado colonial do Reino Unido, eclodia na Europa a Primeira Guerra Mundial. Ainda que em 1918 o Reino Unido tenha saído vitorioso do conflito, a destruição causada exigia grande concentração de esforços por parte do governo. Mais estímulos ainda foram demandados em 1929 após a quebra da bolsa de Nova York. Assim, ao longo dos anos 1930, as atividades petrolíferas passaram a ser incentivadas pelo governo como estratégia de segurança militar e saída para a recuperação econômica.

Em 1936, o holandês Henri Deterding, na época presidente da empresa anglo-holandesa Royal Dutch Shell, estava prestes a se aposentar, mas queria antes realizar um “grande feito”: fomentar a exploração de petróleo na Nigéria. No seu escritório em Londres, acompanhado de outros diretores da empresa, ele decidiu buscar apoio para fazer o pedido de concessão de exploração mineral ao governo britânico. Deterding entrou em contato com o engenheiro inglês Jonh Cadman, presidente à época da Anglo-Iranian Oil Company. A AIOC,

que havia sido fundada no início do século XX por um milionário londrino, William Knox D'Arcy, aceitou o pedido de Deterding. As duas empresas se juntaram e fundaram a Shell-D'Arcy Explorations Parties. (ROWELL et al., 2005)

Após algumas reuniões com o secretário de Estado para as Colônias e o governador da Nigéria, a *joint venture* Shell-D'Arcy conseguiu do governo britânico uma licença de exploração de 595 mil metros quadrados, o equivalente a toda a extensão do território nigeriano. (ROWELL et al., 2005). Ainda segundo os autores, a exploração de petróleo na Nigéria significava uma maior diversidade de fornecedores, tanto para essas empresas quanto para o governo britânico — dado que ambos eram, naquela época, extremamente dependentes de reservas de poucos países, como Estados Unidos, México, Venezuela, Iraque, Romênia e Pérsia.

Dois grandes acontecimentos foram decisivos para o interesse na exploração de petróleo na Nigéria, assim como em outros territórios de domínio do Império Britânico<sup>16</sup>. O primeiro, datado de 1932, se deu quando o xá Reza Pahlavi<sup>17</sup>,

<sup>16</sup> Nessa mesma época, a AIOC e a Shell conseguiram concessões para explorar petróleo em Uganda, Quênia, Nova Zelândia e Canadá. Também passaram a conduzir explorações em países do Golfo Pérsico, como Catar, Kuwait e Barrém. (ROWELL et al., 2005, p. 57).

<sup>17</sup> Xá era a denominação atribuída a reis iranianos até a Revolução de 1979, que pôs fim ao regime monárquico no país.

que governava a antiga Pérsia (atual Irã), decidiu cancelar a concessão dada à AIOC em seu território. O presidente da empresa John Cadman, angustiado com a nova situação, viajou a Teerã e passou dias tentando renegociar com Pahlavi, mas saiu do país com a decisão do xá de reduzir em 75% a produção da AIOC naquele país. (ROWELL et al., 2005). Já o segundo acontecimento envolveu a Shell. Em 1934, o recém-eleito presidente do México, general Lázaro Cárdenas del Río, inspirado nos planos de cooperativismo e reforma agrária de Emiliano Zapata, decidiu renegociar a relação do Estado mexicano com as empresas petrolíferas. Na época, a Mexican Eagle, subsidiária da Shell no México, explorava sozinha 65% do petróleo extraído no país. Lázaro Cárdenas decidiu então cortar alguns privilégios da empresa, até que em 1938 expulsou definitivamente a Shell de seu território e nacionalizou todo o petróleo mexicano. (ROWELL et al., 2005, p. 56 e 56).

Nesse clima de tensão, com grandes alterações na geopolítica do petróleo, e já prevendo a Segunda Guerra Mundial, a Shell-D'Arcy, com a concessão do governo britânico nas mãos, não perdeu tempo e começou a desenvolver pesquisas geológicas e testes de exploração em solo nigeriano.

Em 1939, eclodiu a Segunda Guerra Mundial. A empresa tentou manter suas atividades na Nigéria, mas em meados de 1941

foi forçada a encerrá-las. Passada a guerra, já em 1949, os diretores da Shell-D'Arcy voltaram a se comunicar com o governo britânico, dessa vez, buscando renovar sua licença. O plano da empresa naquele momento era intensificar suas pesquisas na região do Delta do Níger. O governo britânico, então, voltou a apoiar a companhia e lhe concedeu mais uma concessão. Ao longo dos anos 1950, uma enorme quantia de dinheiro foi investida em pesquisas na região, e iniciou-se um detalhado processo de mapeamento do Delta. Usufruído da infraestrutura construída pelo governo colonial, como rodovias e telégrafos, as cartografias ali produzidas eram de propriedade privada do consórcio das empresas. Com base em levantamentos aéreos (herança tecnológica da guerra), o Delta do Níger foi “mensurado pelos olhos ocidentais por uma empresa petrolífera” (ROWELL et al., 2005, p. 58). E acrescentam os autores: “Até hoje nenhum mapa detalhado do Delta está publicamente disponível. Cartas em grande escala somente são obtidas com as empresas de petróleo” (Ibid., p. 58).

Em 1954 foi a vez de o Irã nacionalizar sua indústria petrolífera e banir a corporação britânica de seu território. Com essa medida, a Anglo-Iranian Oil Company foi rebatizada e passou a se chamar British Petroleum, popularmente conhecida pela

sigla BP (nome que continua ativo até hoje).

Após anos de pesquisas e perfurações sem grandes resultados, em 1956 os engenheiros da agora Shell-BP encontraram petróleo no Delta em quantidade suficiente para exploração comercial. O óleo recém-descoberto, situado na localidade de Oloibiri, era de ótima qualidade e despertou ainda mais o interesse naquelas terras. Nos anos subsequentes, novos poços rentáveis foram descobertos pela empresa, que detinha o monopólio de exploração na região (NNPC, 2017; ROWELL et al., 2005). Em 1958, jazidas de petróleo de altíssima qualidade foram descobertas em Ogoni. Porém, antes de adentrarmos a história da presença da Shell<sup>18</sup> em Ogoni, vamos conhecer um pouco sobre esse lugar.

---

<sup>18</sup> Em minha pesquisa bibliográfica notei que a Shell-BP é muitas vezes mencionada apenas como Shell. Entendo que essa abreviatura aconteça pela preponderância operacional da Shell na Nigéria, mas principalmente por uma questão cultural, já que é desse modo que a empresa é popularmente conhecida pelos nigerianos. Mesmo na segunda fase da exploração de petróleo no Delta, com os chamados “regimes de concessão”, isto é, quando o Estado nigeriano abriu o mercado para a atuação de outras empresas multinacionais, a Shell continuou sendo a principal operadora na região. Dito isso e para maior fluidez textual, citarei apenas Shell em referência à Shell-BP, Shell Internacional ou Shell Nigéria, amparada também na argumentação de Boele (1995, p. 49), de que a Shell Internacional e a Shell Nigeria obedecem à mesma lógica no Sul global.

## 7. OGONI: TERRA E POVO

O povo ogoni é historicamente um grupo étnico minoritário na Nigéria. Com uma população média que varia ao longo dos anos, mas se mantêm na faixa de 500 mil pessoas, os ogonis representam menos de 0,3% da população nigeriana. (NATIONAL, 2017; SARO-WIWA, 2005).

O povo ogoni se organiza em torno de seis reinos: Babbe, Eleme, Gokana, Nyo-Khana, Ken-Khana e Tai. Dentro de cada reino existem vários chefes (figuras de poder). Estes são sempre anciãos, pois na cultura tradicional ogoni os homens mais velhos são considerados detentores de maior conhecimento, usufruindo de maior respeitabilidade dentro do grupo. Os xamãs também são figuras notáveis de poder, visto que quando alguém adoecer eles costumam ser chamados para interceder nos processos curativos. (BOELE, 1995; SARO-WIWA, 2005).

Há mais de cinco séculos, os ogonis ocupam uma porção de terra de aproximadamente de 1.046 quilômetros quadrados, localizada a 30 metros acima do nível do mar, na porção oriental da franja que delimita o Delta do rio Níger.

(SARO-WIWA, 2005). O principal centro comercial de Ogoni é Bori, vilarejo onde Ken Saro-Wiwa nasceu. Bori fica a 40 quilômetros de distância de Port Harcourt, capital de Rivers State<sup>19</sup>.

Como outros povos indígenas pelo mundo, os ogonis mantêm com o seu território relações que extrapolam as dimensões materiais. Para eles, a terra e os rios

[...] não somente fornecem o sustento em abundância, eles são também uma herança espiritual. A terra é um deus e adorada como tal. Os frutos da terra, particularmente o inhame, são homenageados em nossos festivais e, de fato, o Festival Anual de Ogoni é realizado com a colheita de inhame. As estações de plantio não são um mero período de atividade de agricultura: é uma ocasião social, espiritual e religiosa. “Tradição” em ogoni significa em língua local *doonu kuneke*, a homenagem da terra: território, solo e água. (SARO-WIWA, 2005, p.12).

Ainda o que o cristianismo das missões anglicana e metodista tenha sido introduzido na cultura ogoni nos primeiros anos da colonização britânica, o povo ainda hoje preserva suas concepções de cultura e natureza nos conhecimentos e repertórios da religiosidade tradicional indígena. Segundo Ken Saro-Wiwa (2005), os ogonis veem nas manifestações

<sup>19</sup> Rivers State é um dos 36 estados da atual República Federal da Nigéria.

da natureza questões de ordem espiritual e existencial. Essa relação indissociável entre forças materiais e imateriais é evidenciada em suas performances e manifestações culturais. O fato de ogoni ser o nome tanto do povo quanto do território não é mera coincidência nem falta de criatividade. Para eles, terra e povo são uma unidade inseparável. Assim, não é que o nome ogoni seja usado para nomear duas coisas, é que essas duas coisas são na verdade uma só, não fazendo sentido usar nomenclaturas diferenciadas.

O povo ogoni tem quatro línguas principais e alguns dialetos. Embora as quatro línguas estejam relacionadas entre si, elas não são mutuamente inteligíveis. (BOELE, 1995, p. 7). De acordo com estudos da Sociedade Internacional de Linguística, em sua plataforma online Ethnologue (2017), as línguas de Ogoni fazem parte da grande família linguística nigero-congolesa, considerada a maior do continente africano, com mais de 1.500 idiomas.

Tendo em vista a fama dos ogonis, entre os vizinhos, de serem sujeitos aguerridos, insubmissos e canibais<sup>20</sup>, e também por suas terras estarem situadas em uma área de difícil acesso, esse povo permaneceu, até a chegada dos britânicos, em 1901, significativamente isolado. (SARO-WIWA, 2005; BOELE, 1995).

<sup>20</sup> Segundo Ken Saro-Wiwa (2005), o suposto canibalismo dos ogonis foi um mito criado pelas etnias vizinhas, que não conseguiam se impor a eles.

De acordo com documentos oficiais do exército britânico, até o início do século XX os ogonis viveram de forma autônoma e dentro do limite de suas terras. Movimentos migratórios não eram comuns. Durante todo o período do comércio triangular europeu, nenhum ogoni foi escravizado ou escravizou alguém, e nenhuma guerra foi deflagrada contra eles nesse período. (SARO-WIWA, 2005; BOELE, 2005; ROWELL et al., 2005).

Segundo Ken Saro-Wiwa (2005, p. 14), os ogonis entendiam o sistema escravista como uma “desgraça para a humanidade”. Um provérbio popular ogoni diz o seguinte: “Prefiro morrer afogado no mar do que ser morto por um ibani” — referência ao seu repúdio pelo comércio de escravos praticado no porto de Bonny pela tribo ibani, do grupo étnico ijaw. Assim, embora os europeus já estivessem na região do Delta desde 1485, foi em virtude dessa reputação de canibais e insubmissos, de sua repulsa à escravização e de sua geografia de difícil acesso que os ogonis não tiveram contato com os europeus até 1901. Foi então que o exército britânico chegou, pelo vilarejo de Kono, e proclamou que, de ali em diante, as terras dos ogonis estariam sob “proteção dos britânicos”.

Os ogonis obviamente não aceitaram a decisão. Foi pelo uso da força que o exército britânico conseguiu adentrar e tomar as terras dos ogonis.

Diversos ataques foram feitos especialmente entre os anos de 1903 e 1905. Muitos nativos morreram nessas batalhas e vilas inteiras foram destruídas. (Ibid., p. 12). Ainda segundo Saro-Wiwa, embora os primeiros ataques tenham sido brutais, a presença dos britânicos em Ogoni não foi “efetiva” nos primeiros anos de colonização. Somente em 1913, após um poderoso ataque militar, os britânicos obtiveram o total domínio do território. Em 1914, após a destruição total do centro religioso de Ka-Gwara pelo exército britânico, escreveu Saro-Wiwa: “Ogoni estava finalmente subjugada.” (Ibid., p. 15). Ainda assim, nos 20 anos subsequentes, Ogoni continuou sem uma sede administrativa do governo colonial e o povo procurava, na medida do possível, manter seus modos de vida.

No primeiro quartel do século XX, os colonizadores faziam visitas regulares a Ogoni apenas para manter em dia as obrigações desse povo para com a Coroa Britânica. No caso, funcionários do governo passavam nas vilas recolhendo as taxas que lhes eram devidas, mantendo assim o local “dentro da lei e da ordem. E nada mais.”. (Ibid, p. 15-16).

Com a crise da bolsa de Nova York, em 1929, uma enorme inflação atingiu a Nigéria e o valor das taxas tornou-se tão elevado que um grupo de mulheres ogonis decidiu se juntar ao insurgente movimento de rechaço às ordens do governo

e boicote ao pagamento das taxas. Chamada de Guerra das Mulheres [Women's War ou The Aba Women's Riot] o movimento se caracterizou como uma série de protestos anticoloniais de protagonismo feminino e caráter multiétnico. Liderado por mulheres igbos, os protestos contaram com a participação de mulheres de mais cinco etnias do Delta: Ibibio, Andoni, Bonny, Oppobo e Ogoni. (ZUKAS, 2008; SARO-WIWA, 2005).

Ainda que situadas em diferentes contextos sociais e culturais, as mulheres do Delta protestavam sob uma mesma bandeira: contra a opressão colonial que, além de implementar taxas abusivas, interferiam na lógica das culturas tradicionais, aumentando de forma significativa o poder masculino dos chefes.

Segundo Chery Johnson (1982) e Andrew Apter (2005), antes da colonização britânica, as mulheres no Delta participavam do governo, organizavam comércios e contavam com a colaboração dos homens nos afazeres domésticos. Já com a imposição do regime colonial, de caráter essencialmente masculino e patriarcal, elas foram excluídas de qualquer negociação ou participação política. Foi nesse sentido que decidiram protestar contra a sua perda de poder político, contra o aumento do trabalho forçado feminino e também contra os esquemas crescentes de corrupção entre colonizadores e chefes nativos.

Em resposta a esse poderoso ativismo feminino, o exército da Rainha Elizabeth II não pensou duas vezes e chegou abrindo fogo no Delta, matando, ferindo e violentando centenas de mulheres em diversos locais de protesto pela região. (JOHNSON, 1982; APTER, 2005; ZUKAS, 2008).

Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, muitos jovens do Delta, inclusive de Ogoni, foram obrigados a servir no exército britânico. O sentimento de repúdio às ordens coloniais só aumentava. Segundo Ken Saro-Wiwa (2005), a ideia de uma luta nacionalista por independência e liberdade na Nigéria era cada vez mais gestada no interior das comunidades.

Em 1940, o matemático T. N. Paul Birabi, primeiro ogoni a conseguir acessar o ensino superior (BOELE, 1995, p. 8), criou a Ogoni Central Union [Associação Central de Ogoni], entidade que tinha por objetivo lutar por melhores condições de vida para o povo ogoni. Organizada por chefes tradicionais e alguns jovens alfabetizados, a OCU exigia o fim da subjugação dos ogonis aos seus vizinhos e clamava pela criação de uma divisão administrativa própria. (BOELE, 1995; SARO-WIWA, 2005).

Segundo Ken Saro-Wiwa (2005, p. 17), o argumento usado pela OCU era o de que "os ogonis são um grupo étnico distinto, com língua e cultura

próprias, e sua população é grande o bastante para ter o mérito de uma divisão administrativa separada”. Depois de seis anos de campanha, a Associação conseguiu sua primeira vitória. Em 1946, a partir de uma Emenda Constitucional, o governo colonial criou na província de Rivers a divisão Ogoni; e, no ano seguinte, estabeleceu a Ogoni Native Authority [Autoridade Nativa Ogoni]. Com isso, Ogoni voltou a ter maior controle sobre seus assuntos, negociando diretamente com o governo e gerenciando parte de suas receitas. Foi nessa época que os ogonis conseguiram construir sua primeira escola de ensino médio e conquistaram duas bolsas de estudos universitários nos Estados Unidos.

Depois de quase cinco décadas de pagamento de tributos aos colonizadores sem nenhum retorno, a Ogoni Native Authority foi vista pelos ogonis como uma grande conquista. Entretanto, como bem relatou Richard Boele (1995, p. 20), apesar desse pequeno reconhecimento da singularidade do povo ogoni, eles continuavam como uma minoria étnica sem importância nem representatividade em instâncias maiores do governo colonial.

Em 1950, Paul Birabi teve a ideia de criar um novo instrumento político para Ogoni: a Ogoni State Representative Assembly [Assembleia Representativa do Estado Ogoni]. Paul Birarbi o fez reconhecendo que Ogoni “precisava não somente

de uma boa administração, mas fundamentalmente de autonomia étnica”. Foi nesse momento que a ideia de autodeterminação começou a ser discutida pelo povo ogoni (SARO-WIWA, 2005, p. 17).

Por ter nascido em 1941, Saro-Wiwa teve a infância marcada por esse movimento otimista por dias melhores em Ogoni. Sobre esse período, ele contou em seu último texto, a *Declaração Completa ao Tribunal de Distúrbios Civis de Ogoni*:

Ogoni era uma terra abençoada naquele tempo. Os férteis solos aluviais da planície forneciam uma colheita rica em inhame, mandioca e vegetais. Os rios eram puros e os mares transbordantes de peixes e outros frutos do mar. Nós não carecíamos de nada. E os ogonis, esforçados como sempre, trabalharam arduamente para sobreviver, obtendo essa graça concedida pela terra, pelos rios e pelos mares. Esse costume do trabalho em troca de uma recompensa eu herdei, assimilei e sempre valorizei. Vi, quando criança, o povo ogoni construindo suas escolas, seus dispensários, suas igrejas, suas estradas. Eu os vi pagar seus impostos e taxas. Eu os vi trabalhando e se divertindo. Eu sentia orgulho de ser um ogoni. (SARO-WIWA, 1995, p. 21)

Essa dádiva de viver em um ambiente ecologicamente rico e com relativa autonomia política dentro de um regime colonial não durou muito tempo. Em 1956, menos de dez anos depois de sua

criação, a Ogoni Native Authority foi revogada pelos britânicos. O território Ogoni foi então dividido em três partes, cada uma passando a pertencer a um conselho administrativo de uma outra localidade, chamado de condado. Segundo Ken Saro-Wiwa, esse processo de “balcanização” prejudicou a força coletiva dos ogonis, visto que desse modo eles perdiam “o espírito cooperativo que os tinha guiado de 1947 em diante”. (Ibid., p. 20 e 21).

Dois anos mais tarde, em 1958, a Shell se instalou em Ogoni, causando imensa desordem no território. Antes mesmo do estabelecimento da empresa, o território dos ogonis já era densamente povoado, com pouca disponibilidade de terras para novos usos. Com a chegada da multinacional as tensões cresceram. Os agricultores de tradição oral não conseguiam comprovar sua história de vida no lugar e acabavam perdendo suas terras para a Shell. Desapropriados, expulsos de seu hábitat, esses sujeitos passaram a causar um enorme impacto social e ambiental na sociedade ogoni. (BOELE, 1995).

Em outubro de 1960, com a independência da Nigéria, o país foi dividido em três grandes regiões administrativas, cada qual comandada por um grupo étnico majoritário. A região norte ficou nas mãos dos hauçás-fulanis, o maior grupo étnico do país; a região ocidental ficou sob domínio do segundo

maior grupo, o iorubá (que tem historicamente na cidade de Lagos o seu centro), e a região oriental, compreendendo o Delta do Níger, ficou sob domínio do terceiro maior grupo, o igbo<sup>21</sup>.

Como veremos a seguir, a chegada da Shell a Ogoni, em 1958, e a independência do país, em 1960, impactaram de forma profunda os modos de vida dos ogonis, reforçando ainda mais a posição desse grupo como minoria étnica diretamente subjugada por grupos maiores.

---

<sup>21</sup> De acordo com os dados publicados no The World Factbook, da CIA, para o ano de 2019, os hauçás-fulanis somam 36% da população nigeriana, os iorubás, 15,5% e os igbos, 15,2%.

## 8. INDEPENDÊNCIA, COLONIALISMO INTERNO E GUERRA CIVIL

**N**a Nigéria, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a falta de representatividade das minorias étnicas no governo era tema polêmico no país. Para amenizar os ânimos, em 1957, pouco antes de ser declarada a independência, os britânicos criaram a Comissão de Inquérito Sr. Henry Willink, com o objetivo de investigar “os temores das minorias”. Segundo Richard Boele (1995, p. 7), relator da Organização das Nações e Povos Não Representados<sup>22</sup>, ainda que a Comissão tenha reconhecido a desigualdade de poder político entre os grupos étnicos no país, ela “pouco fez para oferecer soluções reais” para as minorias.

Segundo Ken Saro-Wiwa (1995), a Nigéria sempre foi vista pelos britânicos a partir de seus três principais grupos, ignorando-se os outros mais de 500 grupos étnicos existentes no país. Sobre essa segmentação, discorreu o artista:

---

<sup>22</sup> A UNPO é uma organização não governamental de caráter internacional e não vinculada à ONU. A entidade luta por valores como não violência, democracia, direitos humanos, ambientais e de autodeterminação dos povos indígenas. Ken Saro-Wiwa foi vice-presidente da UNPO entre 1993 e 1995.

A Nigéria tornou-se um campo de batalha político entre os hauçás-fulanis, os igbos e os iorubás. Todos os outros grupos étnicos estavam na periferia da sociedade. Esperava-se destes que se aliassem a um dos três a fim de pegar as migalhas na mesa do patrão. E eles [os três grupos] estavam prontamente disponíveis para encontrar os tolos bajuladores, prontos para vender seus direitos inatos por uma pequena quantia de dinheiro. Aqueles que decidiam não vender seu direito inato não podiam esperar ser beneficiados. (SARO-WIWA, 1995, p. 22)

Ainda segundo Boele (Ibid., p. 7), essa estrutura social de divisão política em três grupos ficou clara durante os preparativos para a proclamação da independência. Com medo de que as minorias étnicas se insurgissem país afora, os colonizadores preferiram organizar a transição para a república com esses grupos majoritários, mantendo, de certa forma, seu domínio político no país.

Em 1956, quando o petróleo em escala industrial foi descoberto no Delta, as elites nigerianas e o governo britânico começaram a se preocupar em como assegurar o controle sobre esse valioso recurso. A destruição do poder político e econômico dos grupos minoritários do Delta era fundamental nessa nova fase de expansão do capitalismo moderno-colonial. Para nomear essa experiência de dominação interna, Ken Saro-Wiwa usava frequentemente em seus

textos o termo “colonialismo interno”, assim como expressões correlatas, como “hegemonia étnica” e “colonialismo indígena”. (OSHA, 2007, p. 66).

O que Ken Saro-Wiwa buscava com esses termos era expor aos seus leitores as práticas neocoloniais na Nigéria independente ou pós-colonial. Para o escritor, a lógica colonial se mantinha no país pela forma organizativa e operacional das empresas de exploração de petróleo e pela supremacia política do governo federal nas mãos das elites dos maiores grupos étnicos.

Sobre essa discussão, o filósofo nigeriano Sanya Osha (2007), em sua tese de doutorado sobre a crise política de Ogoni e a obra de Ken Saro-Wiwa, cita a definição de neocolonialismo do escritor queniano Ngugi wa Thiong’o como forma de assegurar a concepção de colonialismo interno de Ken Saro-Wiwa. Nas palavras do escritor queniano:

[Neocolonialismo] significa a continuidade da exploração total dos recursos da África e do poder da força de trabalho africana por monopólios capitalistas internacionais por meio da contínua criação e do incentivo à subserviência pelas estruturas capitalistas comandadas ou supervisionadas pela classe nativa dominante. (THIONG’O apud OSHA, 2007, p. 66-67)

Os sucessivos golpes militares na Nigéria

independente, com a alternância do comando do governo federal nas mãos dos três grandes grupos étnicos, são um exemplo nítido dessa disputa interna pelo controle dos recursos econômicos do país. Não importa qual dos três grupos esteja no comando da nação: para o povo ogoni, assim como para outras minorias étnicas do país, o padrão perverso de opressão colonial é mantido.

O ápice desses conflitos internos foi deflagrado em 1967, com a eclosão da Guerra Civil Nigeriana, também chamada de Guerra de Biafra. Entre julho de 1967 e janeiro de 1970, o conflito deixou na memória do país uma história assombrosa de intensa violação de direitos humanos, no qual milhares de homens, mulheres e crianças foram brutalmente assassinados (fosse pela fome, força bélica ou doença) e outros tantos tiveram de abandonar suas terras e viver como refugiados em países vizinhos. Segundo os pesquisadores Obi e Rusad (2011), as marcas da guerra civil repercutem ainda hoje na Nigéria em sucessivos atos de violência, etnocídio e colonialismo interno.

Sobre a ganância que motivou a instauração de uma guerra civil, sublinhou Ken Saro-Wiwa (1995, p. 22) em sua *Declaração ao Tribunal de Distúrbios Civis*:

Agora aqui estamos nós, independentes ou pseudo-independentes, e a luta pelo bolo

nacional que havia se tornado uma questão de vida e morte para esses três principais grupos étnicos. Mas eles se importaram em saber quem assou o bolo? Porque o bolo era o da minoria, assado na barriga do Delta, nas suas planícies e riachos, onde o calor dos fornos assava seus habitantes. A ganância em torno do bolo conduziu a uma guerra mortífera, na qual cerca de um milhão de pessoas morreram. [...] Foi um preço muito alto a pagar por ter petróleo em suas terras, por assar o bolo para consumidores gananciosos.

Mais do que uma questão de diferença ou rivalidade étnica, a Guerra Civil foi deflagrada pelo desejo das elites igbos de ter para si o total controle das reservas de petróleo no Delta, visto que já no início dos anos 1960 o petróleo era a principal fonte de receitas do país<sup>23</sup>.

Após alguns conflitos, especialmente com os hauçás-fulanis, os igbos decidiram lutar pela

<sup>23</sup> Segundo Chinua Achebe, de etnia igbo, o grande paradoxo da Guerra de Biafra foi que “[...] os próprios igbos tinham, de início, defendido a ideia de uma nação nigeriana com mais entusiasmo que outros nigerianos. Prova disso é que os britânicos jogaram mais igbos na prisão por sublevação do que qualquer etnia durante as duas décadas de agitações e revoltas pré-independência. Assim, os igbos estavam em primeiro lugar na frente nacionalista quando a Grã-Bretanha finalmente concedeu a independência à Nigéria em 1960 — um gesto que, quando se olha para trás, parece um golpe de mestre: fazer uma retirada tática para conseguir uma vantagem estratégica suprema”. (ACHEBE, 2012, p. 47 e 48).

sua total separação da Nigéria. Para eles, essa divisão seria possível com a implementação de um projeto nacionalista próprio — que incluía a criação de um novo Estado-nação, a chamada República de Biafra, e o consequente processo de anexação e colonização das demais minorias étnicas da região do Delta. (OSHA, 2007; ROWELL et al., 2005).

Durante a guerra civil, as minorias étnicas do Delta ficaram de certo modo divididas. A quem deveriam apoiar? O que seria pior? Se submeter à Nigéria ou à Biafra dos igbos<sup>24</sup>?

Em 1968, Ogoni, situado no território reivindicado pela República de Biafra, foi invadido violentamente por tropas do governo federal. Muitos ogonis tentaram se esconder nas matas, mas logo eram capturados pelos soldados. Em pouco tempo, Ogoni transformou-se em um verdadeiro campo de batalha tanto para os soldados nigerianos como para o exército de Biafra.

Segundo Boele (1995, p. 8-9), assim que a guerra civil começou, alguns chefes de Ogoni foram chamados por líderes igbos para ocupar cargos no novo governo de Biafra. Foi assim que muitos ogonis, em busca de amparo e abrigo,

<sup>24</sup> O desprezo dos igbos pelos ogonis sempre foi notória. Segundo Boele (1995, p. 07), os ogonis eram comumente chamados de “pio-pio” pelos igbos, o que poderia ser traduzido como “idiota-idiota”.

passaram a viver temporariamente em campos de refugiados em terras igbo. Ainda que acolhidos, Boele destaca que os ogonis eram constantemente humilhados e discriminados. Já para os que se posicionavam contra a criação do Estado de Biafra, a sobrevivência também não era tarefa fácil. Aqueles que não conseguiam escapar para o lado da Nigéria eram capturados pelo exército de Biafra e levados para campos de concentração. Segundo Osha (2007, p. 72), “cerca de 30 mil indígenas ogonis morreram em consequência da guerra civil. Esse número abarcava 10% da população naquela época”.

Ken Saro-Wiwa foi um dos poucos ogonis que se posicionaram ao lado da Nigéria. Ele acreditava que a submissão aos igbos seria ainda pior para seu povo. Quando a guerra eclodiu, em julho de 1967, Ken Saro-Wiwa trabalhava como professor e estava começando sua pós-graduação em Teatro em Nsukka, cidade de predomínio da cultura igbo. Assim, na noite do dia 23 de setembro, ele e sua esposa, Maria Saro-Wiwa, fugiram da cidade. Eles escaparam em uma canoa, como ele mesmo contou, “de um tronco só, através dos rios e riachos do Delta até Bonny e dali para Lagos, para então somar esforços com o governo federal”. (SARO-WIWA, 1995, p. 23).

Alguns dias depois de Ken Saro-Wiwa

chegar a Lagos, tropas federais tomaram dos igbos a estratégica Ilha de Bonny, situada na entrada do Delta. Saro-Wiwa, que já era uma figura conhecida no país por sua notória trajetória acadêmica e política na University of Ibadan, foi convidado pelo governo federal a ocupar o cargo de Administrador de Bonny, sendo assim responsável pela reconstrução da área e pelos cuidados com o terminal petrolífero da ilha. (WIWA, 2000, p. 38). Ao aceitar o convite, Saro-Wiwa retornou ao Delta cerca de um mês depois de ter fugido dali. Como ele explicou: “Optei por retornar à linha de frente, não como um lutador, mas como um homem de paz, para orientar os civis que eram vítimas da guerra.” (SARO-WIWA, 1995, p. 23).

Sobre a sua escolha de lutar pela federação durante a guerra, acrescenta:

Embora eu reconhecesse as injustiças e as desigualdades na nação nigeriana, embora eu soubesse que os ogonis e outros grupos minoritários estavam somente na periferia do país, eu ainda votei pela Nigéria com esperança. A esperança da juventude de um futuro mais brilhante, o qual poderia ser discutido. (Ibid., p. 23)

A experiência de Ken Saro-Wiwa durante a guerra civil foi narrada por ele em seu livro *On darkling plain: an account of the Nigerian civil war* [Na planície sombria: um relato da guerra civil

nigeriana]. O livro foi escrito no final dos anos 1970, mas somente publicado em 1989. Em suas palavras:

Uma guerra civil é um evento muito divisivo; escrever sobre isso não pode ser tarefa fácil, especialmente quando alguém está buscando apresentar a verdade e essa verdade tem muitos lados, assim como protagonistas e interesses. Uma guerra civil em um país com tantos grupos étnicos, seitas religiosas, classes sociais e conflitos, como a Nigéria, tem sérias repercussões para indivíduos, famílias e comunidades. Escrever sobre isso é equivalente a andar sobre um campo minado. Apesar da minha hesitação em relação a tudo que cerca a última guerra civil, quero prestar minha homenagem aos homens e mulheres que de ambos os lados lutaram contra a injustiça, a hipocrisia e a farsa que eles viram. Nós devemos garantir que aqueles que morreram lutando não tenham morrido em vão. (SARO-WIWA, 2012, p. 43)<sup>25</sup>

Após o fim da Guerra Civil, com a vitória do exército nigeriano e o não reconhecimento de Biafra, Saro-Wiwa continuou servindo ao governo por mais alguns anos. Como vimos na Introdução, o que o artista buscava com sua inserção na política era lutar por tratamento justo para todos os grupos étnicos dentro de Rivers State e assegurar que esse

<sup>25</sup> Essa passagem de *On darkling plain* foi extraída de uma citação do próprio autor em seu livro póstumo, *A month and a day*. (SARO-WIWA, 2012).

tratamento existisse no contexto da nação. Mas por ser uma voz dissonante no governo, Ken Saro-Wiwa foi exonerado no início de 1973.

Depois dessa experiência, o ativista decidiu empreender e abriu em Port Harcourt a Saros International Limited, empresa revendedora de leite que depois ampliou seus negócios para a área de importação e exportação de alimentos, como arroz, frutas e óleo de palma<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Segundo Ken Wiwa (2000), a empresa cresceu consideravelmente ao longo dos anos 1970, acompanhando o crescimento econômico causado pelo *boom* do petróleo na cidade.

## 9. SOZABOY

SARO-WIWA

A Guerra Civil Nigeriana marcou profundamente a obra de Ken Saro-Wiwa. Antes de publicar seu livro de memórias *On darkling plain*, o artista lançou anos antes, mais precisamente em 1985, sua mais notória ficção literária: *Sozaboy: a novel in rotten English* [Sozaboy: um romance em inglês podre]<sup>27</sup>.

A partir da criação de uma linguagem própria, Ken Saro-Wiwa (1994) construiu sua narrativa centrada na história de Mene, um adolescente do pequeno vilarejo de Dukana (que bem poderia ser de Ogoni ou de outra comunidade) que se alista no exército durante a guerra civil como um sozaboy, um soldado. Sem saber ao certo o motivo da guerra, Mene, em sua ingenuidade de menino do interior, vibra num primeiro instante com a possibilidade de usar uniformes, dirigir caminhões e se tornar um soza, sinônimo de resistência e respeito no seu vilarejo. Órfão de pai, Mene quer mostrar à namorada e à mãe que será vitorioso no conflito. Porém, à medida que o jovem adentra nos combates, logo percebe que a guerra não era tudo aquilo que ele sonhava. No lugar de ser um

<sup>27</sup> *Rotten* significa podre, estragado, corrupto.

herói, ele era apenas mais uma vítima em um jogo perverso em que nenhum dos lados tinha razão. Uma forte crise de identidade acompanha Mene por todo o romance, como uma espécie de metáfora da condição política nigeriana.

Lá pelo meio da história, Mene muda de lado na guerra. Em uma situação de vida ou morte, o inimigo acaba por lhe oferecer a sobrevivência. É a partir desse momento que o oponente se torna irmão. Quando termina a guerra, Mene volta para a sua terra natal, ansioso para rever a mãe e a namorada. No entanto, quando chega a Dukana, descobre que elas foram mortas nos bombardeios aéreos e que no vilarejo ele não é mais bem-vindo. O povo de Dukana ficara sabendo que Mene havia trocado de exército no meio da guerra e, em retaliação, passa a lhe direcionar feitiços, desejando sua morte. Para sobreviver, mais uma vez Mene se vê obrigado a fugir e exilar-se em outras terras. No fim, desolado, o jovem não quer mais nem ouvir falar da palavra guerra. O último parágrafo do livro é exemplar nesse sentido. Diz Mene:

E eu fico agora pensando como eu estava orgulhoso antes de ser um soza e de me autodenominar sozaboy. Mas agora, se alguém disser qualquer coisa sobre guerra ou até mesmo luta, vou apenas correr e correr e correr e correr e correr. Acredite em mim, com os meus sinceros cumprimentos. (SARO-WIWA, 1994, p. 181)

Sobre a construção de uma linguagem híbrida e única por Ken Saro-Wiwa para o romance *Sozaboy*, o reconhecido escritor britânico William Boyd<sup>28</sup> destaca na introdução do referido livro:

Ninguém na Nigéria, na verdade, fala ou escreve desse modo, mas seu estilo no romance funciona de forma extraordinária. [...] Eu não consigo pensar em outro exemplo de onde a língua inglesa tenha sido tão habilidosa e envolventemente sequestrada. (BOYD, 1994, s/p).

Como o próprio Ken Saro-Wiwa explica na nota introdutória do livro:

A linguagem de *Sozaboy* é o que eu chamei de “inglês podre”, uma mistura do inglês *pidgin* nigeriano [crioulo], do inglês mal falado [*broken English*] e de flashes ocasionais do bom inglês idiomático. A linguagem é desordenada e perturbadora. Nascida de uma educação medíocre e de oportunidades extremamente escassas, ela toma emprestado livremente palavras, padrões e imagens de sua língua materna e encontra expressão em um vocabulário inglês muito limitado. Para seus falantes, ela tem a vantagem de não ter regras nem sintaxe. Ela prospera na ilegalidade e é parte da sociedade deslocada

<sup>28</sup> Filho de ingleses, William Boyd nasceu em Acra, capital de Gana, e passou a infância na Nigéria, tendo acompanhado de perto a guerra civil. Muito amigo de Ken Saro-Wiwa, Boyd escreveu diversos artigos comentando a obra do escritor onigoni.

e discordante no qual *sozaboy* deve viver e se movimentar sem domínio do próprio eu. (SARO-WIWA, 1994, s/p.)

Ainda que o livro contenha em suas últimas páginas um glossário em inglês das palavras e expressões usadas ao longo do romance, Ken Saro-Wiwa aposta, na visão do pesquisador de literatura africana Jeffrem Gunn (2008), no poder da ambiguidade. A incerteza, a confusão e a ambivalência da guerra civil é expressa no texto através da repetição de certas palavras que, ao longo da história, vão mudando de significado. Para Gunn, termos como “inimigo”, “problema”, “guerra”, “novo”, “velho” e “mau governo” são exemplares nesse sentido.

Embora em nenhum momento do livro o autor mencione que o conflito narrado em *Sozaboy* é a guerra civil nigeriana, esta capta com profundidade o dilema enfrentado pelas minorias étnicas daquele país. E é justamente por não situar sua história em dado lugar real (Dukana é ficcional) que o romance de Saro-Wiwa tem essa força de extrapolar fronteiras e fazer que o jovem Mene encarne o destino de muitos outros jovens do Sul global — daqueles que vivem na periferia do mundo globalizado, no permanente processo de tensão entre a exploração e a morte.

A história de Mene evidencia o que, de fato,

é inequívoco: “guerra é guerra” (SARO-WIWA, 1994, p. 139). E, como destacou Gunn (2008, p. 18), “a guerra é um jogo, e os sozaboys e Dukana irão inevitavelmente perder pela sua condição de minoria no conflito”.

Para William Boyd (1994, s/p.), o *sozaboy* funciona como um arquétipo, uma imagem da vítima, daqueles que se encontram desamparados, impotentes e perdidos. E diz: “Basta olhar a história recente da África para ver como é paradigmática a história de *Sozaboy*: jovens uniformizados, segurando fuzis AK-47, espalhando medo e desolação, marchando e morrendo por todo o continente”.

O jovem Mene também representa a vergonha e a humilhação de ser um “outro” em nossas sociedades segmentárias. Exemplo dessa situação de marginalidade é quando o protagonista volta para casa e descobre que não mais pertence àquele lugar. Desterritorializado, sua sina é inevitavelmente migrar. Desse modo, *Sozaboy* representa a condição diaspórica e fronteiriça de muitos jovens no pós-colonial. Jovens que, compelidos pelos acontecimentos da modernidade, são obrigados a reinventar-se a todo instante.

Para William Boyd (1994, s/p.), o romance de Ken Saro-Wiwa

nasceu da sua dura experiência pessoal, mas foi feito com uma arte sofisticada e majestosa,

embora aparente uma áspera falta de desenvoltura. Com sagacidade e talento, ele também carrega uma profunda mensagem moral que se estende além de seu tempo e cenário particular. Os *sozaboys* são uma legião, e a vida deles está sendo destruída em todas as partes do planeta. *Sozaboy* não é simplesmente um grande romance africano, é também um grande romance antiguerra, entre os melhores que o século XX produziu.

Tanto em *Sozaboy* como em *On darkling plain*, Ken Saro-Wiwa trouxe a público importantes reflexões sobre o paradoxo e o desespero de uma guerra civil, assim como as ciladas de um etnocentrismo egoísta e totalitário. Para as minorias sociais, a perda da ingenuidade e a criação de uma consciência espacial a partir da experiência concreta do deslocamento e da marginalização é tratada como estratégia fundamental nesse processo de sobrevivência em meio ao caos.

Como artista comprometido com o seu lugar de origem, mas igualmente com outros tantos lugares também subjugados pela “modernidade-colonialidade” (MIGNOLO, 2010), Ken Saro-Wiwa enuncia, por meio de sua arte, uma mensagem crítica acerca da cultura da violência e da supremacia étnica como forma de dominação econômica, política e cultural. Para que os nigerianos possam ser, de fato, sujeitos de plenos direitos assegurados dentro de um mesmo Estado-nação, o reconhecimento e o respeito

das diferenças culturais se faz imprescindível. Uma outra modernidade é portanto necessária — ou, como diria o crítico literário jamaicano Stuart Hall (2009, p. 45), “modernidades vernáculas” devem ser construídas para abrigar esse complexo sistema social de proliferação das diferenças<sup>29</sup>.

A luta que Ken Saro-Wiwa teceu ao longo de sua vida pública, especialmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, foi para que o Estado nigeriano reconhecesse os direitos das minorias étnicas de seu país, garantindo na forma de leis a coexistência de diferentes modos de vida. Para ele, cada povo tem o direito de assegurar sua cultura,

<sup>29</sup> Em seu texto *Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior*, Stuart Hall (2009, p. 25-46) destaca a capacidade que os sujeitos descentrados têm de, em todo lugar e a partir da criação de suas tendências “outras”, subverter e traduzir a modernidade, negociando o “assalto cultural global” com as suas diferenças. Sobre essa disseminação de outras modernidades, diz Hall (2009, p. 44-45): “Antes, a ‘modernidade’ era transmitida de um único centro. Hoje, ela não possui um tal centro. As ‘modernidades’ estão por toda parte; mas assumiram uma ênfase vernácula. O destino e a sorte do mais simples e pobre agricultor no mais remoto canto do mundo depende dos deslocamentos não regulados do mercado global — e, por essa razão, ele (ou ela) é hoje um elemento essencial de cada cálculo global. Os políticos sabem que os pobres não serão excluídos dessa ‘modernidade’ ou definidos fora dela. Eles não estão preparados para ficar cercados para sempre em uma tradição imutável. Estão determinados a construir seus próprios tipos de ‘modernidades vernáculas’ e estas são representativas de um novo tipo de consciência transcultural, transnacional, até mesmo pós-nacional”.

suas línguas e epistemologias. A riqueza do mundo não está em sua homogeneização, mas em sua diversidade e em seus hibridismos.

Diferentemente da perspectiva etnocentrada das elites igbos, que durante a guerra civil lutaram para se separar da Nigéria, Ken Saro-Wiwa reivindicava em sua arte política uma consciência espacial fronteiriça e descolonial. Ao propor uma cultura de diálogo entre as partes e o uso da não violência nos processos de negociação das diferenças, ele mostrava o quanto assimilara da modernidade ocidental a valorização da racionalidade da escrita jurídica, lutando por “direitos e deveres” dentro do Estado-nação, mas o fez subvertendo sua lógica colonialista de dominação das minorias. Ken Saro-Wiwa ensejava um Estado reconstruído de forma plural, a partir do lugar de fala dos diversos grupos étnicos que compõem a nação, erguendo o tão sonhado soberano Estado Democrático de Direito, em que as diferenças culturais possam ser reconhecidas e respeitadas em regime de igualdade.

Foi nesse sentido que o artista propôs como luta política para os ogonis, especialmente com a fundação do MOSOP, a defesa da autonomia étnica dentro do espaço comum do Estado-nação. Ou seja, a ideia não era se separar da Nigéria, mas garantir que os direitos e deveres dos ogonis fossem reconhecidos e negociados em pé de

igualdade com outros grupos. Sua militância era, dessa forma, pela libertação dos povos minoritários, subjugados pelos processos de colonialismo interno e neocolonialismo. Sua arte e campanha política se davam em prol da construção de um terceiro espaço — um espaço comum a todos nigerianos.

O que a Guerra de Biafra mostrou, sobretudo para as minorias do Delta, foi que a escolha de um dos lados não lhes garantiria melhores condições de vida. Para Ken Saro-Wiwa, a luta na Nigéria pós-colonial não deveria ser entre irmãos ou inimigos, mas pelo fim da violência que brutaliza e desumaniza o “outro” e a si mesmo. Para ele, a superação da condição de subalternidade das minorias sociais (sejam elas étnicas, de gênero, religiosas, etc.) só surgiria do rompimento com a cultura moderno-colonial binarista e totalitária. É nesse sentido que o pensamento do escritor muito se aproxima daquilo que o filósofo indiano Homi Bhabha (2007, p. 292) propaga para o sujeito da diferença cultural: que ela ou ele consiga enxergar nas bordas, nos interstícios, e possa assim ver “como o novo entra no mundo”.

Essa recriação é, portanto, sobrevida. Somente por meio da enunciação da diferença cultural em solidariedade com demandas de outras minorias sociais se faz possível criar um “terceiro espaço”, aquele capaz de hospedar articulações interculturais que operem no sentido de dessacralizar a supremacia cultural de um grupo ou agrupamento totalitarista.

## 10. A GUERRA ECOLÓGICA EM OGONI

**S**e a Guerra Civil Nigeriana chegava aos olhos do mundo ocidental a partir de uma série de imagens perturbadoras de crianças subnutridas, campos de refugiados superlotados e cidades inteiras destruídas por bombardeios aéreos, outro conflito se mantinha invisível: a guerra ecológica em curso no Delta do Níger. Foi justamente por tentar mostrar ao mundo a existência dessa guerra silenciada que Saro-Wiwa e outros milhares de ogonis foram levados à morte.

Como já vimos, os conflitos na região do Delta do Níger começaram num período anterior à exploração de petróleo; ainda assim, foi com a chegada das empresas petrolíferas que a situação de marginalização das minorias étnicas se agravou, chegando a níveis inaceitáveis de abusos e violações de direitos humanos e ambientais. Tão logo a Shell iniciou suas operações em Ogoni, inúmeros vazamentos e derramamentos de óleo passaram a contaminar os solos, as nascentes e os rios do local. A queima indiscriminada e ininterrupta de gás, muitas vezes dentro dos vilarejos, trouxe enormes transtornos respiratórios, mentais, físicos e psicológicos aos seus habitantes. Disputas pelo

uso do território, envolvendo funcionários da Shell, governo e populações nativas, somados aos históricos processos de marginalização, acirravam ainda mais a situação de privação dos ogonis.

Alguns meses após o término da Guerra Civil, em 1970, um desastre aconteceu na comunidade de Dere, em Ogoni. Uma explosão no campo petrolífero de Bomu, na época o maior campo da Shell na Nigéria, deixou o local em chamas por mais de dois meses. (SARO-WIWA, 2005, p. 57). Durante esse período, além da população local mal conseguir respirar — devido ao vazamento de gás e à enorme quantidade de monóxido de carbono na atmosfera —, a comunidade ficou sem água potável e sem poder acender fogo para cozinhar seus alimentos. O desastre em Dere é considerado por Ken Saro-Wiwa (2005, p. 72) um marco do processo de ecocídio em Ogoni.

Oamen Enaholo, jornalista da revista *African Impact*, escreveu acerca desse grande desastre:

Um morador de Dere disse que nunca vai se esquecer do dia 20 de julho de 1970, quando ele e seus vizinhos, de repente, viram um poço da Shell-BP explodindo em fogo e petróleo. [...] No que diz respeito aos danos nos rios e riachos, alguns especialistas acreditam que seja necessário que a Shell-BP remova toda a cobertura de óleo da superfície. A restauração da vida marinha não será possível nessa área enquanto o petróleo não for removido da água. Aconteça

o que acontecer, não há justificativa para o atraso de tanto tempo do relatório do comitê [do governo]. Se os membros desse comitê estão com dificuldade, isso não pode eximilos. Que eles tomem emprestado o que aconteceu em um caso prévio de acidente dessa natureza. Pensemos no desastre de Tory Canyon, ocorrido em 1967, na costa da Inglaterra. Nesse caso, o governo britânico exigiu da empresa de petróleo e aos donos do navio o pagamento de três milhões de libras esterlinas em indenização. (ENAHOLO apud SARO-WIWA, 2005, p. 72-74)

A tragédia no campo de Bomu e a consequente desordem no território dos ogonis marcaram profundamente a memória coletiva e individual desse povo. Embora fosse evidente a situação de precariedade e de agonia dos ogonis, compensação, reparação ou restituição eram palavras que não passavam nem perto do vocabulário dos dirigentes da Shell naquele período<sup>30</sup>. (AMUNWA, 2011).

Interessante notar que em abril de 1970, três

<sup>30</sup> Segundo o ativista Ben Amunwa (2011, p. 17), foi somente em 2010, durante um julgamento na Suprema Corte da Nigéria, que a Shell reconheceu sua responsabilidade na destruição ambiental em Dere. Entretanto, a empresa respondeu nesse julgamento por um único acidente ocorrido em maio de 2000. Ou seja, os mais de 50 anos de vazamentos e poluição em Ogoni ainda não foram levados a julgamento. Somente para essa ação, o governo nigeriano impôs à Shell o pagamento de uma multa indenizatória no valor de cinco bilhões de nairas, o equivalente a 35 milhões de dólares.

meses antes de o desastre acontecer, um coletivo de sete chefes tradicionais de Ogoni redigiu, em nome de seu povo, uma carta/petição de reclamação das operações da Shell em suas terras. A carta foi endereçada ao governador de Rivers State e enviada com cópia para a diretoria da Shell e para outros secretários do governo.

Dividida em 21 itens, a petição explicava a situação insustentável em que se encontravam os ogonis após a chegada da Shell e reivindicava atenção do governo estadual para os conflitos que a multinacional estava promovendo naquele lugar. Ainda que o documento seja longo, cito a seguir seus principais tópicos, visto que ele apresenta de forma clara a complexidade da conjuntura social, política, econômica e cultural de Ogoni naquele período:

[...] Embora seja um fato histórico que a indústria petrolífera tenha dado à economia nacional da Nigéria um grande salto à frente, infelizmente é igualmente verdade que nem a nação nem a Shell-BP jamais deram a merecida atenção aos efeitos que essa indústria teve e continuará a ter sobre a economia e a vida das pessoas da região. [...] Cerca de duas décadas atrás, a agricultura era o pilar da economia de Ogoni. Hoje, entretanto, toda a economia de nosso povo foi completamente interrompida com a convivência de uma nação que parece ter permitido à Shell-BP, uma organização puramente comercial, entrar e aproveitar à vontade a terra de nosso povo. Enquanto a nação recebe seus royalties, ninguém se

preocupa com o que acontece com o pobre agricultor cuja terra foi expropriada. [...] Destituído de sua única fonte de renda, o agricultor despossuído está arruinado e seus filhos não podem mais ter acesso à educação, nem sua família a uma vida decente. [...] A Shell-BP destrói culturas e economias baseadas na floresta sem dar uma compensação adequada aos seus proprietários. [...] E, porque a Shell-BP sabe que nenhum dos pobres camponeses que foi expropriado conhece os Regulamentos do Petróleo, ou nem mesmo sabe de sua existência, a empresa não se preocupa em consultá-los. [...] É ainda mais angustiante notar que as vítimas desses ataques são os pobres retornados da guerra que foram encorajados a cultivar a terra para produzir uma subsistência miserável. Vossa Excelência concordará que, para essas pessoas pobres, a guerra nunca terminará, uma vez que a dura realidade da guerra ainda hoje está com elas. 7) Quando Vossa Excelência recentemente honrou esta Divisão com uma visita, lhe foram mostrados extensos hectares de manguezais que foram destruídos pelos fluxos periódicos de petróleo em nossos rios e riachos, que mataram não apenas os mangues, mas os peixes, caranguejos, ostras etc., do qual depende o sustento dos mais pobres. Dessa forma, nosso direito garantido pela Seção 23 do Regulamento do Petróleo (Perfuração e Produção), de 1969, foi violado com a impunidade da Shell-BP. [...] 8) Hoje, em Gokana, a maioria das fontes de água, rios e cursos d'água está poluída por petróleo, lama e outros fluidos que contaminaram o abastecimento de água, violando a Seção 25 do Regulamento. No entanto, todos os apelos feitos à Shell-BP para fornecer às pessoas

abastecimento alternativo de água foram rejeitados. Nosso povo tem sido forçado a sacrificar suas necessidades para que a nação possa desfrutar do boom econômico da indústria do petróleo. [...] Vossas Excelências da Shell-BP e dos sucessivos governos não dão a menor atenção à nossa miséria e destruição generalizadas, consequência direta da indústria de petróleo em Ogoni. Os agricultores empobrecidos e desalojados estão sem meios alternativos de subsistência. Nenhuma consideração foi dada ao fato de que nosso povo não é empregado pela empresa. [...] É uma triste ironia de nossa história que nenhuma das áreas que fornecem a maior fonte de riqueza nacional tenha o privilégio de ter uma voz forte nos processos de elaboração de leis deste país. O resultado sempre foi que nunca se prestou atenção ao destino dos pobres que carregam todo o peso da carga econômica nacional nas costas. 12) Excelentíssimo Senhor, estamos implorando por solidariedade, porque nos últimos anos temos sido vítimas de uma negligência insensível por sucessivos governos, cujos únicos interesses são os *royalties* que lhes são atribuídos todos os anos pelas companhias. [...] 13) Tendo em vista o que precede, o povo ogoni busca a assistência fraterna do governo de Vossa Excelência para aliviar o sofrimento de seu povo. Prestamos nosso apoio e energia na luta pela criação do Estado de Rivers, para uma Nigéria unida, porque sempre acreditamos que só podemos ter justiça das mãos de nossos próprios irmãos. [...] Solicitamos respeitosamente ao governo de Rivers State que nos ajude na revisão das leis do petróleo, que seja dado alguma atenção ao fato de que a nação tem coletado seus fabulosos *royalties* na ruína e na miséria de

uma parte de sua população. [...] E, quando o abastecimento de água da população for poluído ou contaminado, ou qualquer uma de suas necessidades vitais for destruída em consequência direta da exploração ou produção de petróleo, deve-se reconhecer que a companhia de petróleo tem a obrigação de produzir alternativas para satisfazer essas necessidades. 18) Pedimos à consciência de nossos compatriotas que reconheçam que um povo que perdeu suas fontes de sustento no processo de enriquecimento da nação merece maior consideração do país e da empresa comercial que está aproveitando essa riqueza. (OGONI CHIEFS PETITION 1970 apud SARO-WIWA, 2005, p. 45-50)

Nenhuma resposta foi dada pelo governo aos chefes de Ogoni. Ken Saro-Wiwa, que na época era secretário do governo no setor de Educação, procurou negociar a demanda dos ogonis com os demais comissários de Rivers, mas não conseguiu nenhum resultado favorável. Dois meses depois, a Shell enviou uma carta-resposta ao governador, mostrando desprezo em relação ao sofrimento e ao apelo dos ogonis. Como bem destacou Ken Saro-Wiwa, “a Shell-BP aproveitou esse fato e mostrou a face mais feia possível do capitalismo internacional. [...] Ela] se comportou de maneira cruel, estúpida e racista.” (Ibid, p. 44).

A seguir cito alguns trechos da carta, de autoria de J. Spinks, gerente de operações da Shell-BP na Nigéria:

[...] Essa petição dos ogonis faz parte de uma série que se originou nos últimos anos, tentando imputar questões de desenvolvimento e outras responsabilidades a esta empresa, coisas que só podem ser adequadamente realizadas pelo governo ou por uma agência governamental. [...] Como é sabido, o principal objetivo de uma empresa de petróleo deve ser encontrar e produzir hidrocarbonetos tão eficientemente quanto possível. Essa é uma atividade que contribui de forma significativa para o desenvolvimento econômico global e de qualquer país em que opera. Como é o caso de outras empresas petrolíferas que operam na Nigéria, as nossas obrigações e responsabilidades estão claramente delineadas nos acordos celebrados com o governo federal e nas leis e nos regulamentos relativos à indústria de petróleo na Nigéria. Estes foram sempre meticulosamente observados por essa empresa. Temos, no entanto, sido extremamente cuidadosos para garantir que as nossas operações causem perturbações mínimas às pessoas nas áreas em que operamos. [...] Tal como acontece com qualquer reivindicação especial, a petição exagera ou distorce os fatos [...], não há dúvidas de que os benefícios decorrentes da presença da Shell-BP em Ogoni superam em muito qualquer desvantagem. [...] [...] A] poluição [...] não afeta uma área extensa e é uma condição temporária, não permanente. Novamente um argumento exagerado está sendo usado na tentativa de induzir a empresa a realizar atividades (isto é, a provisão de um suprimento de água alternativo, presumivelmente por perfuração de poços de água) que não se encontra no escopo de responsabilidade da empresa. [...]

É extremamente improvável que exista miséria generalizada em Ogoni em decorrência direta da indústria petrolífera, tendo em conta que uma área proporcionalmente muito pequena de terra é ocupada por tal indústria. E, se os agricultores foram de fato deslocados e deixados sem meios alternativos de subsistência, é realmente estranho que tais casos não tenham sido protocolados nos anos anteriores em que operamos na Divisão. [...] Os habitantes de Ogoni estão qualificados para o emprego e para as bolsas de estudo assim como os outros nigerianos. Trinta e nove pessoas de Ogoni estão empregadas nessa empresa em várias categorias e cargos. (SPINKS apud SARO-WIWA, 2005, pp. 50- 56)

Num contingente de aproximadamente 500 mil pessoas, a justificativa da Shell de que 39 ogonis trabalhavam em sua empresa soou, no mínimo, demagógica. Sua atitude de descaso em relação à destruição dos modos de vida desse povo, diria Ken Saro-Wiwa (1995; 2005), além de racista, era genocida. O argumento para tal assertiva é o de que, se a multinacional tinha conhecimento de que o governo nigeriano desprezava os pedidos de Ogoni, e que suas operações estavam destruindo as fontes de sobrevivência desse povo, o seu completo rechaço só poderia ser entendido como um desejo consciente de eliminação desse povo.

Até quando a Shell conseguiria manter seu discurso de empresa virtuosa que trabalha “tão eficientemente quanto possível” na garantia

de que suas operações “causem perturbações mínimas” aos povos nativos do Delta? Mais do que um acidente, estudos sobre o desastre de Bomu revelaram que os métodos de exploração naquelas terras operavam muito abaixo dos padrões internacionais de segurança. Os procedimentos utilizados pela Shell no Delta do Níger não eram os mesmos que a empresa utilizava, no mesmo período, em outras partes do mundo.

O que Ken Saro-Wiwa percebeu nesse processo foi que o desprezo pelas ecologias ogonis não vinha somente da ganância corporativa estrangeira, mas da falta ou da ineficiência de leis e regulamentações jurídicas nacionais que impusessem padrões mínimos de segurança às operações de exploração mineral. Tanto o governo federal quanto o estadual eram coniventes com a situação de espoliação das minorias étnicas no Delta. Ao não exigir das empresas poluidoras políticas de reparação aos danos causados por suas operações, o governo compactuava com o ecocídio em curso no Delta. Assim, com uma jurisprudência fraca e ambígua, o Estado deixava passar tranquilamente uma série de práticas ilegais da indústria petrolífera com vistas a manter suas elevadas receitas provenientes dos *royalties* de petróleo.

De acordo com Ben Amunwa (2011, p. 68), desde o final dos anos 1970 é proibida a queima de gás em instalações petroquímicas na Nigéria.

Com o documento Gas Reinjection Act [Decreto de Reinjeção de Gás], expedido pelo governo federal em 1979, essa medida regulatória se tornava pública. Entretanto, outro documento dizia que o ministro responsável pelos recursos petrolíferos era legalmente habilitado a assinar autorizações para esse tipo de prática poluidora. O resultado dessa contradição jurídica é que as empresas multinacionais de petróleo com atuação no Delta, com o objetivo de minimizar seus custos de produção, continuam até hoje a queimar o gás excedente de sua produção, contribuindo profundamente para o aquecimento global e o envenenamento das populações locais.

Foi a partir dessa constatação de desprezo e marginalização do povo ogoni pelas multinacionais petrolíferas e pelo governo nigeriano que Saro-Wiwa passou gradativamente ao longo dos anos 1970 e 1980 a afirmar em seus textos, tanto literários como jornalísticos, que a Shell em Ogoni era racista e que, para tanto, contava com o apoio institucional das elites governantes na Nigéria.

## 11. ARTE E ATIVISMO

Como vimos na Introdução, em 1985 Saro-Wiwa transformou sua empresa Saros International em uma editora popular e passou a publicar seus livros e os de outros escritores nigerianos e africanos que não conseguiam espaço no mercado editorial dominante. Nesse mesmo ano, o artista começou a produzir na rede de televisão estatal nigeriana, a NTA, a *sitcom Basi and Company*. A série, que foi um grande sucesso de público no país, atingindo recordes de audiência durante cinco anos, ridicularizava a ganância dos nigerianos que queriam, por meio de esquemas fraudulentos, “ganhar dinheiro fácil”.

Discussões sobre corrupção, marginalização étnica e degradação ambiental se tornavam cada vez mais frequentes e centrais na literatura de Ken Saro-Wiwa. Esses assuntos foram tratados com muito humor na referida série, mas também com grande densidade poética em seus livros infantis, utilizando parábolas e procedimentos de tradução de contos populares, imprimindo assim um conteúdo moral e ético às suas histórias. Essa pegada mais ativista também era visível em seus romances e

livros ficcionais, como em *Songs in a time of war*<sup>31</sup> [Canções em um tempo de guerra] de 1985 — que conta a história de um jovem nigeriano que retorna ao seu país depois de estudar na Inglaterra —, e *A forest of flowers* [Uma floresta de flores], coletânea de 19 contos publicada em 1986<sup>32</sup>.

Mas o momento de virada do escritor como um dos principais líderes políticos de Ogoni ocorreu em 1989, quando ele se tornou o presidente da Ogoni Central Union e, depois, o principal articulador político e intelectual para a criação do MOSOP. Foi em 1990, ao assumir a presidência da ANA, Association of Nigerian Authors [Associação dos Escritores Nigerianos], que ele passou a se destacar nacional e internacionalmente como

<sup>31</sup> Pela escrita de *Songs in a time of war*, Ken Saro-Wiwa recebeu da Associação dos Escritores Nigerianos o prêmio Poetry Prize Runner-up de 1985. (NA'ALLAH, 1998).

<sup>32</sup> Diz o texto da contracapa do livro: *A forest of flowers* explora “[...] o absurdo da vida a partir de personagens cujas modestas ambições são constantemente contrariadas por espíritos enfadonhos na forma de funcionários ociosos e corruptos, cônjuges adúlteros, parentes invejosos e empresários não confiáveis. Por meio de uma série de episódios, aparentemente provincianos e de pequena escala, uma nação é mostrada segmentada sob as pressões da má administração, da avidez corporativa, da preguiça, da ignorância e de interesses mercenários, enquanto seu povo luta contra o abuso e a negligência do governo, a pobreza, a extorsão, a doença, a superstição e a desconfiança étnica”. (SARO-WIWA, 1986). Em 1987, o livro recebeu o prêmio Commonwealth Writer Prize da Comunidade das Nações. (NA'ALLAH, 1998).

importante artista-ativista (BASSEY, 2013).

A partir desse mesmo ano, Ken Saro-Wiwa direcionou boa parte de sua obra literária ao gênero não ficcional, procurando documentar, especialmente para o público internacional, a situação de marginalidade dos ogonis e de outras minorias do Delta. Sobre o compromisso político com a sua arte, ele escreveu em seu livro-diário *A month and a day* [Um mês e um dia], produzido na prisão:

[...] a literatura precisa servir à sociedade impregnando-se na política, intervindo; os escritores não devem escrever meramente para divertir ou para lançar um olhar desconcertante/crítico à sociedade. Eles devem desempenhar um papel intervencionista. Minha experiência é a de que governos africanos podem ignorar os escritores, confortáveis com o fato de que apenas poucos conseguem ler e escrever, e aqueles que conseguem ler encontram pouco tempo para o luxo do consumo literário para além da necessidade de passar em exames baseados em textos já estabelecidos. Por esse motivo, o escritor deve ser *l'homme engagé*: o homem intelectual da ação. Ele deve participar de organizações de massa. Ele deve estabelecer contato direto com as pessoas e recorrer à força da literatura africana — a oratória. Pois a palavra é poder e mais poderosa é quando expressa em moeda comum. (SARO-WIWA, 2012, p. 55)

Antes do lançamento oficial do MOSOP, com

a publicação da Carta de Direitos do Povo Ogoni, Ken Saro-Wiwa fez duas viagens internacionais que marcaram sua visão acerca do que poderia vir a ser o ativismo ogoni da última década do século XX. Primeiro ele visitou a União Soviética, a convite do African Institute, e depois os Estados Unidos, para uma série de reuniões com organizações sociais que estavam construindo as bases de um movimento internacional por justiça ambiental. Como ele próprio relatou em *A month and a day*:

As duas visitas foram importantes para o desenvolvimento da causa ogoni, que naquela época se tornara a maior das minhas preocupações. Na União Soviética, assisti ao início da morte de um Estado multiétnico, que alguns grupos étnicos tinham mantido juntos pelo uso da força e da violência. Os rumores da desintegração já haviam começado. A visita aos Estados Unidos moldou minha consciência para a necessidade de o povo ogoni se organizar para a luta pelo seu ambiente. Uma visita a um grupo em Denver, no Colorado, [...] mostrou o que é possível ser feito por um grupo ambientalista quando este pressiona o governo e as empresas. (SARO-WIWA, 2012, p. 53-54)

Ao tomar maior conhecimento sobre a situação de marginalização das minorias étnicas no Leste Europeu, e estudar as principais estratégias do movimento ambientalista nos Estados Unidos, Saro-Wiwa passou a se dedicar ao estudo de

diversos movimentos populares. As ideias pacifistas e anticoloniais de Mahatma Gandhi e Martin Luther King se juntavam agora às dos movimentos indígenas no México, de intelectuais e revolucionários africanos e de movimentos cuja bandeira de luta se posicionava contra o racismo ambiental. Com base nessa pluralidade de ideias libertárias, Saro-Wiwa trouxe para o centro do debate da causa ogoni discussões acerca dos conceitos de racismo ambiental, racismo institucional e justiça social. Nas palavras dele (2012, p. 54-55):

Essa viagem me convenceu de que a questão ambiental era a base mais forte na qual o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni poderia se assentar. Retornei à Nigéria sabendo que minha carreira como empresário tinha efetivamente acabado, assim como meu trabalho de produtor de televisão. Quando meu artigo “A guerra vinda do Delta” na coluna Similia foi cortado, isso me alertou para o fato de que meus argumentos sobre Ogoni e a humilhação dos povos atingidos pelo petróleo no Delta não seriam aceitos pelo governo de Babangida. O dr. Ogunbiyi, meu chefe na redação, pressionado a não tornar o jornal um megafone, me demitiu sem cerimônias e pôs fim a um emocionante período de minha vida no grupo *Daily Times*. Desse momento em diante eu decidi me dedicar em tempo integral à causa ogoni.

Ken Saro-Wiwa sabia que seu compromisso como líder político em Ogoni demandaria um

esforço fenomenal de sua parte; entretanto, estava convencido de que essa dedicação era necessária. Segundo ele, um chamado espiritual o fez direcionar todas as suas energias para o ativismo político no Delta. Em suas palavras:

Certa noite, no final de 1989, eu estava no meu escritório, trabalhando em um novo livro, quando recebi um chamado para colocar a mim mesmo, minhas habilidades e meus recursos, tão cuidadosamente nutridos ao longo dos anos, à disposição do povo ogoni e de povos vizinhos que se encontravam expropriados, desencorajados e em vias de extinção na Nigéria e em outros lugares. A voz falou comigo, dando-me as diretrizes sobre o que fazer e assegurando meu sucesso em vida ou após essa. Fui avisado das dificuldades que esse tipo de chamado poderia carregar e dos graves riscos que eu estaria correndo. Sem hesitação, coloquei-me à serviço da Voz. Conversei com minha família, informando-a acerca da causa à qual eu estava prestes a dedicar minha vida, e recebi sua compreensão e sua bênção. Ao formar o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, deixei claro que levaria comigo a grande massa do povo ogoni, que não seria a luta de um homem só, mas um movimento das massas. Descobri que tinha tocado no coração de todos os ogonis. Eu não lhes estava dizendo nada que não soubessem; eu não os estava convocando a fazer sacrifícios dos quais eles não estavam conscientes. Em suma, os ogonis estavam prontos para a revolução, prontos para encarar a sua história e a de seus algozes de maneira não violenta. (SARO-WIWA, 1995, p. 26)

Em agosto de 1990, na casa do chefe tribal Edward Kobani, Ken Saro-Wiwa se reuniu com chefes tradicionais, jovens ativistas, lideranças religiosas e integrantes de diversas associações de Ogoni para discutir coletivamente o futuro daquele povo. A ideia era criar um movimento social que abrangesse as diversas organizações de base em Ogoni. O MOSOP seria, assim, uma espécie de organização “guarda-chuva”, abrigando em seu interior, em uma única frente de luta, as diversas demandas das organizações sociais de base.

## 12. O MOSOP

ou uma descrição melhor para o crime contra o povo ogoni, ficarei feliz em saber disso.

O MOSOP surgiu em reação à profunda crise política e ecológica que aterrorizava o povo ogoni. Em 1990, o índice de desemprego na região marcava o recorde de 70%. Suas terras, depois de mais de 30 anos de exploração irresponsável de petróleo, encontravam-se profundamente degradadas e estéreis. O número de pessoas mortas e doentes em decorrência dessa terrível guerra ecológica assombrava os ogonis e os impulsionava para o movimento de militância pelo direito à vida.

Os índices de contaminação do ar, dos alimentos e da água eram mortíferos, e por isso Saro-Wiwa argumentava em seus textos que estava em curso um genocídio em Ogoni. Como ele explica na nota introdutória do seu livro *Genocide in Nigeria* (2005, p. 9):

Alguns podem me perguntar sobre o uso que faço da palavra “genocídio” para descrever o que vem acontecendo com o povo de Ogoni. As Nações Unidas definem genocídio como um “conjunto de atos praticados com a intenção de destruir um grupo nacional, étnico, racial ou religioso”. Se alguém, depois de ler esse livro, tiver alguma dúvida sobre,

Como já dito, Ken Saro-Wiwa foi o grande articulador intelectual do MOSOP. Esse reconhecimento como guia ou mentor do movimento lhe foi concedido, entre outras razões, por ele ter sido o responsável pela escrita inicial da Carta de Direitos do Povo Ogoni, documento que reivindica a autonomia política desse povo dentro do Estado nigeriano. Depois de redigida, a Carta foi examinada pelas organizações de base do movimento e, então, em 26 de agosto de 1990, representantes dessas organizações assinaram o documento, corroborando seu conteúdo e adotando-o como instrumento político.

Assim, em 2 de outubro de 1990, como “uma das mais importantes declarações vindas da África nos últimos tempos” (SARO-WIWA, 1992, p. 1), a Carta foi finalmente entregue ao presidente da República em exercício, o general Ibrahim Babangida, e aos membros do conselho das Forças Armadas Nigerianas.

Sob o lema “Liberdade, Paz e Justiça”, a campanha dos ogonis estava baseada em “três ideias correntes no mundo moderno e relevantes no discurso internacional: meio ambiente, direitos humanos e direitos dos povos indígenas”. (SARO-

WIWA, 1995, p. 26). A Carta de Direitos do Povo Ogoni continha 20 pontos, nos quais os ogonis chamavam a atenção do governo e da população nigeriana para os fatos presentes. Tratava-se de uma clara afirmação da intenção dos ogonis de “permanecer como parte da República Federal da Nigéria” e de sua reivindicação política por autonomia. (THE OGONI BILL OF RIGHTS, 1990).

No que se referia à autonomia, o movimento almejava:

1. o controle político dos assuntos de Ogoni pelos ogonis;
2. o uso de uma proporção justa dos recursos econômicos de Ogoni para o desenvolvimento dos ogonis;
3. representação direta e adequada em todas as instituições do país;
4. o direito ao uso e ao desenvolvimento das línguas ogonis em todo o território nigeriano;
5. o direito de pleno desenvolvimento de sua cultura;
6. o direito de liberdade religiosa;
7. o direito de proteger seu ambiente e seu ecossistema de uma degradação maior.

A Carta, a exemplo das reivindicações anteriores, foi ignorada pelo governo. Em 1991, exatamente um ano após a escrita do referido documento, o MOSOP lançou um adendo expondo de forma concisa sua insatisfação diante do contínuo descaso governamental. Destaco a seguir alguns trechos desse manifesto:

[...] nossas reivindicações, conforme esboçadas na Carta de Direitos do Povo Ogoni, são legítimas, justas, e o nosso direito inalienável está em conformidade com os valores civilizados em todo o mundo [...] Nós não podemos ficar de braços cruzados enquanto somos, como povo, desumanizados, lentamente exterminados e direcionados à extinção, assim como nossos ricos recursos vêm sendo desviados para o conforto e o benefício exclusivo de outras comunidades nigerianas e de acionistas das empresas multinacionais de petróleo. (ADDENDUM TO THE OGONI BILL OF RIGHTS, 1991, p. 6)

Silenciados na Nigéria, os ogonis sabiam que sua única chance seria apelar à comunidade internacional. Foi nesse sentido que o MOSOP passou a formalizar pedidos de representação em diversos órgãos internacionais, na expectativa de que eles pudessem intervir e colaborar com sua luta. Entre outros, o adendo mencionava pedido de ajuda à Comissão das Nações Unidas de Direitos Humanos, à Secretaria da Commonwealth,

à Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos e à Comunidade Europeia.

Os ogonis argumentavam que, sem a colaboração e a solidariedade da comunidade internacional, as políticas nocivas do conluio entre companhias petrolíferas e governo continuariam até que o povo de Ogoni fosse “eliminado da face da Terra”. Os ativistas do MOSOP diziam também que “a elite nigeriana (burocrática, militar, industrial e acadêmica) fez vista grossa e não deu ouvidos aos atos de desumanização praticados pelas maiorias étnicas”, conspirando com os agentes da destruição de Ogoni. (ADDENDUM TO THE Ogoni BILL OF RIGHTS, 1991, p. 7). Por fim, os ogonis, reunidos pelo MOSOP, enfatizaram que:

[...] o povo ogoni repudia violência na sua luta justa por direitos dentro da República Federal da Nigéria, e lutará, através de todos os meios legais e, enquanto for necessário, por justiça social e equidade para si próprio e para seus descendentes, e em particular pela demanda de autonomia política, como uma unidade distinta e separada dentro da nação nigeriana, com plenos direitos a: (i) controle político dos assuntos de Ogoni; (ii) uso de pelo menos 50% dos recursos econômicos de Ogoni para o seu desenvolvimento; (iii) proteção do ambiente e do ecossistema de Ogoni contra uma degradação maior; e (iv) garantia de total restituição dos danos causados à saúde do nosso povo por queima de gás, derramamento de petróleo

e explosões com fluxo descontrolado de hidrocarbonetos, pelas seguintes companhias petrolíferas: Shell, Chevron e seus cúmplices nigerianos. (Ibid., p. 7)

Mais uma vez o MOSOP foi ignorado pelo governo nigeriano. Foi então que eles decidiram, em novembro de 1992, após uma grande reunião popular, emitir um aviso-prévio de 30 dias para as companhias petrolíferas em Ogoni. O conteúdo do aviso era claro: “Reembolsar os royalties, pagar indenização pelas terras devastadas ou partir”. (SARO-WIWA, 1995, p. 2). Tanto o governo quanto as empresas que operavam no local (Shell, Chevron e NNPC) ignoraram o aviso. Invisibilizados, os ogonis passaram a organizar no mês de dezembro aquela que seria até hoje lembrada como a maior demonstração pública de repúdio às ações perversas das empresas petrolíferas em parceria com os governos.

## 13. OGONI DAY: A CELEBRAÇÃO DA RESISTÊNCIA

4 de janeiro de 1993: dia em que a ONU declarava o início do Ano Internacional dos Povos Indígenas do Mundo e que o ogonis anunciaram como o Dia de Ogoni. Para celebrar sua história de resistência, 300 mil pessoas realizaram uma manifestação histórica “contra a guerra ecológica da Shell e a negativa do governo nigeriano a todos os direitos dos ogonis”. (SARO-WIWA, 1995, p. 2) Pacífica, a manifestação aconteceu simultaneamente em diversas localidades de Ogoni. Os mais animados marchavam pelas principais estradas de Ogoni, unindo diversos vilarejos em uma grande festa. Idosos e crianças demonstravam sua participação festejando nos centros de suas vilas. Para os ogonis foi um dia memorável, um dia em que o povo, cansado de sua situação, pôde brincar e carnavalizar seu repúdio à Shell e à negligência do governo.

Empunhando cartazes escritos à mão, galhos e ramos de árvores, os ogonis dançavam e cantavam tanto em suas línguas nativas como em inglês. Sobre esse grande acontecimento, lembrou

Saro-Wiwa (1995, p. 3):

Uma marcha de protesto com 300 mil pessoas em qualquer lugar do mundo é um evento; e tal marcha acontecer sem que nenhuma pedra fosse arremessada é um fenômeno raro. Esse acontecimento singular sublinhou a natureza não violenta da luta que os ogonis tinham iniciado; mostrou a alta disciplina que os ogonis tinham sob liderança do MOSOP. Foi um evento pacífico porque as forças de segurança, que estavam espalhadas no dia por todas as partes de Ogoni, não recorreram à violência. A marcha preocupou a Shell e a ditadura militar nigeriana dominante.

Um evento dessa magnitude precisava ser registrado. Como na Nigéria as agências de notícias não estavam interessadas em divulgar a causa ogoni, Ken Saro-Wiwa procurou apoio fora do país. Muitos pedidos foram negados ao escritor, que havia assumido no MOSOP o cargo de porta-voz do movimento. Por fim, ele conseguiu convencer o Greenpeace da importância desse ato e a ONG acabou enviando uma pequena equipe para documentar a marcha. Além deles, um cinegrafista australiano, integrante do grupo londrino Rainforest Action Group, também compareceu para filmar o evento. (SARO-WIWA, 2012, p. 73).

Assim, o dia 4 de janeiro passou a figurar no calendário dos ogonis como o dia do orgulho da luta, em que a multidão se reuniu e gritou em

massa que a Shell era *persona non grata* em Ogoni. Um senso de comunidade e justiça se espalhava pela região e influenciava também outras minorias atingidas pelo petróleo. Entoado como resposta à lógica da subjugação, o grito dos ogonis aproximou-se daquilo que o filósofo camaronês Achille Mbembe (2014, p. 68-69) diz sobre o clamor das vozes que se colocam em exaltação para cumprir a tarefa de “salvar da decadência absoluta aquilo que foi condenado à insignificância”. E continua:

Esse grito — conjuração, anúncio e protesto — exprime a vontade dos escravos e colonizados de acabar com a resignação, de se unirem; de se autorecriarem, enquanto comunidade livre e soberana, de preferência através do seu trabalho e das suas obras; ou ainda de se apoderarem da sua própria origem, da sua própria certeza e do seu próprio destino no mundo. (MBEMBE, 2014, p. 68-69)

Depois desse grande acontecimento celebratório da força popular ogoni, Saro-Wiwa viajou à Europa no intuito de divulgar as imagens da manifestação e de conversar sobre a Carta de Direitos do Povo Ogoni com a imprensa internacional e com organizações supranacionais. Pela primeira vez na história, Ogoni ganhava destaque na mídia britânica e europeia. Meios de comunicação de grande visibilidade, como o canal televisivo CNN e a revista Time, acabaram expondo a condição de submissão

e precariedade dos ogonis em consequência das ações da Shell em seu território. (WIWA, 2000)

A audácia dos nativos organizados, que sem meias-palavras difamavam a reputação da empresa no Norte global, acusando-a de violação de direitos humanos, foi recebida com grande preocupação pela diretoria da Shell. Enquanto pensavam no que fazer, os diretores decidiram suspender temporariamente as operações no local, alegando que estavam sendo intimidados pelo MOSOP. Para a Shell, essa situação não poderia se estender por muito tempo, visto que 30 mil barris de petróleo por dia eram extraídos de Ogoni em cinco campos petrolíferos. (OKONDA & DOUGLAS, 2003)

Como de costume, a empresa procurou resolver a situação da forma o mais “eficiente possível” e agendou, para o mês de fevereiro, duas reuniões com o governo nigeriano nas sedes da empresa em Londres e Roterdã. (WIWA, 2000, p. 21). As minutas das reuniões, divulgadas posteriormente, confirmam que a Shell sentia-se apreensiva com o fato de que os ativistas estavam “usando a mídia e os grupos de pressão” para o reconhecimento dos problemas sociais e ambientais em Ogoni. A Shell e o governo militar decidiram então monitorar juntos cada passo do movimento, especialmente os de Ken Saro-Wiwa, identificado na referida ata como o “principal responsável” pela insurgência dos ogonis. (SARO-WIWA, 1995, p. 5).

## 14. O CONLUÍO

Uma mãe de cinco filhos, a senhora Karalolo Korgbara, foi atingida e seu braço esquerdo foi amputado às despesas do MOSOP.

**E**m abril de 1993, Ken Saro-Wiwa foi detido e interrogado diversas vezes. Os militares queriam extrair dele uma declaração de que o MOSOP era um movimento separatista. Mas, como não era, não foi possível incriminá-lo. A Shell, que declarava à imprensa internacional ter saído de Ogoni por causa da hostilidade do povo local, na verdade continuava operando ali, mas de forma discreta. A empreiteira estadunidense Willbros, contratada da Shell para construir um grande oleoduto no Delta, manteve os trabalhos em Ogoni. Até que um grande conflito rompeu com a pretensa discrição dessas empresas. No dia 30 de abril, moradores da vila de Biara saíram para protestar pacificamente contra a destruição de seus plantios pela construção do oleoduto, o não pagamento de indenização aos moradores e as falhas no relatório de avaliação de impacto ambiental da obra. Como relatou Saro-Wiwa (1995, p. 5),

a Shell não hesitou em solicitar aos soldados do exército nigeriano, que ela tinha contratado para vigiar os trabalhadores da Willbros, que atirassem nos manifestantes desarmados que somente seguravam galhos de palmeira. Um homem foi morto e outros 11 foram baleados.

Os tiros enfureceram as massas em Ogoni, e estas iniciaram uma série de protestos espontâneos, sem organização prévia do MOSOP. Diante da raiva dos ogonis, integrantes do MOSOP rapidamente foram às rádios locais e enviaram cartas e comunicados aos vilarejos pedindo calma aos manifestantes. Segundo Ken Saro-Wiwa (1995), logo os ogonis se tranquilizaram e os protestos não organizados pelo MOSOP cessaram.

A violência no Delta não era somente contra os ogonis. Qualquer comunidade que viesse a protestar contra os modos de operação das petroleiras era brutalmente reprimida pelo Estado. Como exemplo dessa carnificina das minorias rebeldes, Saro-Wiwa citou em sua Declaração ao Tribunal a tragédia vivenciada pela comunidade de Etche, vizinha de Ogoni, no mesmo mês em que o MOSOP foi lançado.

[...] após uma manifestação pacífica de alguns jovens em um dos estabelecimentos da Shell, a Polícia Tática (popularmente conhecida em Ogoni como “matar e sair”) foi convocada especificamente pela Shell para intervir na aldeia de Umuechem. Oitenta pessoas foram massacradas e 495 casas, queimadas. A Comissão Judicial de Inquérito, que foi posteriormente constituída, recomendou que os membros da Força Policial fossem

processados por essa violação. Até a presente data, ninguém foi processado. O procurador-geral do Estado de Rivers, que deveria ter processado os criminosos, retornou à sua prática jurídica e agora é um representante da marca Shell. Pelo supracitado, o que fica evidente é a estreita colaboração entre a Shell e a ditadura militar na violação dos direitos humanos na Nigéria. Além disso, a Shell tem os meios para apelar à violência física a fim de tornar a guerra ecológica ainda mais letal, o que torna a empresa extremamente perigosa para a existência humana no Delta do Níger, onde está situada a maioria de suas atividades. (Ibid., p. 3)

Sem hesitar, Saro-Wiwa afirmou: “a ditadura militar nigeriana sobrevive da prática da violência e do controle dos meios de violência”. E mais: como os governos ditatoriais dependem do dinheiro oriundo do petróleo, não medem esforços para reprimir qualquer tipo de manifestação contrária a esse tipo de exploração. (Ibid. p. 3).

Uma das formas encontradas pela aliança para destruir o ativismo do MOSOP foi, segundo argumentam diversos autores, a velha e conhecida estratégia de guerra de “dividir para governar”. (OSHA, 2007; IKARI, 2006; OKONDA & DOUGLAS, 2003; SARO-WIWA, 1995; BOELE, 1995). Monitorando de perto o movimento e percebendo certas clivagens ideológicas no seu interior — como a diferença de opinião entre jovens e chefes tradicionais —, os aliados procuraram se infiltrar e acentuar certas

rivalidades dentro do movimento. A estratégia era simples: fragmentar o MOSOP para que ele perdesse sua força de coletividade e o reinado da aliança governo-petroleiras voltasse a prosperar.

Como vimos, o MOSOP conseguiu agregar diversos grupos e segmentos sociais de Ogoni. As diferenças no interior do MOSOP eram respeitadas visando uma prática coletiva coesa. Os ogonis sabiam que somente a partir de uma militância comum, pacífica e agregadora, seria possível vencer uma guerra daquela magnitude.

Ainda que Ken Saro-Wiwa se relacionasse bem com a maioria dos chefes tradicionais de Ogoni, seu posicionamento político estava muito mais alinhado com o movimento mais libertário das mulheres, dos jovens e dos estudantes de Ogoni — que reivindicavam com maior ênfase a construção horizontalizada dentro do movimento.

Cabe aqui mencionar que Ken Saro-Wiwa foi um dos grandes incentivadores do ativismo feminino em Ogoni, contribuindo para a criação, em 1993, da FOWA — Federation of Ogoni Women’s Association [Federação das Associações de Mulheres Ogonis], que permanece ativa até hoje. A FOWA surgiu com o objetivo de reunir as organizações de mulheres em prol do fortalecimento da luta feminina e das práticas de autogestão dentro do MOSOP. Ken Saro-Wiwa chamava a atenção para o fato de que as mulheres eram as que mais sofriam com a presença

das petrolíferas. Elas, assim como as crianças, tinham menos chances de migrar para os centros urbanos, estando assim condenadas a sobreviver em um ambiente perversamente hostil. Na cultura tradicional ogoni, as mulheres são as responsáveis pela obtenção dos alimentos e da água para as famílias. (SARO-WIWA, 2005; IROMUANYA, 2008).

Segundo Diana Barikor-Wiwa (1997), com a chegada da Shell em Ogoni, a pressão pelo uso da terra aumentou e muitas mulheres sem apoio jurídico tiveram suas terras violentamente expropriadas sem nenhuma compensação. Assim, além de organizar atividades de protesto contra as petrolíferas e o governo, a FOWA procurava desenvolver atividades econômicas coletivas entre as mulheres, como cooperativas de produção de cerâmica e tecelagem, e projetos de educação popular<sup>33</sup>. (BARIKOR-WIWA, 1997).

As demandas por maior autonomia das mulheres e dos jovens e por uma construção horizontalizada dentro do movimento, se chocavam com certos valores da cultura tradicional ogoni. Ainda assim, Ken Saro-Wiwa, com seu notório talento de diálogo e negociação, buscava conciliar os interesses das partes e manter o MOSOP unido.

<sup>33</sup> Segundo Helen Fallon (2013, p. 6), ao utilizar metodologias de ensino do educador brasileiro Paulo Freire, a FOWA contribuiu historicamente com a construção do pensamento crítico e ativo perante a situação duramente imposta às mulheres e aos homens ogonis.

## 15. O BOICOTE À ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

**M** aio de 1993 começou bem agitado em Ogoni. A convite do chefe de Estado, general Ibrahim Babangida, lideranças do MOSOP viajaram à capital, Abuja, para uma reunião com ele, marcada para o dia 07. Membros da Agência de Inteligência e do Conselho Nacional de Segurança também foram convidados a participar desse encontro. O objetivo de Babangida era convencer os líderes ogonis da importância da exploração de petróleo para o desenvolvimento e a segurança do país. Os militares também aproveitaram o momento para informar que o governo, dias antes, havia promulgado um novo decreto, o “The Treason and Treasonable Felony Decree” [Decreto de Crime de Traição e Deslealdade], o qual permitia que o governo instaurasse “tribunais militares especiais” para julgar crimes de traição à nação, estando a pena de morte por enforcamento autorizada nesses casos. Ou seja, o decreto legalizava a pena de morte para aqueles que conspirassem contra o governo usando palavras como “autonomia étnica” ou planejassem alterar fronteiras locais ou estaduais. (WIWA, 2000, p. 103-104).

Essa medida linha dura parecia não combinar muito com a proposta de Babangida de devolver o país ao regime civil depois de dez anos de ditadura. A transição para a democracia seria feita por meio da realização de eleições presidenciais, nas quais concorreriam apenas dois partidos políticos. A votação estava prevista para o dia 12 de junho.

Segundo o calendário do MOSOP, Ken Saro-Wiwa não estaria na Nigéria no dia das eleições, pois viajaria um dia antes para Viena, na Áustria, a fim de divulgar as ações do movimento na tão esperada Conferência Mundial dos Direitos Humanos da ONU. Antes de viajar, ele participou da reunião do comitê gestor do MOSOP em que se discutiu qual seria o posicionamento do movimento perante as eleições. Saro-Wiwa defendeu a possibilidade de se fazer um boicote às eleições, no intuito de frisar para o governo que os ogonis “estavam desiludidos com a Constituição sob a qual as eleições estavam sendo organizadas”. Para ele, o MOSOP não deveria apoiar nenhum partido político. Ele também argumentou que o boicote seria apenas uma sugestão do MOSOP para a população e que os ogonis que desejassem votar deveriam ter seu direito respeitados.

O presidente e o vice-presidente do MOSOP, respectivamente Garrick Leton e Edward Kobani, entre outros chefes tradicionais e figuras

de liderança do Comitê, achavam que o MOSOP não deveria perder a oportunidade histórica de participar da política oficial, visto que eles haviam conquistado maior visibilidade política no país e possivelmente conseguiriam mudanças importantes dentro do novo governo. Diante do impasse, uma votação foi feita. Com seis votos contra onze, o boicote às eleições foi proferido pelo comitê gestor. Ainda assim, a decisão precisava ser aprovada nos conselhos de base. Como relatou Saro-Wiwa (1995, p. 8), “a proposta para boicotar as eleições foi unanimemente aprovada nas diversas localidades. As pessoas estavam devidamente instruídas sobre como comportar-se no dia das eleições. Aquelas que desejassem não seriam privadas de votar”.

Com a decisão do povo pelo boicote, Leton e Kobani decidiram, em cima da hora, renunciar a seus cargos no MOSOP para que pudessem participar da política partidária. Estimativas apontavam a vitória do Partido Social Democrata, com o qual eles simpatizavam. No dia 7 de junho, Ken Saro-Wiwa saiu de Ogoni em direção a Lagos, onde pegaria o voo para Viena. Quando da ausência do artista em Ogoni, Leton, Kobani e outros chefes tradicionais da ala mais conservadora do MOSOP decidiram sozinhos fazer um pronunciamento na rádio, dizendo ser

em nome de Ken Saro-Wiwa, “solicitando que o povo ogoni fosse às urnas porque o MOSOP tinha revogado seu pedido de boicote”. (Ibid., p. 8).

Na manhã do dia 11 de junho, no aeroporto de Lagos, Ken Saro-Wiwa foi barrado no embarque e seu passaporte, confiscado. Ele foi coagido pelos militares a permanecer no país, pois teria de depor no Serviço de Segurança Nacional em Lagos, no dia 18 daquele mês. O ativista passou esses dias em Lagos, deu seu depoimento aos militares e retornou às presas ao Delta, pois queria entender que confusão era aquela provocada pelo comitê gestor. Ken Saro-Wiwa estava indignado com o fato de os integrantes do MOSOP terem usado o seu nome em falso.

Nesse meio-tempo, é preciso dizer que houve a tão esperada eleição no país. O empresário Olawale Abiola, do Partido Social Democrata, venceu. Entretanto, dias depois, a eleição foi anulada pelo ditador Babangida sob a justificativa de que ocorreram fraudes no processo eleitoral.

## 16. UM MÊS E UM DIA

Em 21 de junho de 1993, Ken Saro-Wiwa foi raptado nas ruas de Port Harcourt por agentes de segurança do governo e levado a Lagos, onde ficou detido. Nesse mesmo dia, uma marcha pacífica foi realizada em Port Harcourt contra a sua prisão. Em Ogoni, quando o povo ficou sabendo das trapaças do comitê gestor e da prisão do artista, outra grande manifestação foi realizada. Mesmo revoltados com os acontecimentos, os ogonis protestavam pacificamente, em solidariedade ao mestre. Ainda que a marcha tenha transcorrido sem violência, no seu momento final, a polícia decidiu usar gás lacrimogênio para dispersar o povo. Foi aí que os jovens não aguentaram a pressão e explodiram em fúria. As casas de quatro chefes da ala conservadora de Ogoni foram depredadas e a delegacia de Bori, saqueada.

Os chefes tradicionais, que se sentiram ameaçados pela reação “totalmente idiossincrática do até então intimidado povo ogoni”, foram até o escritório do governador de Rivers, em Port Harcourt, pedir cobertura policial, “alegando que a propriedade deles tinha sido depredada”. (Ibid., p. 8).

Durante os 31 dias em que Saro-Wiwa encontrava-se preso, de 21 de junho a 22 de julho, os militares ocuparam Ogoni e muita violência foi cometida contra a população local. Também nesse período, o comitê gestor do MOSOP reuniu-se para preencher as vagas de presidente e vice-presidente que haviam sido deixadas em aberto. As organizações de base clamavam por Ken Saro-Wiwa, e foi nesse sentido que os jovens do comitê o nomearam, em caráter de urgência, presidente interino do MOSOP. O plano era que ele permanecesse como porta-voz do movimento, mas também assumisse a presidência até que se pudesse organizar uma nova eleição. O jovem advogado Ledum Mitte foi escolhido vice-presidente. (SARO-WIWA, 1995).

Durante sua prisão de “um mês e um dia,” Saro-Wiwa ficou sabendo que a situação em Ogoni estava muito tensa e que todo cuidado era pouco para manter o grupo unido e confiante. Em 15 de julho, um massacre ocorrera no rio Andoni, na fronteira entre Ogoni e Andoni. Um grupo de 132 ogonis, no momento em que cruzava a pé o referido rio, retornando a Ogoni depois de uma temporada no país vizinho, Camarões, foi atacado por uma embarcação com homens uniformizados portando armas automáticas. Seus corpos desapareceram ali mesmo. Todavia, duas mulheres

conseguiram sobreviver ao massacre. Assim que recuperadas, elas se dirigiram a Port Harcourt para denunciar e testemunhar a ação ao chefe da polícia de Rivers. “Este, sem rodeios, recusou-se a investigar o massacre, dando margem a uma ideia de cumplicidade das agências de segurança com a tragédia”. (SARO-WIWA, 1995, p. 10).

Nos dias 5 e 6 de agosto, o mercado do vilarejo de Kaa, em Ogoni, na fronteira com Andoni, foi atacado por morteiros, granadas e tiros de armas automáticas. Ao todo, 247 pessoas foram mortas e o restante da comunidade precisou fugir. Além de residências, as únicas duas escolas da comunidade foram totalmente destruídas. Segundo Ken Saro-Wiwa, “jornalistas estrangeiros que visitavam o local confirmaram o massacre”. Nesses mesmos dias, os vilarejos de Tenama e Tera’ua, também na fronteira de Ogoni, foram atacados. (Ibid., p. 10).

Claude Ake, respeitado sociólogo nigeriano, diretor do Centro de Ciências Sociais Avançadas em Port Harcourt, chocado com a negligência diante das chacinas em curso em Ogoni, decidiu procurar Ken Saro-Wiwa para que juntos apelassem ao governador a fim de que as tragédias ocorridas fossem investigadas. No dia 8 de agosto, os dois intelectuais se encontraram com o governador de Rivers e com membros do seu conselho de segurança. O Estado negava qualquer

envolvimento nos massacres e dizia não ter nenhum conhecimento acerca dos acontecimentos. Ake e Saro-Wiwa, então, solicitaram que o governo fizesse uma visita técnica oficial às áreas atacadas para que o fato fosse verificado.

No dia seguinte, representantes do exército, da marinha e da aeronáutica, juntamente com comissários da polícia local e da segurança estadual, viajaram com Claude Ake e Ken Saro-Wiwa até os vilarejos. Como relata o artista, “a análise do grupo foi unânime: o ataque às vilas foi executado por tropas bem treinadas e armadas”. Ao final da visita, cada membro do governo “ficou responsável por enviar um relatório ao seu comandante”. (Ibid., p. 11).

Dias depois, o governador de Rivers decidiu criar um Comitê de Paz Andoni-Ogoni e chamou o professor Claude Ake para encabeçar as discussões. Disse Ken Saro-Wiwa (Ibid., p.11): “Eu estava receoso de participar de tal comitê, uma vez que os ataques às vilas de Ogoni não haviam sido executados pelos andonis. O território de Andoni fora usado para esse propósito”. O ativista argumentava que os ogonis não tinham na época nenhum conflito com seus vizinhos. Os limites territoriais de Ogoni e Andoni estavam bem delimitados desde os anos 1970 e eles viviam em paz. Assim, a justificativa de um conflito por

disputa territorial não fazia o menor sentido. Para o MOSOP, estava claro que alguém estava forjando um conflito étnico para incriminar o movimento.

Para se certificar de que os andonis estavam sendo usados e procurando ser gentil com Claude Ake, que estava à frente do Comitê de Paz, Saro-Wiwa aceitou participar do grupo. Logo nas primeiras reuniões, ficou claro para ambas as partes que não havia nenhuma razão para conflitos entre ogonis e andonis. Com o andamento das reuniões, Ken Saro-Wiwa declarou: “Nós conseguimos mostrar aos andonis que eles eram joguetes na conspiração do petróleo. A Shell estava ativa na área e a Chevron acabara de descobrir petróleo por lá”. (Ibid., p. 12).

Quando o governo federal percebeu que a situação novamente fugia de seu controle, decidiu acabar com os trabalhos do Comitê de Paz. Foi então que, no dia 26 de agosto, Babangida fez uma “dança das cadeiras” e nomeou Ernest Shoneken presidente interino da Nigéria. Recém-empossado, Shoneken dissolveu o Parlamento e demitiu todos os governadores, nomeando novos políticos para esses cargos. O militar de carreira Sani Abacha foi nomeado Ministro da Defesa da Nigéria.

Entre os dias 1º e 15 de setembro, mais uma tragédia. Novos ataques ocorreram nas fronteiras de Ogoni. Sem pudor, os “atacantes” usavam barcos da Shell e até mesmo um

helicóptero que apenas a empresa alugava para suas operações na região. As vilas de Eken, Gwara e Kenwigbara foram devastadas. Mais de mil pessoas em Ogoni morreram e cerca de 20 mil ficaram desabrigadas.

No final de setembro, Ken Saro-Wiwa soube que um relatório falso, escrito pelo Conselho de Segurança de Rivers, estava circulando em Abuja. O documento dizia que em Ogoni havia dez mil jovens armados, cavando trincheiras de Bori até Onne (vilarejo próximo de Port Harcourt) e atacando as forças de segurança no local. Esse foi o alibi usado pelas tropas nigerianas para se instalar em Ogoni. (Ibid., p. 13).

## 17. O GOLPE DE SANI ABACHA

**N**o dia 17 de novembro de 1993, o então Ministro da Defesa, general Sani Abacha, tirou Ernest Shoneken do poder e se autodeclarou Chefe de Estado, Ministro da Defesa e Chefe das Forças Armadas da Nigéria. Tão logo assumiu o poder, Abacha quis demonstrar que, mais do que nunca, a Nigéria seria administrada com mão de ferro. Sabendo que os ogonis estavam organizando, para o final de dezembro, uma jornada de simpósios, palestras e cultos religiosos que culminariam com uma grande festividade em 4 de janeiro (Ogoni Day), Abacha ordenou que soldados invadissem as instalações onde estavam sendo organizadas essas atividades, provocassem e humilhassem as pessoas. Na noite de Natal, Ledum Mitee, vice-presidente do MOSOP, e o médico Owens Wiwa, irmão de Ken Saro-Wiwa, foram presos. A Ken Saro-Wiwa e sua família foi decretada prisão domiciliar até o dia 5 de janeiro.

Em abril de 1994, novos ataques a Ogoni. Alegando que um número surreal de dez mil ogonis armados planejavam atacar uma central elétrica, a Força Tarefa de Segurança que estava instalada em

Ogoni para “cuidar de perto” do suposto conflito comunitário Ogoni-Andoni foi convocada a intervir. Entre os dias 3 e 15 de abril, mais de 800 pessoas foram massacradas e seis vilas ficaram totalmente destruídas. Relatos de uma freira católica contam que mulheres e crianças eram estupradas antes de ser mortas e que as vilas eram saqueadas antes de ser queimadas. (Ibid., p. 17).

No dia 21 de maio de 1994, mais uma fatalidade em Ogoni. Quatro proeminentes chefes tradicionais locais, que pertenciam à ala mais conservadora do MOSOP, foram, segundo o governo militar, brutalmente assassinados por jovens durante uma manifestação do movimento. Imediatamente depois, o exército de Sani Abacha atacou Ogoni e ocupou o local com o exército. Centenas de homens, mulheres e crianças foram assassinados e mais de 600 pessoas, presas e torturadas. Entre os presos estavam Ken Saro-Wiwa e outros integrantes do comitê gestor do MOSOP.

Sob ordens do general, o exército foi instruído a manter presos, ainda que sem provas, todos os líderes do MOSOP até que um tribunal especial militar fosse constituído para julgar o caso. A detenção de Ken Saro-Wiwa e dos demais ativistas era defendida pelo governo militar por eles terem “incitado a violência” dentro do MOSOP, sendo assim muito provavelmente os responsáveis pela morte dos quatro chefes ogonis. Somente em

fevereiro de 1995, após nove meses de detenção, uma acusação formal foi expedida contra Ken Saro-Wiwa e mais oito ativistas. (WIWA, 2012, p. 116).

Os quatro homens assassinados em Ogoni eram: chefe Edward Kobani, antigo vice-presidente do MOSOP; Albert Badey, funcionário aposentado do governo; chefe Samuel Orage, um bem-sucedido comerciante de Ogoni; e chefe Theophilus Orage, irmão mais velho desse último. Todos eles eram pessoas próximas de Ken Saro-Wiwa, sendo os dois últimos da família estendida do artista. Edward Kobani e Albert Badey eram amigos de Ken Saro-Wiwa desde os tempos de faculdade em Ibadan, e a esposa de Ken, Maria Saro-Wiwa, era cunhada de Samuel Orage. (SARO-WIWA, 1995).

Ainda que decepcionado com a atitude de Kobani e de outros que haviam deixado o MOSOP para se dedicar à política de governo, Ken Saro-Wiwa perdoara esses homens e procurava manter o diálogo aberto com eles visando o melhor para Ogoni. Como ele mesmo explicou em sua *Declaração ao Tribunal* (1995, p. 38-39):

Não consigo entender o que a acusação alega ter sido o motivo desse terrível crime. Eu não almejava poder político nem tinha nenhuma ambição de ocupar um cargo político na Nigéria. A luta ogoni não é por poder, mas por justiça. Portanto, os homens assassinados não eram meus adversários políticos. Eles eram, como eu e todo o povo de Ogoni,

vítimas do sistema opressivo que é a Nigéria. Esses assassinatos não poderiam trazer a Ogoni a justiça que nós estamos buscando. O debate que existia entre nós, se a Shell deveria retomar seus campos de petróleo em Ogoni, era saudável. Eu adoro o clima de debate. E quando alguém “discorda”, por assim dizer, eu me reservo o direito de discordar dos outros. Nunca houve dúvida em minha mente de que a verdade prevaleceria. A verdade só pode chegar por meio da argumentação. O debate também estava mostrando ao mundo que os ogonis são um povo enérgico que não pode ser coagido por ninguém.

Era evidente que o Tribunal Especial Militar instaurado para julgar Ken Saro-Wiwa tinha total interesse em sua condenação. A perseguição política que o artista enfrentava nos últimos anos era notória. A ausência de provas e os depoimentos falsos faziam do Tribunal de Auta<sup>34</sup> uma grande mentira aos olhos do mundo. Transmitido ao vivo pela televisão estatal nigeriana, o julgamento dos Nove Ogonis foi, segundo o filho do artista, o escritor Ken Wiwa (2000, p. 116),

[...] uma farsa, um procedimento político desenhado com um propósito: eliminar Ken Saro-Wiwa da cena de Ogoni. O rol de irregularidades e inconsistências jurídicas seria ridicularizado por qualquer tribunal razoável. Os réus foram mantidos presos sem

<sup>34</sup> Em referência ao nome do juiz que presidia o julgamento, Ibrahim Auta (WIWA, 2000, p. 117).

acusação por nove meses e lhes negaram acesso a representação legal durante esse período; duas testemunhas de acusação, que juraram que meu pai tinha incitado a multidão a “lidar com os abutres”, mais tarde retiraram suas declarações assinadas e revelaram que o governo lhes oferecera acordos para testemunhar contra meu pai.

Sobre sua condição de prisioneiro, Ken Saro-Wiwa (1995, p. 43) escreveu:

Meu Deus, desde a minha prisão, em 21 de maio de 1994, tenho sido submetido à tortura física e mental e mantido incomunicável. A comida me vem sendo negada por semanas e os cuidados médicos, por meses. Minha mãe de 74 anos foi açoitada e presa, minha esposa, espancada e ameaçada de prisão, minhas três linhas telefônicas [...] cortadas [...] meu escritório e minha casa foram saqueados em três diferentes ocasiões, bens pessoais e familiares, arquivos oficiais e outros documentos foram levados sem comprovante. Fui caluniado na imprensa e na televisão via satélite para o mundo todo pelo governo de Rivers, ansioso para fazer a cabeça do público e convencê-lo da minha culpa até mesmo antes do julgamento.

Figuras renomadas da ciência jurídica na Nigéria e no Reino Unido voluntariamente se prontificaram a representar o artista e os outros ativistas acusados durante o julgamento. O advogado britânico Michael Birnbaum, por

exemplo, investigou com rigor os procedimentos do tribunal e compilou um documento com 19 argumentos evidentes de que o referido julgamento em curso pelos militares era irregular e injusto, visto que não estava de acordo com a jurisprudência do país. Na Nigéria, Femi Falana, brilhante advogado e ativista de direitos humanos, também denunciou a farsa daquele julgamento. (WIWA, 2000).

O fim dessa história já sabemos. No dia 31 de outubro de 1995, na última sessão do julgamento, os nove réus foram sentenciados e condenados à pena de morte. A corrida do filho de Saro-Wiwa, Ken Wiwa, acompanhado do famoso escritor nigeriano Wole Soyinka, à reunião da Commonwealth para tentar salvar a vida dos inocentes foi em vão. Inúmeros pedidos internacionais de anulação da sentença, também. Na manhã de 10 de novembro de 1995, os Nove Ogonis foram enforcados nos fundos da prisão militar de Port Harcourt. Com a pretensão de eliminar qualquer vestígio da presença desses corpos, despejou-se ácido sobre a vala coletiva onde foram enterrados. Mas, como disse certa vez a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus: “assim como as palavras, as pessoas que as escrevem não podem ser apagadas”. (JESUS apud A COR DA CULTURA, 2010).

# 18. KEN SARO-WIWA VIVE!

PARA CONSTRUIR ESTE MUNDO QUE É NOSSO, SERÁ NECESSÁRIO RESTITUIR, ÀQUELES E ÀQUELAS QUE PASSARAM POR PROCESSOS DE ABSTRAÇÃO E DE COISIFICAÇÃO NA HISTÓRIA, A PARTE DE HUMANIDADE QUE LHEM FOI ROUBADA. NESSA PERSPECTIVA, O CONCEITO DE REPARAÇÃO, PARA ALÉM DE SER UMA CATEGORIA ECONÔMICA, REMETE PARA O PROCESSO DE REUNIÃO DAS PARTES QUE FORAM AMPUTADAS, PARA A REPARAÇÃO DE LAÇOS QUE FORAM ROMPIDOS, REINSTAURANDO O JOGO DA RECIPROCIDADE, SEM O QUAL NÃO SE PODE ATINGIR A HUMANIDADE.

Achille Mbembe  
Crítica da razão negra

**A**o longo de sua vida, Ken Saro-Wiwa procurou, com extraordinário senso de justiça, revelar e lutar contra as políticas neocoloniais de extermínio de minorias sociais na Nigéria. O Delta do Níger, que na sua infância era considerado um dos ecossistemas mais ricos do mundo, converteu-se, com a recepção das atividades petrolíferas, em uma das áreas mais poluídas, pobres e violentas do mundo. Filho de uma África insubmissa, Ken Saro-Wiwa não se calou diante dos fatos, mas pagou um preço altíssimo por seu ativismo.

Desde então, pessoas, grupos e instituições, em diversas partes do mundo lutam para que sua morte não tenha sido em vão. A Fundação Ken Saro-Wiwa, sediada no antigo escritório do artista, em Port Harcourt, é um exemplo nesse sentido. Idealizada pelo seu filho mais velho, o também jornalista e escritor Ken Wiwa<sup>35</sup>, a fundação busca romper com a exclusão digital que atinge muitos jovens do Delta. Atuando como espaço compartilhado para o desenvolvimento de novas tecnologias, a instituição

<sup>35</sup> Em 18 de outubro de 2016, Ken Wiwa faleceu após um acidente vascular encefálico. Seu corpo foi velado em uma cerimônia em Londres e depois sepultado em Ogoni, sua terra natal. Aos 47 anos de idade, Ken Wiwa deixou a esposa e dois filhos.

oferece de forma gratuita ambientes de coworking com acesso à internet de alta velocidade, cursos na área de inovação, tecnologia e ativismos digitais, e suporte como incubadora de projetos e novos negócios em design criativo, sustentabilidade e tecnologias de inclusão social.

No campo das artes, cito o longo trabalho desenvolvido pelo coletivo de arte Platform, sediado em Londres, no Reino Unido. Trabalhando desde 1995 com projetos de crítica à exploração de combustíveis fósseis, o coletivo lançou, em 2005, com o apoio de uma rede de coalizão composta por artistas, ativistas e familiares de Ken Saro-Wiwa, uma chamada pública (edital) para a construção de um memorial a essa importante figura. A proposta vencedora foi *The Battle Bus*, da artista nigeriana Sokari Douglas Camp. A obra consistia em uma enorme escultura cinética de aço soldado, com cerca de três toneladas, no formato tradicional dos ônibus nigerianos, com a seguinte frase inscrita em suas laterais: “Eu acuso as companhias petrolíferas de genocídio contra os ogonis”. Na frente, o nome de Ken Saro-Wiwa; no topo, oito barris com os nomes dos oito ativistas que foram executados com ele.

Nesse mesmo ano, o coletivo lançou um website para o projeto com notícias sobre os conflitos no Delta e informações sobre a história de Ken Saro-Wiwa e do povo ogoni. Também realizou

alguns encontros e seminários públicos para discutir a importância política do memorial.

Assim, mais do que homenagear, o objetivo do memorial era trazer para o centro de Londres<sup>36</sup> o senso de urgência das lutas sociais por justiça ambiental e reparação no Delta do Níger. Entre os anos de 2005 e 2015, o memorial percorreu 13 diferentes espaços da cidade, como centros culturais, universidades e museus, para uma série de atividades que solicitavam o engajamento do público. O memorial também passou uma temporada no parque Jubilee Gardens, localizado em frente ao edifício-sede da Shell, ganhando assim destaque nos principais canais londrinos de comunicação. A cada novo local que visitava, o memorial era ativado pelos integrantes do Platform por meio de atividades como shows, oficinas, rodas de conversa, projeção de filmes, saraus e performances.

<sup>36</sup> Considerada uma das principais “cidades do petróleo” do mundo, Londres carrega esse título não por ter em suas terras esse valioso material orgânico, mas porque ali estão sediados os mais importantes centros de articulação das geopolíticas desse produto. Das três maiores empresas de petróleo do mundo — Exxon Mobil, BP e Shell — as duas últimas têm sede em Londres e encontram ali uma complexa rede de suporte para suas operações. Além da bolsa de valores, instituições, empresas e universidades servem de apoio a esse robusto setor produtivo que, mesmo em tempos de intensos debates sobre mudanças climáticas, continua a movimentar diariamente bilhões de dólares mundo afora. (MARRIOTT & MINIO-PALUELLO, 2012).

Acreditando no papel da arte como ferramenta de transformação social e na importância da desconstrução icônica das estátuas tradicionais em nossa cultura ocidental, o memorial foi projetado para adentar o espaço público como uma obra dinâmica e participativa, na qual histórias silenciadas pudessem ser contadas, recontadas e discutidas. Como explicou Ken Wiwa:

Em um mundo como o nosso, interconectado e economicamente globalizado, não deveria ser incoerente erguer um memorial para um africano nas ruas de Londres. Afinal, a paisagem cultural é um reflexo do terreno econômico. Porém, historicamente, memoriais e estátuas não falam a língua da justiça cultural; elas registram a narrativa do colonialismo em nosso mundo visual. Os grandes memoriais das cidades europeias tendem a honrar indivíduos que trouxeram para casa as pilhagens da guerra. [...] Na África, muitos memoriais ainda representam os colonizadores — homens (geralmente são homens) que abriram o continente à força para os negócios do Império. Os próprios nomes de muitos de nossos países, cidades, cachoeiras e rios africanos circundam suas memórias. Estátuas falam especialmente a língua da conquista e, enquanto vigiam os céus da Europa, essas distintas figuras zombam do presente com o peso morto de uma história que instaurou uma ordem mundial construída sobre a expropriação e a exploração. Outro mundo é possível. Um que aprecie homens e mulheres que dedicaram a vida a construir um mundo justo. Então, um

memorial para o meu pai, para Ken Saro-Wiwa, é um começo. Um africano sendo homenageado no coração de Londres. Um memorial vivo que honra um homem que morreu pela esperança de um futuro justo. Seguir os passos de Nelson Mandela, como o segundo africano a ser oficialmente homenageado dessa maneira, é uma fonte de orgulho para a minha família, minha comunidade e meu país. Esperamos que ele ofereça um raio de esperança, que possamos construir um mundo baseado no respeito mútuo e no reconhecimento do nosso destino compartilhado. (WIWA, 2005, p. 3)

Em 2015, no aniversário de dez anos do memorial e de 20 dos assassinatos dos Nove Ogonis, os integrantes do coletivo Platform planejaram uma nova dinâmica para a obra. Com o apoio de Sokari Douglas Camp e de organizações sociais no Delta, incluindo o MOSOP, decidiram enviar o memorial à Nigéria para um *tour* por algumas de suas principais cidades, terminando em Ogoni, no dia 10 de novembro. Ogoni seria, portanto, o destino final do memorial, e para esse momento foi também planejada uma série de celebrações especiais. Segundo os integrantes do coletivo Platform, havia três motivos para o envio do memorial à Nigéria: 1) reativar a potência artística da obra de reunir pessoas para a discussão da causa ogoni; 2) dar a conhecer os laços de amizade, construídos ao longo desses anos, entre ativistas ogonis e britânicos;

3) pressionar a Shell e o governo nigeriano a implantar, em caráter de urgência, o programa de reparação social e restauração ecológica indicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (UNEP, 2011).

Entretanto, ao desembarcar no porto em Lagos, no dia 8 de setembro, a obra foi apreendida pelo Serviço de Alfândega sob a justificativa de que tinha “valor político”, o que poderia desencadear novos conflitos na região do Delta; assim, a obra estava proibida de entrar no país. Os folders e cartazes que haviam sido produzidos pelo Platform para acompanhar as atividades do memorial também foram apreendidos.

Tanto o MOSOP, responsável por cuidar do memorial na Nigéria, quanto outras organizações parceiras se mobilizaram arduamente para libertar a obra. Segundo relata o ativista nigeriano Ken Henshaw (2016), ao chegar ao porto de Lagos com seus colegas para esclarecer a situação, ouviram de Aina Moyo, fiscal da alfândega: “Vocês não sabem que a sombra de Ken Saro-Wiwa pode matar alguém? Vocês querem que eu perca meu emprego? Desculpe, mas esse ônibus é político e não posso liberá-lo”. Alegando cumprir ordens, Moyo argumentou que somente com a permissão do chefe geral da Alfândega seria possível mudar seu parecer. Mas o que ninguém sabia até então

era que, dias antes da chegada do memorial ao porto de Lagos, o presidente da Nigéria havia nomeado um novo chefe para a Controladoria Geral da Alfândega. E quem seria essa pessoa? Pasmem: o coronel aposentado Hameed Ali, um dos membros do tribunal militar que sentenciou os Nove Ogonis. Cientes dessa grande “coincidência”, os ativistas sabiam que a negociação com o coronel não seria tarefa fácil. Nesse sentido, uma mobilização internacional foi organizada para que as autoridades nigerianas intervissem na situação, já que Hameed Ali se recusava a falar sobre o caso.

Revoltado com o ocorrido, o povo ogoni organizou uma petição pública pedindo a liberação imediata da obra e a levou à Câmara dos Deputados. Ainda que bem recebida por alguns parlamentares comprometidos, a petição não conseguiu anular a apreensão do memorial. Como bem disse William Boyd (2015, s/p.), “a proibição da entrada do memorial de Ken Saro-Wiwa é um evidente ato de censura política” — evidenciando que, mesmo em tempos de democracia, a lógica da repressão às minorias sociais se preserva. Assim como a independência em 1960 não significou a libertação para as populações autóctones, os regimes democráticos na Nigéria não garantem nem mesmo o direito de liberdade de expressão. Os “duplos padrões”

que Ken Saro-Wiwa tanto apontava em seus textos são aqui facilmente identificados. Como relatou o ativista do MOSOP Lazarus Tamana no documentário *Ken Saro-Wiwa, presente!* (2017),

O ônibus representa a luta do povo ogoni e como o MOSOP e os ogonis têm sido capazes de se organizar pacificamente, de forma não violenta, para executar uma luta dessa magnitude. É disso que o ônibus trata. No entanto, o governo nigeriano nos negou o acesso a esse ônibus, e sabemos que as empresas petrolíferas estão metidas nisso.

A apreensão do memorial, que se estende até hoje, evidencia o perverso jogo colonial desempenhado pelo conluio entre corporações multinacionais e elites locais. A censura de *The Battle Bus* nos conta sobre o histórico processo de repressão do Estado nigeriano às lutas sociais, mas também sobre o poder da arte de exercer pressão política por mudanças sociais. Não há dúvida de que, mesmo morto há mais de duas décadas, Ken Saro-Wiwa continua incomodando aqueles que se beneficiam das práticas de racismo ambiental.

Assim, ao evocar a história de luta de Ken Saro-Wiwa, o que este livro e os projetos aqui mencionados procuram é, em última instância, clamar por justiça e reparação aos povos atingidos pela indústria petrolífera no Delta e destacar a

importância da criação de novas narrativas que nos levem a agir coletivamente diante das questões de nosso tempo. Fica o convite a todos para a elaboração de novos projetos que deem visibilidade aos conflitos e às estratégias de resistência no Sul global. Ken Saro-Wiwa, presente!

## REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **A Educação de uma Criança sob o Protetorado Britânico**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ADDENDUM TO THE OGONI BILL OF RIGHTS. **Document from The Movement for the Survival of the Ogoni People (MOSOP)**. Ogoni, 1991. Disponível em: <http://www.mosop.org.ng/publications/35-documents/496-the-ogoni-bill-of-rights>

ANGELO, Vitor Amorim. **Plantation**: modelo implantado no período colonial. Página 3, Pedagogia & Comunicação. UOL, Fev. de 2009.

AMUNWA, Ben. **Counting the cost**: corporations and human rights abuses in the Niger Delta. London: PLATFORM LONDON, 2011.

APTER, Andrew. **The Pan-African Nation**: oil and the spectacle of culture in Nigeria. Chigago: The University of Chicago Press, 2005.

BASSEY, Nnimmo. In: CORLEY, Íde [et al]. **Silence**

**Would be Treason**: last writings of Ken Saro-Wiwa. Dakar: Daraja Press, 2013

BARIKOR-WIWA, Diana. The role of women in the struggle for environmental justice in Ogoni. In: **Cultural Survival Quarterly**. Nº 21, 3. October, 1997.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucia Gonçalves. 4ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BOELE, Richard. **Ogoni**: Report of the UNPO Mission to Investigate the Situation of the Ogoni of Nigeria. Netherlands, The Hague: UNPO, 1995.

BOYD, William. Introduction. In: SARO-WIWA, Ken. **Sozaboy**: a novel in rotten English. London: Longman African Writers, 1994.

\_\_\_\_\_. William Boyd Statement. In: TROWELL, Jane. **Release the Bus memorial NOW**: artists, campaigners and others speak out. London: PLATFORM LONDON website, 2015.

CHISHOLM, Hugh. Petroleum In: **Encyclopedia Britannica**. 11ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1911.

CRAVEN, M. **Between law and history:** the Berlin Conference of 1884—1885 and the logic of free trade. In: London Review of International Law. Vol. 3. Issue 1. London, March, 2015. Disponível em: <<https://academic.oup.com/lril/article/3/1/31/2413101/Between-law-and-history-the-Berlin-Conference-of>> Acesso em 03 mar. 2017.

CORLEY, Íde; FALLON, Helen; COX, Laurence. **Silence would be a treason:** last writings of Ken Saro-Wiwa. Dakar: Daraja Press, 2013.

DAVIS, Angela. **Angela Davis on Ken Saro-Wiwa.** Solialist Worker Magazine. Issue nº 2031. London, Dec, 2006.

DASSOLER, Elisa Rodrigues. **Ken Saro-Wiwa, presente!: discussões sobre arte, ativismo e racismo ambiental.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC. Florianópolis, 2017.

ETHNOLOGUE: Languages of the world. **Ogoni.** Disponível em <<https://www.ethnologue.com/language/ogo>> Acesso em 16 abr. 2017.

FALLON, Helen. The Ken Saro-Wiwa Collection at the Library, National University of Ireland

Maynooth. In: CORLEY, Íde [et al]. **Silence would be a treason:** last writings of Ken Saro-Wiwa. Dakar: Daraja Press, 2013.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder:** o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora:** Identidades e Mediações Culturais. Organização de Liv Sovik. Tradução Adelaine Resende [et al]. 1ª edição atualizada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

IKARI, Ben Wuloo. **Ken Saro-Wiwa and MOSOP:** The Story and Revalation. Missouri: Xilibris, 2006.

IROMUANYA, Julie. Ken Saro-Wiwa's African Womanist Vison of Environmental Justice. In: **Imagining Communities:** People, Place, Meanings. Lincoln, Nebraska, April, 2008.

JOHNSON, Cheryl. Grass roots organizing: women in anticolonial activity in southwestern Nigeria. In: **African Studies Review.** Vol. 25. Nº 2. Jun — Sep, 1982.

MARRIOTT, James; MINIO-PALUELO, Mika. **The Oil Road:** Journeys from the Caspian Sea to the City of London. London: Verso, 2012.

MARTINEZ, Anibal. **Chronology of Venezuelan Oil**. Crows Net, Australia: Allen & Unvim, 1969.

MBEMBE, Achille. Existe um único mundo apenas. In: FARKAS, Solange (org.). **Geografias em Movimento**. Caderno SESC Videobrasil, nº 09. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia Espistémica: retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

NA'ALLAH, Abdul-Rasheed. Ken Saro-Wiwa: a Bio-bibliography. In: NA'ALLAH, Abdul-Rasheed [editor]. **Ogoni's Agonies: Ken Saro-Wiwa and the crises in Nigeria**. Eritrea: Africa Works Press, 1998.

OBI, Cyril. Oil extraction, dispossession, resistance and conflict in Nigeria's oil-rich Niger Delta. In: **Canadian Journal of Development Studies**, Volume 30, issue 1- 2. 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02255189.2010.9669289>

OBI, Cyril; RUSAD, Siri Aas. **Oil and insurgency in the Niger Delta: managing the complex politics of petro-violence**. London: Zed Books, 2011.

OKONDA, Ike; DOUGLAS, Oronto. **Where Vultures Feast: Shell, Human Rights and Oil**. New Left Book. London: Verso, 2003.

OKOME, Onookome. **Before I am hanged: Ken Saro-Wiwa Literature, Politics and Dissent**. London: Africa World Press, 1999.

OSHA, Sanya. **Ken Saro-Wiwa's Shadow: politics, nationalism and the Ogoni protest movement**. London: Adonis & Abbey Publishers, 2007.

ROWELL, Andy; MARRIOTT, James; STOCKMAN, Lorne. **The Next Gulf: London, Washington and Oil Conflict in Nigeria**. London: Constable & Robinson Ltd., 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 3ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2010.

SARO-WIWA, Ken. **Songs in a Time of War**. Port Harcourt: Saros International Publishers, 1985.

\_\_\_\_\_. **A Forest of Flowers.** Port Harcourt: Saros International Publishers, 1986.

\_\_\_\_\_. **On a Darkling Plain:** an account of the Nigerian Civil War. Port Harcourt: Saros International Publishers, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sozaboy:** a novel in rotten English. London: Longman African Writers, 1994.

\_\_\_\_\_. **Statement to Ogoni Civil Disturbances Tribunal.** Port Harcourt: MOSOP Publications, 1995. Disponível em: <http://www.mosop.org.ng/publications/35-documents/495-complete-statement-by-ken-saro-wiwa-to-ogoni-civil-disturbances-tribunal-in-1995>

\_\_\_\_\_. **Genocide in Nigeria:** the Ogoni tragedy. Port Harcourt: Saros International Publishers, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Month and a Day & Letters.** Oxfordshire: Ayebia Clarke Publishing, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da Coleção História Geral da África:** século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa M. **Brasil:**

**uma biografia.** São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

THE OGONI BILL OF RIGHTS. Document from The Movement for the Survival of the Ogoni People (MOSOP). Ogoni, 1990. Disponível em: <http://www.mosop.org.ng/publications/35-documents/496-the-ogoni-bill-of-rights>

UNEP. **Environmental Assessment of Ogoniland.** Nairobi, Kenia: United Nations Environment Programme, 2011. Disponível em: [http://postconflict.unep.ch/publications/OEA/UNEP\\_OEA.pdf](http://postconflict.unep.ch/publications/OEA/UNEP_OEA.pdf) Acesso em 07 jul 2016.

WIWA, Ken. **In the shadow of a saint:** a son's journey to understand his father's legacy. Doubleday. London: Transworld Publishers, 2000.

\_\_\_\_\_. Statement of Ken Wiwa. In: PLATFORM. **Remember Saro-Wiwa:** Refining Memory booklet. London: PLATFORM LONDON, 2005.

YERGIN, Daniel. **O petróleo:** uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Tradução de Leila Manina Di Natale. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

YOUNGE, Gary. **Gary Younger Speech at**

**the Living Memorial Artists Talk.** London: PLATFORM, 2006. Disponível em: <<http://platformlondon.org/p-article/remember-saro-wiwa-in-land-art-a-cultural-ecology-handbook>> Acesso em 23 ago. 2016.

ZUKAS, Lorna L. **Women's War of 1929.** Revolution Protest Encyclopedia. Blackwell Reference Online. Ago, 2008. Disponível em <[http://www.revolutionprotestencyclopedia.com/fragr\\_image/media/IEO\\_Womens\\_War\\_of\\_1929](http://www.revolutionprotestencyclopedia.com/fragr_image/media/IEO_Womens_War_of_1929)> Acesso em 17 abr. 2016.

## BANCO DE DADOS

NNPC. **Nigeria National Petroleum Corporation.** Consulta em 08 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://nnpcgroup.com/AboutNNPC/CorporateInfo.aspx>

THE WORLD FACTBOOK. **Nigeria: People and Society.** Consulta em 02 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html>

## AUDIOVISUAL

A COR DA CULTURA. **Episódio Carolina Maria de Jesus.** Programa Heróis de Todo Mundo. Realização: Futura Tec Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/carolinamariadejesus>>

BASI AND COMPANY. **Episódio Dead Men don't Bite.** Criação e Produção: Ken Saro-Wiwa. Channel NTA — Nigerian Television Authority. Nigéria, 1985. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z0nUJVu-Fdk>>

KEN SARO-WIWA, PRESENTE! (2017). Longa-metragem documental. Direção e realização: Elisa Dassoler. Edição: Guto Presta. Trilha sonora: Tiê Alves. Brasil. Full HD, 82 minutos. Cor. Áudio: Inglês. Legendas: Português. Faixa etária: 12 anos.



## POSFÁCIO

SE ESTA É SUA TERRA,  
ONDE ESTÃO SUAS HISTÓRIAS?

**MARIANA DE MATTOS RUBIANO**

**E**m março de 2018 fui convidada por Elisa Dassoler para assistir seu documentário *Ken Saro-Wiwa, presente!* (2017) na II Mostra Mulheres, Câmeras e Telas, da Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Fiquei muito grata pela oportunidade de conhecer a história de ativismo de Ken Saro-Wiwa e do coletivo artístico Platform. Dentre os entrevistados do filme, chamou minha atenção a fala do jornalista e escritor Ken Wiwa, filho mais velho de Ken Saro-Wiwa.

Em uma cena, na quarta parte do filme, Ken Wiwa, ao falar sobre o livro que estava escrevendo, apresenta um conto que, para ele, resume bem o dilema de muitas comunidades de nosso tempo. A história se passa no século XIX, na costa do que hoje chamamos de Canadá. Um capitão inglês chega no local, reúne ali alguns nativos, abre um longo papel e ao lê-lo declara que aquele lugar pertencia à coroa inglesa e todos se tornaram súditos da Rainha Vitória. Os nativos então se juntaram para conversar sobre o que aquele homem acabara de dizer. Concluído o debate, enviaram um porta-voz para comunicar sua resposta, o qual disse ao capitão inglês: “Se esta é sua terra, onde estão suas histórias?”.

Embora o conto seja uma ficção, ele expressa de forma satírica a experiência vivida por Ken Wiwa e seu povo. Em sua perspectiva, algo semelhante aconteceu com os ogonis e outras minorias étnicas da região do Delta do Níger. Primeiro, os britânicos invadiram e anunciaram que eram donos daquelas terras. Depois, com a independência, os ogonis ouviram a proclamação de que eles deveriam respeitar a nova Carta Constitucional nigeriana, que dizia que todas as riquezas minerais presentes naquele solo eram de propriedade do Estado da Nigéria.

De acordo com Ken Wiwa, a palavra que compunha a proclamação de colonização inglesa e a Carta Constitucional, por ser escrita, documentada, era a prova de posse, de direito de exploração da terra e de regulação da vida naquela comunidade. Além disso, esta palavra contratual e documentada veio acompanhada da violência do Estado e de empresas privadas, como a Shell, que visavam a explorar petróleo no Delta do rio Níger. Assim, desde o início do século XX, a palavra do contrato, apoiada na violência, veio subjugando as narrativas do povo ogoni — as quais contam sobre as históricas relações materiais e imateriais desse povo com o seu lugar.

Contra a dominação promovida pela colonização inglesa e pela Constituição nigeriana, os ogonis procuraram preservar seu modo de vida, sua cultura e sua terra por meio de manifestações políticas pacíficas e da criação do Movimento Pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP). Para Ken Wiwa, as falas e atos dos ogonis expressam a história deste povo e, ainda, denunciaram o genocídio, a violação de direitos humanos, a destruição do meio ambiente no Delta do Níger.

Depois de ouvir a entrevista de Ken Wiwa no documentário comecei a me perguntar por que razão

ele narra o conto sobre o capitão inglês. Afinal, não bastava ele contar a história de luta dos ogonis? Não bastava, pois o conto é central: ele sintetiza o conflito entre contrato e narrativa e, além disso, indica que este conflito não foi vivido apenas pelos ogonis, também foi vivido por diversas comunidades desde o início do capitalismo<sup>37</sup>.

As narrativas de Ken Wiwa e a história de Ken Saro-Wiwa me levaram a revisitar o pensamento da filósofa alemã Hannah Arendt, a qual tenho dedicado meus principais estudos, e a pensar sobre o conflito entre contrato e narrativa. A seguir tratarei de algumas considerações que fiz acerca das distinções entre a palavra que é legitimada pela violência e a palavra compartilhada; entre a Carta Constitucional e o ato de constituir; e entre contrato, posse e exploração, por um lado, e narrativa, pertencimento e política, por outro.

## CONTRATO, PODER E DOMINAÇÃO

Arendt, em *Sobre a Revolução*, afirma que na filosofia do século XVII encontramos dois tipos de teorias do contrato social. O primeiro tipo pressupõe o contrato

<sup>37</sup> Diversos movimentos políticos por meio de relatos e narrativas lutam contra a tomada de terras e a violência legitimada por algum documento, contrato ou decreto. Além do período colonial que promoveu o tráfico de africanos e genocídio dos povos originários das Américas e da exploração na África e Ásia durante o Imperialismo, as desapropriações de terras e riquezas naturais, pela força em nome da exploração econômica, continuam a ocorrer. A construção da usina hidroelétrica de Belo Monte e o acordo entre Brasil e Estados Unidos que permite o uso da base de Alcântara são exemplos recentes.

firmado entre indivíduos, dando assim origem a uma comunidade; já o segundo, é firmado entre o indivíduo e seu governante, para gerar um governo legítimo. De acordo com Arendt, o primeiro tipo de contrato, em que as pessoas se unem para formar uma comunidade, refere-se a um pacto baseado na reciprocidade e na igualdade. Seu conteúdo é a promessa, a qual faz surgir uma aliança entre as pessoas — uma coassociação baseada na confiança mútua. A confiança surge porque a promessa demarca limites que não devem ser excedidos, e isto confere previsibilidade à ação humana<sup>38</sup>. Tal coassociação gera poder na medida em que reúne agentes que antes apenas contavam com a força e o engenho pessoal, e que, por meio da promessa, podem contar com a força e o engenho coletivos.

Este tipo de pacto pode ser relacionado à aliança que formou o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, o MOSOP, nos anos 1990. Como pudemos ver, o movimento reuniu e associou diversos grupos e pessoas — homens, mulheres, jovens e chefes tradicionais — em torno de um problema comum: a destruição do território e do modo de vida dos ogonis em razão da exploração abusiva de petróleo. Este pacto ligou grupos e pessoas, estabeleceu modos de ação em conjunto e definiu os limites da ação. A definição de que as manifestações seriam pacíficas, sem recurso à violência, gerou confiança entre os membros do MOSOP e aumentou o poder político dos grupos e pessoas que antes lutavam pela sua sobrevivência e por justiça de modo isolado.

O segundo tipo de contrato, ao contrário, é baseado em uma assimetria entre seus membros e o

governante: cada qual abre mão de seus direitos e de sua potência para estabelecer um governo que submeta todos às mesmas leis. Este contrato implica ceder direitos e poderes. Deste modo, os indivíduos não se associam publicamente, eles permanecem isolados e, longe de ganharem poder, renunciam a ele. O poder, nesse sentido, está nas mãos do governante, não do povo, e se assenta na obediência, não na ação em conjunto. De acordo com Arendt, o contrato, que exige renúncia de direitos e da participação no governo, fundamenta a obediência e carrega o princípio do governo absoluto, do monopólio da força que intimida a todos e que, para tanto, pode e deve usar da violência. Em suas palavras, no primeiro tipo de contrato: “[...] os que ‘pactuam e se combinam’ perdem, em virtude da reciprocidade, seu isolamento inicial, ao passo que, no outro caso, é exatamente esse isolamento que é protegido e resguardado”<sup>39</sup>.

Levando em consideração estes dois tipos de contrato, é possível notar que o poder pode ser entendido de duas maneiras: como uma potência que surge da associação entre os seres humanos e se sustenta com a participação de muitos nos assuntos da comunidade, ou, ao contrário, como dominação fundada numa divisão entre aqueles que ordenam e aqueles que obedecem e executam ordens. Somente é possível organizar a vida numa comunidade sem mobilizar meios de violência quando se estabelece um pacto baseado na igualdade e na reciprocidade. Neste caso, as pessoas sustentam o pacto e agem de modo coordenado e conjunto por serem participantes livres do pacto. Já o outro tipo de contrato social, por estabelecer uma hierarquia para

<sup>38</sup> Sobre promessa, confiabilidade e limites da ação, conferir Arendt em *A Condição Humana*, p. 303-305. (São Paulo: Forense Universitária, 2010.)

<sup>39</sup> ARENDT, *Sobre a Revolução*, p. 233 (São Paulo: Companhia das Letras, 2011).

gerar obediência ao governo, fatalmente, tem de coagir e fazer, em alguma medida, o uso da violência.

Enquanto um tipo de contrato é mantido pela força, o outro consiste num pacto sustentado e resguardado pelo apoio popular. Mencionamos acima que MOSOP foi um movimento pacífico, sua força vinha da participação e do apoio político. Pudemos ver essa força e potência com a criação de *Ogoni Day* em 1993 — quando milhares de ogonis saíram às ruas para manifestar seu repúdio à Shell — e com o boicote da eleição presidencial. Ambas ações foram discutidas conjuntamente pelo povo ogoni e contavam com o apoio e engajamento por terem sido deliberações comuns. Já as decisões feitas por um governo que não é estabelecido e apoiado pelo povo, precisa necessariamente do uso da força para serem efetivadas. As leis e regras do comércio colonial e imperial — que determinavam que o monopólio de compra e venda de produtos pertencia à metrópole ou empresas de origem europeia —, só foram obedecidas por meio do uso da violência. Foram os exércitos britânico e, depois da independência, o nigeriano, que garantiram a operação das indústrias petrolíferas no Delta do Níger, a invasão de terras ogoni e a completa destruição de seu meio ambiente. Levando isto em consideração, Arendt acerta ao afirmar que quando não há pacto recíproco, debate e deliberação em conjunto, é preciso coagir e mobilizar os meios de violência.

A autora também chama a atenção para a relação entre a teoria do contrato e a colonização do chamado “Novo Mundo”. Para ela, embora os teóricos do contrato social tenham mobilizado explicações fictícias para falar de um estado de natureza e da criação da vida civil e do governo, eles viram na colonização do Novo Mundo a experiência que

parecia comprovar a validade de tais ficções.<sup>40</sup> Na perspectiva destes teóricos, os povos nativos viviam no estado de natureza e os colonizadores teriam formado uma comunidade e transferido direitos e poderes ao governo metropolitano. No entanto, o conto de Ken Wiwa nos reafirma que já haviam comunidades estabelecidas fora da Europa, com cultura, histórias e modo de organização próprios. Os povos originários não viviam no tal estado de natureza, nem passaram a viver civilizadamente a partir da chegada dos colonizadores. Na verdade, o empreendimento colonial gerou muito mais dominação aos povos originários do que poder, uma vez que a colonização procurou destruir o modo de vida destes para obrigá-los a contribuir com a produção e o comércio de produtos que geravam lucro para a metrópole. Nesse sentido, se, por um lado, Arendt foi precisa ao mostrar que um tipo de contrato gera poder e outro dominação, por outro lado, ela negligenciou que a experiência da colonização não comprova a teoria do contrato. Na verdade, a teoria do contrato justifica a dominação colonial ao legitimar o monopólio do poder que intimida a todos, a dominação de povos na América, Ásia e África e a exploração de recursos naturais.

## CONTRATO HOBBSIANO, DOMINAÇÃO E ACUMULAÇÃO

Embora Arendt não tenha discutido a dominação e destruição causadas pelo colonialismo, em *Origens do Totalitarismo* a autora trata da violência do Imperialismo

<sup>40</sup> Ibid., p. 222-225.

e sua relação com o contrato hobbesiano. Segundo ela, o imperialismo consistiu em uma expansão da força do Estado sem a expansão do corpo político: nas colônias não haviam instâncias de participação política e de debate público, nem mesmo de representação política. Assim, o Estado metropolitano exportou apenas seu braço repressor e violento, a saber, a polícia e o exército. A função desta repressão era garantir que a expansão econômica fosse lucrativa: assegurar que o capital supérfluo — isto é, o qual não podia ser investido na Europa — pudesse ser investido em outros lugares de modo rentável. Para tanto, era preciso exportar além de dinheiro, formas de repressão e violência — assim, a exploração dos recursos naturais e do trabalho dariam o maior lucro possível.<sup>41</sup>

Arendt ainda afirma que a filosofia de Hobbes trata de um Estado capaz de acumular cada vez mais força e que tal estrutura política serve perfeitamente para a acumulação capitalista e para a mentalidade burguesa — preocupada com os interesses individuais e egoístas, com o lucro, e com o “outro” como potencial ameaça à sua propriedade e segurança. Na teoria hobbesiana, a força do Estado, o monopólio da violência, é um meio para garantir a segurança. E se, em algum momento, uma ordem estável e segura for atingida, o Estado hobbesiano entraria em decadência. Por esta razão, a autora diz que somente a constante e iminente possibilidade de guerra pode conferir permanência a este Estado. Em outras palavras: para ter durabilidade, a estrutura política precisa afirmar que a segurança está constantemente em risco. Assim, o Estado deve cada vez mais acumular força para conter esse inimigo

<sup>41</sup> ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 166 (São Paulo: Companhia da Letras, 1989).

sempre presente e esta ameaça constante.<sup>42</sup> Arendt também chama atenção para o fato de que o avanço do capitalismo ameaça a segurança e a propriedade individual, pois a acumulação exige expropriação e exploração crescentes. Nesse contexto, a acumulação gera insegurança para a maioria. Para que esse processo continue é preciso um Estado que intimide esta maioria a qual sofre com a desapropriação e exploração.

De acordo com a autora, antes da emergência do capitalismo, a propriedade e a riqueza eram destinadas ao uso. Depois, tornaram-se parte do processo de acumulação e de aumento de lucro. Assim, tanto a propriedade quanto a riqueza deveriam entrar no processo de acumulação, deveriam ser investidas de modo a se valorizar mais, gerando e aumentando o lucro. Com isso, a propriedade perdeu seu significado político que consistia em dar às pessoas um lugar próprio no mundo, um abrigo, um lugar fixo que assinalava seu enraizamento em uma comunidade. No capitalismo, o Estado não garante a propriedade enquanto direito de pertencer a uma comunidade política; ele garante o processo de acumulação e estimula o uso da propriedade para gerar mais dinheiro. Por isso, Arendt conclui que o processo ilimitado de acúmulo de capital necessita de uma estrutura política que acumule cada vez mais força e que não se preocupe com a participação popular e o espaço público. Em suas palavras:

Embora nunca inteiramente reconhecido, Hobbes foi o verdadeiro filósofo da burguesia, porque compreendeu que aquisição de riqueza, concebida como processo sem fim, só pode ser garantida pela tomada do poder

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 171-173.

político, pois o processo de acumulação violará, mais cedo ou mais tarde todos os limites territoriais existentes.<sup>43</sup>

Segundo a autora, a acumulação de riqueza e poder só pode levar à violência e dominação em todo o globo terrestre. A narrativa dos ogonis sobre o modo como suas terras foram invadidas e o seu povo oprimido — primeiro pelo governo colonial e depois pelo governo nigeriano em nome do lucro da Shell —, confirma a relação entre acumulação, violência, dominação e Estado, afirmada por Arendt. Sem a violência e a opressão do Estado, a prospecção de petróleo no Delta do Níger não seria tão lucrativa.

Levando em consideração a relação entre o contrato hobbesiano, o Imperialismo, e o conto de Ken Wiwa no filme, vemos que a teoria do contrato, além de justificar a dominação colonialista, imperialista e o uso da violência, ainda, fundamenta o desenraizamento de muitos povos e a destruição de comunidades políticas. Pois, qualquer que seja a relação que um povo tenha com o lugar em que vive, e as relações públicas e culturais ali constituídas, elas devem ser aniquiladas para que todos os espaços entrem no processo de acumulação de capital e para que as relações entre os membros de qualquer comunidade visem, principalmente, ao lucro.

## CONSTITUIÇÃO, DOMINAÇÃO, AÇÃO E IMAGINÁRIO POLÍTICO

No filme, vimos que Ken Wiwa relaciona esta

<sup>43</sup> Ibid., p. 175.

ideia de contrato, que fundamenta a dominação e a exploração, com a Carta Constitucional que o Estado nigeriano duramente impôs ao povo ogoni. Para Arendt, o termo constituição carrega em si uma ambiguidade: ele designa tanto o ato de constituir leis quanto as leis constituídas. Assim, em um sentido, a constituição nomeia a ação de um povo em criar leis e instituições para organizar a vida em comunidade e estabelecer laços entre as pessoas; e, em outro sentido, se refere ao documento que registra as leis, isto é, a Carta Constitucional. Na perspectiva da autora, não se deve concluir a partir desta ambiguidade que a constituição consiste em um ato de governo que impõe leis a um povo. Ao contrário, constituir é um tipo de ação em que um povo estabelece um corpo político e princípios de governo para si. Segundo a autora Thomas Payne acerta ao afirmar que: “Uma constituição não é o ato de um governo, e sim de um povo constituindo um governo”.<sup>44</sup>

Assim, no pensamento político arendtiano, o termo constituição está relacionado à promessa mútua e aquele tipo de contrato que estabelece igualdade, reciprocidade e confiança entre os membros de uma comunidade. Este tipo de constituição gera poder pois está assentado na ação em conjunto. Nas palavras da autora: “A faculdade humana de fazer e manter promessas guarda um elemento da capacidade humana de construir o mundo.”<sup>45</sup> Nesse sentido, a Carta Constitucional tem o papel de registrar o pacto que liga os concidadãos, tem a missão de resguardar as instituições e espaços constituídos pelo povo e estabelecer as regras da convivência pública.

Contudo, Arendt afirma que tanto a tradição

<sup>44</sup> ARENDT, *Sobre a Revolução*, p. 193.

<sup>45</sup> Ibid., p. 228.

filosófica quanto as experiências históricas validam a ideia e a prática que entende Constituição como um conjunto de leis impostas a um povo. As Cartas Constitucionais impostas surgem, de acordo com a autora, da desconfiança no poder coletivo e do medo da ação popular. Por isso, visam à limitação ou destruição da participação e do poder do povo. Nestes casos, a ação ampliada é esvaziada em nome da fabricação de leis e instituições feitas por especialistas que redigem uma Carta Constitucional como se ela fosse “um pudim que se faz com uma receita”.<sup>46</sup> Este tipo de Constituição, ao limitar o poder do povo, tem como fundamento o contrato social que produz dominação, já que divide a comunidade entre governantes e governados, e estabelece o Estado como detentor da força.

Importante frisar que a autora discute sobre o termo constituição a partir dos movimentos revolucionários. Segundo ela, enquanto os levantes revolucionários tinham como objetivo estabelecer uma nova constituição por meio da ação popular, a principal medida antirrevolucionária consistia em impor uma Carta Constitucional a um povo, para que ele fosse governado de acordo com leis heterônomas. Arendt aponta que Constituições foram impostas na Europa no período entre guerras, e nas antigas colônias europeias que conquistaram independência, depois da Segunda Guerra Mundial.

No filme, Ken Wiwa nos mostra que uma Carta Constitucional imposta, além de limitar o poder popular, confere a um governo o direito de posse de terras, de posse dos recursos naturais e também estabelece o direito de oprimir, explorar, escravizar e matar.

Sobre a relação entre Carta Constitucional,

<sup>46</sup> Ibid., p. 192.

direitos e nacionalidade, Arendt ainda aponta para um outro problema. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento proveniente da Revolução Francesa, indicava que o ato de constituir deveria estabelecer novos direitos, novos princípios de convivência e novas instituições públicas que resguardassem tais direitos e princípios, bem como possibilitassem a participação do povo no governo. No entanto, a referida Declaração engendrou um problema político ao identificar povo com nação, ao fundamentar os direitos num dado natural. Ou seja, os direitos passaram a ser entendidos como naturais e vinculados com o nascimento. Assim, os direitos não foram mais entendidos como artificiais, criados pelos seres humanos por meio de acordos e pactos. Além disso, povo deixou de ser entendido como uma pluralidade de agentes e passou a ser concebido como uma massa homogênea que é igual na medida em que tem o mesmo nascimento e as mesmas características.<sup>47</sup>

Podemos notar, olhando a experiência da colonização, do imperialismo e também a partir da fala de Ken Wiwa, que ao interligar direito e nascimento se estabeleceu igualdade entre quem pertence à mesma nação e desigualdade entre quem pertence a etnias distintas. Divisões entre nações civilizadas e selvagens, assim como raças superiores e inferiores, fundamentaram a dominação de povos considerados menos civilizados por meio da imposição de governos e de Cartas Constitucionais. Este modelo etnocentrista, que promove a desigualdade entre nações, fundado numa suposta natureza e diferença racial, contraditoriamente, foi reforçado pela referida Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Tal

<sup>47</sup> Ibid., 196-197.

modelo não só fundamentou a exploração colonial e imperialista, mas continua operando no presente. O termo colonialismo interno, que Ken Saro-Wiwa utilizou em seus escritos, indica justamente a continuidade desta lógica de opressão de grupos étnicos dominantes sobre outros grupos. Os conflitos vividos na Nigéria são prova disto: os três maiores grupos étnicos (haucás-fulanis, igbos e iorubas) disputam o poder político e econômico no país e oprimem as demais minorias étnicas, entre elas os ogonis.<sup>48</sup>

O MOSOP, através da publicação da Carta de Direitos do Povo Ogoni, em agosto de 1990, procurou se apropriar da linguagem jurídica da política ocidental e do ato de declarar direitos para tratar de três aspectos. Primeiro, para denunciar o colonialismo interno através da imposição de duas Cartas Constitucionais no país, em 1979 e 1989, feitas por regimes militares e que legitimavam a violação de direitos, invasão de território e exploração de recursos naturais de minorias étnicas. Segundo, para registrar o pacto mútuo dos ogonis — os princípios e direitos que foram coletivamente debatidos e apoiados pelos membros do MOSOP. Terceiro, para propor um governo plural na Nigéria. A Carta de Direitos do Povo Ogoni indicava que a Constituição nigeriana deveria ser constituída democraticamente para garantir a coexistência de deferentes modos de vida — assegurando uma associação entre os diferentes povos que vivem no território nigeriano e, ao mesmo tempo, garantindo o direito de cada um a sua cultura, língua e epistemologia.

<sup>48</sup> DASSOLER, E. *Ken Saro-Wiwa, presente!: discussões sobre arte, ativismo e racismo ambiental*, p. 88-94 (Tese de Doutorado em Artes Visuais. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017).

Entendo que a redação e publicação da referida Carta, assim como as manifestações de Ogoni Day, foram importantes atos políticos, pois procuraram estabelecer um diálogo entre os povos que vivem na Nigéria e também uma articulação entre a linguagem e o modo de manifestação política de ogoni e da tradição europeia — para que o mundo pudesse assim reconhecer que a exploração de petróleo por empresas multinacionais europeias atuando no Delta do Níger estavam gerando violência e destruição de povos e ecossistemas. Contudo, os atos políticos dos ogonis esbarraram na contradição presente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão — que liga direitos à nação e entende que uma população deve ser homogênea e uniforme. Nessa concepção de contrato, com a divisão entre governantes e governados, a lei é feita por poucos e sustentada pela coação e violência.

A despeito desta contradição presente na Declaração, das experiências de imposição de Cartas Constitucionais, da dominação e opressão vivida no século XX por diversas comunidades e da dualidade no termo constituição, estou de acordo com Arendt quando ela enfatiza que a constituição enquanto ação significa fundar um espaço público político livre. Segundo a autora, a fundação de um espaço público político engendra tanto uma Carta Constitucional — a qual cria direitos e instituições — quanto uma história, uma narrativa. Como nos lembra Bignotto “[...] podemos dizer que Hannah Arendt estruturou seu pensamento em dois eixos: a questão da Constituição e aquela dimensão simbólica e imaginária da fundação”.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> BIGNOTTO, Hannah Arendt e a Revolução Francesa, p. 52 (O que nos faz pensar. [S.l.], v. 20, n. 29, p. 41-58, maio de 2011.)

Para Arendt, a principal questão que envolve uma constituição não é a capacidade de escrever um novo código de leis, portanto, não é uma questão técnica e jurídica. É sim a criação de instituições que resguardem a participação ampliada e plural e a criação de um plano simbólico, um imaginário político, capaz de animar e inspirar a ação não só no tempo presente, mas também no futuro.

Assim, uma das principais questões no ato de constituir é como manter o pacto mútuo que uma comunidade estabeleceu, de modo que ele possa inspirar os atos e as gerações futuras a lembrar, revigorar e atualizar seu princípio. A narrativa da fundação, que pode ser mitológica ou histórica, parece ter um papel fundamental uma vez que possibilita lembrar e reencenar as ações, e faz com que os grandes feitos e atos passados se tornem exemplares.<sup>50</sup> Nesse sentido, contar uma história sobre um povo é fundamental para revigorar e atualizar suas promessas e seus modos de ação.

A partir dessas considerações sobre constituição, declaração de direitos e narrativa, se faz possível entender que, se, por um lado, a Carta de Direitos do Povo Ogoni não conseguiu proteger as pessoas da violência do Estado e das multinacionais, por outro, a elaboração e a divulgação da referida Carta engendrou

<sup>50</sup> Ao tratar da fundação e da narrativa, Hannah Arendt retoma Roma uma vez que o ato inicial se estendeu por toda a história da cidade, que era alargada e aumentada de acordo com o princípio que lhe deu origem. A noção de fundação romana estava relacionada com o início, a preservação e o cuidado com o espaço público. A preservação e o cuidado estão ligados com a narrativa do início (ARENDR, *Sobre a Revolução*, p. 260-272). A autora já havia tratado deste tema em ARENDR, *A Condição Humana*, p. 234.

uma narrativa politicamente importante: a história do sofrimento dos ogonis com a exploração do petróleo e a história de luta do MOSOP.

## NARRATIVA E POLÍTICA

Em *A Condição Humana*, Arendt trata da relação entre narrativa e política, da importância de se contar histórias sobre os atos e sofrimentos humanos. Uma história sempre trata de um evento e de um agente, alguém singular que atuou no mundo e, deste modo, revelou sua singularidade. Para a autora, cada evento tem um significado único e a narrativa sobre o desenrolar dos acontecimentos desvela esse significado. Assim, contar uma história consiste em falar sobre os feitos de um agente que revela o “quem” deste agente. A singularidade de uma pessoa só pode ser vislumbrada por meio de uma narrativa, pois descrever as qualidades ou o caráter de alguém faz com que a singularidade e a unicidade específica escape, seja perdida, uma vez que qualidades e caráter estão ligadas a tipologias, são comuns a outras pessoas.<sup>51</sup> Desse modo, a essência viva de alguém se manifesta no fluxo da ação e da fala e só pode aparecer de maneira adequada em uma história.

Se articularmos a reflexão da autora acerca das narrativas presentes em *Sobre a Revolução* e *A Condição Humana*, podemos relacionar a história que emerge do ato de constituir e da revelação do quem. Narrar os feitos e sofrimentos de um povo não somente rememora suas promessas, seus princípios comuns e os agentes envolvidos na ação, mas acaba também por

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 226-227.

desvelar o quem deste povo, isto é, a pluralidade que ele comporta e sua singularidade específica. Desvela a maneira própria com que os diversos agentes se relacionam e vivem juntos nesta comunidade. Nesse sentido, a narrativa sobre os feitos de um povo, ao manifestar sua pluralidade e singularidade, opõe-se à ideia de homogeneidade de uma nação.

Ken Saro-Wiwa, Ken Wiwa e Elisa Dassoler, ao narrarem os acontecimentos dos ogonis, não falam apenas a respeito da opressão e do sofrimento desse povo, mas também revelam o quem dos ogonis. Desvelam seu imaginário político e seu lugar. São narrativas que fazem aparecer a pluralidade da Nigéria, mostram que o país não é formado por uma população homogênea e uniforme. No momento em que Ken Wiwa opõe a palavra dos ogonis à palavra da Carta Constitucional nigeriana, ele mostra, reivindica e atualiza o lugar dos ogonis no mundo. Sua narrativa confere pertencimento, diz qual é o lugar próprio desse povo no mundo, seu modo de viver e de constituir um espaço comunitário.

Para Arendt, o desvelamento do quem se dá no espaço mundano — o qual muda conforme o contexto histórico, material e subjetivo. Assim, o mundo envolve tanto um espaço objetivo, material, permeado de coisas naturais e de coisas fabricadas pelos seres humanos, quanto um espaço intersubjetivo, não-tangível, uma teia de relações humanas. Cada um que adentra o espaço público se move entre objetos e coisas, age e fala na presença de outros, que, por sua vez, também atuam e discursam. Desse modo, agentes, feitos e palavras se conectam e se afetam mutuamente.<sup>52</sup> As histórias e narrativas fazem parte desta teia de relações, surgem

<sup>52</sup> Ibid., p. 228.

quando os seres humanos convivem juntos, falam sobre o mundo em que vivem, seus feitos, sofrimentos e modos de associação.

Em *Homens em tempos sombrios*, Arendt afirma que a teia de relações humanas guarda um estoque de histórias e eventos, os quais só podem ser contados por aqueles e aquelas capazes de olhar para esta teia e tecer uma narrativa com o auxílio da imaginação. Em suas palavras:

[...] o mundo está cheio de histórias, de acontecimentos e ocorrências e eventos estranhos, que só esperam ser contados, e a razão pela qual geralmente permanecem não contados é, segundo Isak Dinensen, a falta de imaginação.<sup>53</sup>

Assim, para extrair uma história do mundo e poder narrá-la bem é preciso antes recontar e representar tal história na imaginação. Imaginar aqui consiste em repetir eventos, feitos e sofrimentos na mente para encontrar o sentido dos acontecimentos e, por meio disso, tornar possível a conciliação com o que ocorreu no mundo. Segundo Arendt:

Todas as dores podem ser suportadas se você as puser numa história ou contar uma história sobre elas. A história revela o sentido daquilo que, do contrário, permaneceria uma sequência intolerável de puros acontecimentos.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 88 (São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

<sup>54</sup> Ibid., p. 95.

Para Arendt, contar histórias torna possível o exercício de condensação e transformação. A condensação consiste em destilar os acontecimentos até extrair o seu sentido, sua essência e, ainda, desvelar a singularidade dos agentes que aparecem numa história. Já a transformação, está ligada à compreensão do mundo, a reconciliação com as coisas tal como elas são e ocorreram. Consiste em conferir significado ao que foi vivido. Reconciliação com a realidade não quer dizer perdoar ou aceitar a realidade, mas consiste em suportar e encarar aquilo que fazemos e sofremos. E, principalmente, em entender o que está em jogo no nosso tempo. Ao compreender o que se passou e o que se passa, ao buscar o significado dos acontecimentos, é possível o engajamento no espaço público.

É por isso que, no pensamento de Arendt, narrar uma história revigora a política. Uma história pode inspirar as pessoas a agir de diversas maneiras: ao revelar as singularidades dos agentes, permite que um conjunto de seres plurais se associem e ajam de forma coordenada para realizar algo no mundo; uma história, ao rememorar os princípios compartilhados, as promessas de um povo, permite que uma comunidade permaneça unida, apesar dos sofrimentos e problemas enfrentados; uma narrativa, ao lembrar de atos e lutas passadas, possibilita que a luta continue e que um ato seja revigorado, reençado; por fim, contar uma história, ao contribuir com a compreensão do que está em jogo no presente, possibilita a intervenção no mundo.

Ken Wiwa ao contar seu conto satírico e narrar a história de luta e sofrimento dos ogonis, é capaz de suportar o que ocorreu com seu pai e com seu povo. Além disso, ele reafirma a ligação entre narrativa e política, pois mostra que contar histórias

pode ser em si um ato político. Ken Wiwa resistiu à opressão imposta pela Carta Constitucional e à violência do Estado nigeriano — que destruiu vilas, estuprou e torturou pessoas, e matou seu pai e muitos outros ogonis — tecendo narrativas. A partir de sua fala, podemos compreender que tanto a história de um povo quanto as ficcionais, tal qual seu conto, apontam para o que está em jogo no presente — fazem aparecer a pluralidade humana ao indicar as raízes de um povo, sua cultura, seu lugar, formas de agir e seu sofrimento. São narrativas que mobilizam a dimensão simbólica e o imaginário político em favor da ação em conjunto e se colocam contra a palavra escrita da tecnicidade jurídica e contratual, que tem fundamentado a dominação e sustentado a violência.

Ken Wiwa fez de sua narrativa um ato de resistência contra a execução dos Nove Ogonis. Como vimos no filme e neste livro, eles foram condenados injustamente por um tribunal de exceção, enforcados, jogados numa vala coletiva e, em seguida, seus corpos foram queimados por ácido. Queriam a qualquer custo eliminar os vestígios de suas presenças no mundo. Diante desta tentativa de apagamento da vida e dos corpos de líderes do MOSOP, o que restou? Restou a narrativa, restou contar a história do MOSOP e de seus ativistas assassinados. Essa história, sabemos, nenhum ácido é capaz de corroer.

As narrativas de Ken Wiwa desvelam os dilemas que diversas comunidades sofrem desde o início do capitalismo. Nesse contexto, ao dizer “precisamos contar nossas histórias”, Ken Wiwa age politicamente e, ainda, inspira e convida quem ouve suas histórias a agir.

Elisa Dassoler aceitou esse convite ao se tornar uma contadora de histórias neste livro que relata a

vida e a luta de Ken Saro-Wiwa. Por meio de sua narrativa, ela o faz presente entre nós, salva seus feitos do esquecimento e nos permite refletir sobre racismo ambiental, colonialismo, violência, arte e política. Desse modo, a potência política da narrativa é reafirmada na medida em que trata de temas centrais de nosso tempo e rememora o exemplo de luta e resistência dos ogonis.

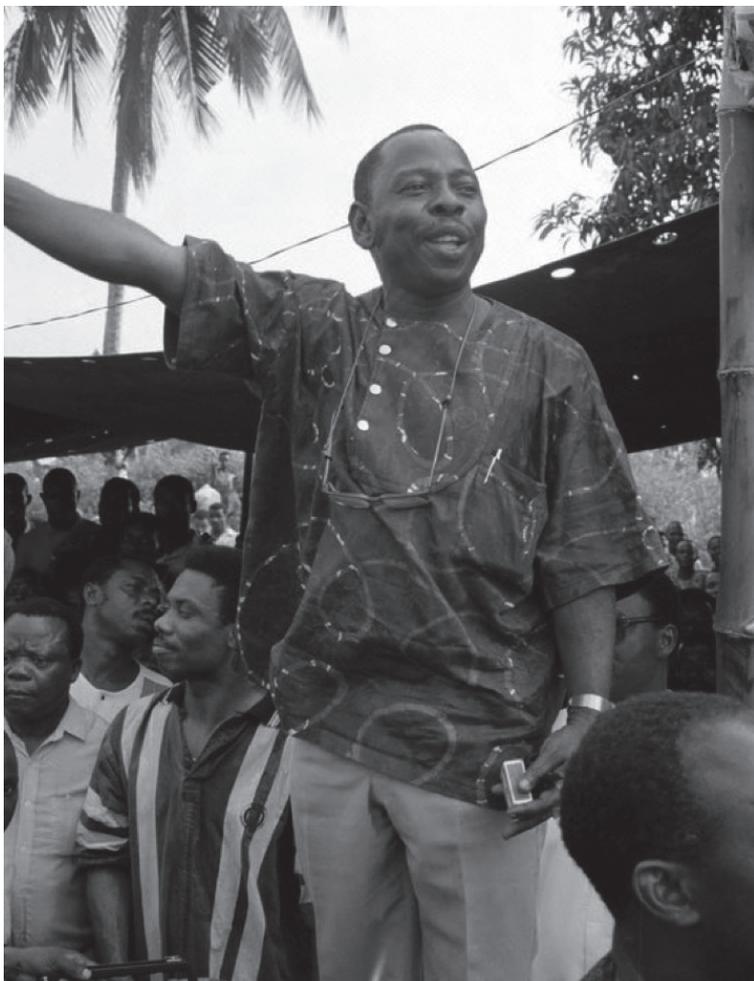
*Mariana de Mattos Rubiano\**  
São Paulo, fevereiro de 2020.

---

\* Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo, atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Autora de diversos artigos sobre o pensamento de Hannah Arendt, publicou em 2016, pela editora Prismas, o livro “Liberdade em Hannah Arendt”.

GALERIA

SARO-WIWA



Ken Saro-Wiwa em Ogoni, 04 de janeiro de 1993 (Ogoni Day) / FOTO: TIM LAMBON

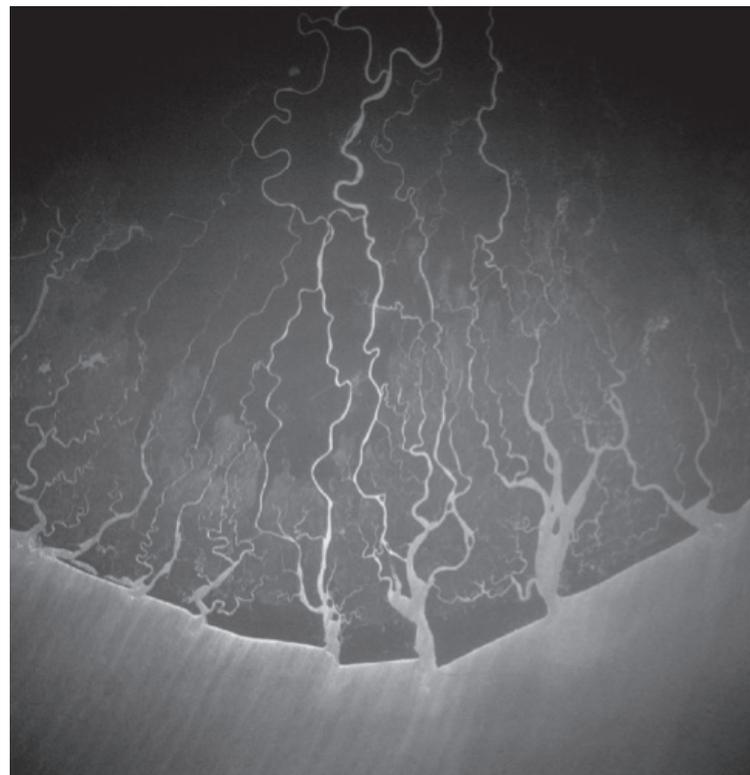
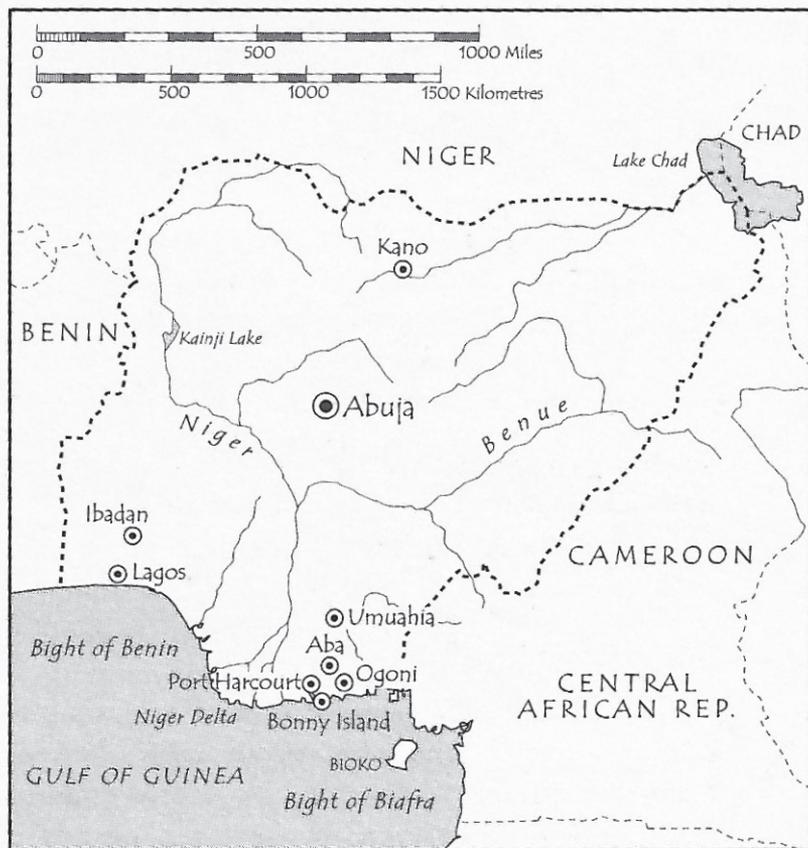
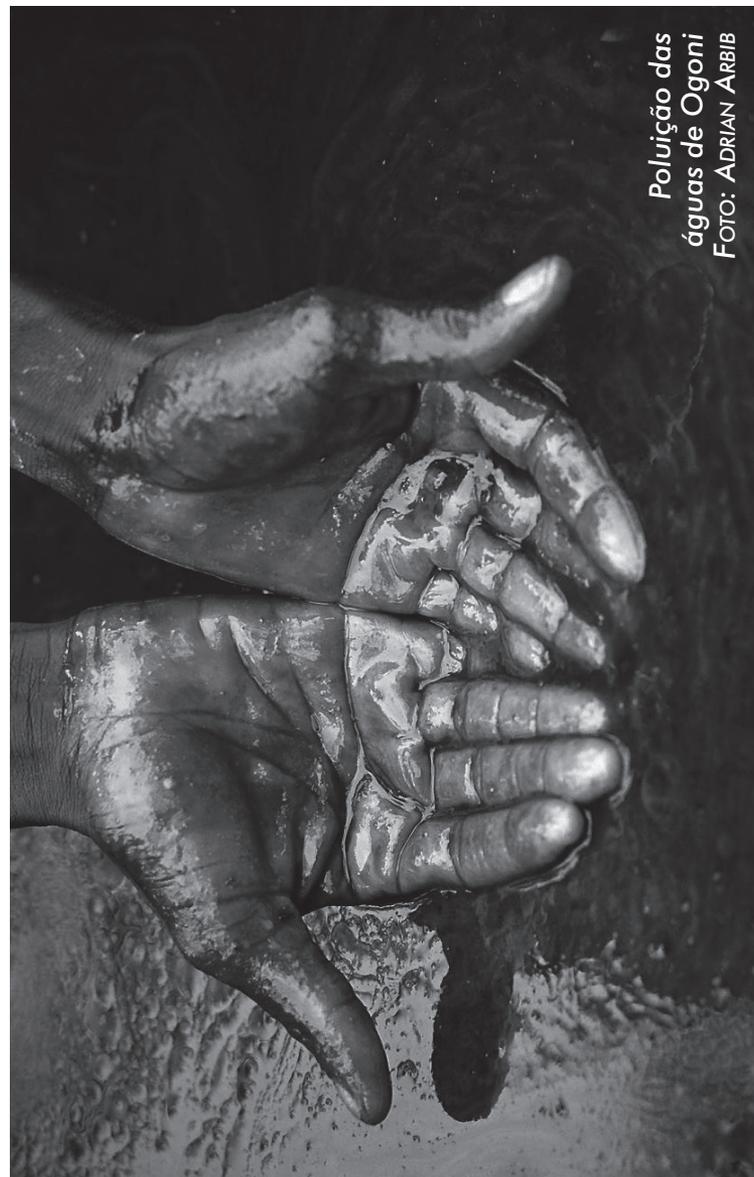


Imagem de satélite do Delta do rio Níger / FONTE: NASA



# NIGERIA

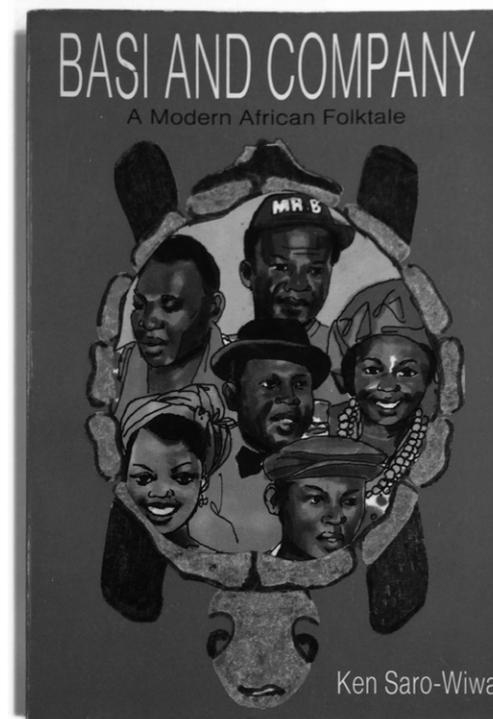
**Mapa da Nigéria / FONTE: WIWA, KEN. IN THE SHADOW OF A SAINT: A SON'S JOURNEY TO UNDERSTAND HIS FATHER'S LEGACY. DOUBLEDAY. LONDON: TRANSWORLD PUBLISHERS, 2000**



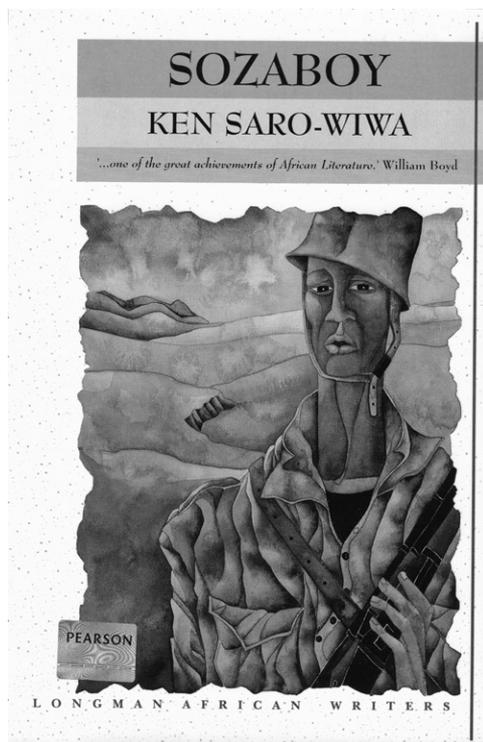
**Poliuição das  
águas de Ogoni  
FOTO: ADRIAN ARBIB**



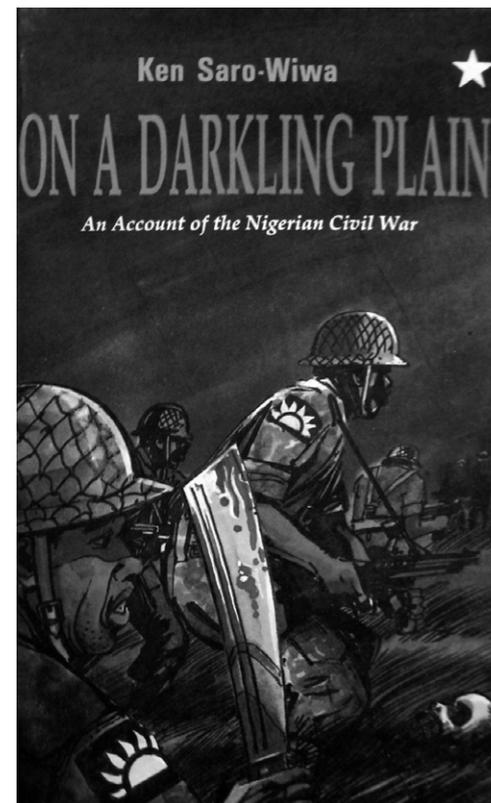
Degradação ambiental  
em Ogoni!  
Foto: Kadir van Loon



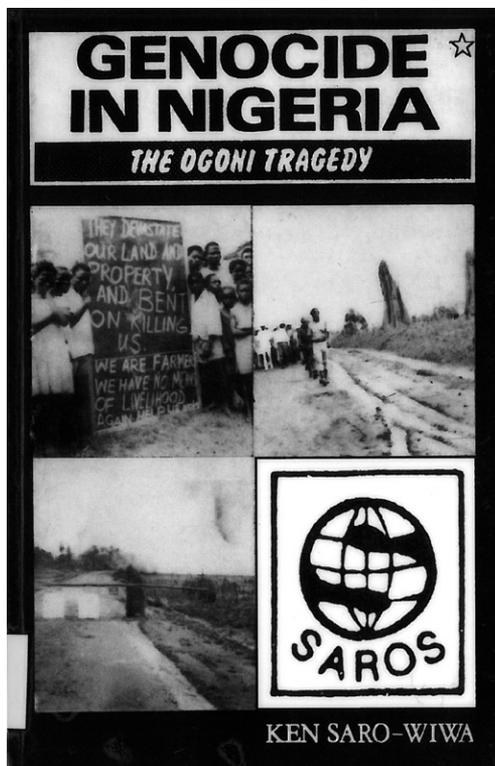
*Capa de um dos livros da série  
Basi and Company de Ken Saro-  
Wiwa / FONTE: SARO-WIWA, KEN.  
BASI AND COMPANY: A MODERN AFRICAN  
FOLKTALE. PORT HARCOURT: SAROS  
INTERNATIONAL PUBLISHERS, 1987*



Capa do livro *Sozaboy* pela editora Longman African Writers. Fonte: SARO-WIWA, Ken. *Sozaboy: a novel in rotten English*. London: Longman African Writers, 1994



Capa do livro *On Darkling Plain: an account of the Nigerian Civil War*. FONTE: SARO-WIWA, KEN. *ON A DARKLING PLAIN: AN ACCOUNT OF THE NIGERIAN CIVIL WAR*. PORT HARCOURT: SAROS INTERNATIONAL PUBLISHERS, 1989

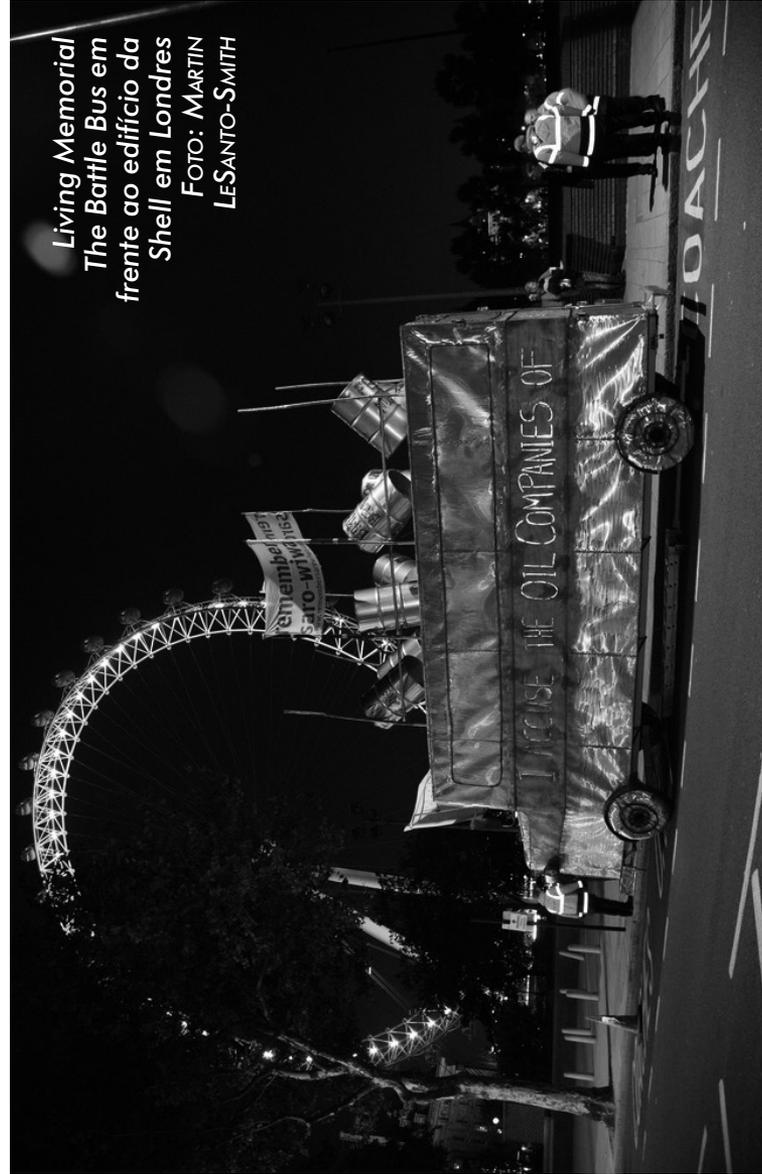


Capa do livro *Genocide in Nigéria: The Ogoni Tragedy*.  
FONTE: SARO-WIWA, KEN.  
*GENOCIDE IN NIGERIA: THE Ogoni TRAGEDY*. PORT HARCOURT: SAROS INTERNATIONAL PUBLISHERS, 2005



Ogoni Day: manifestantes ogonis durante a marcha de 04 de Janeiro de 1993.  
FONTE: <http://www.occupy.com/article/shells-20-year-infamy-remembering-ken-saro-wiwa-and-ogoni-resistance#sfhash.fCLx07Js.dpbb>

Os Nove Ogonis / AUTORIA: PLATFORM LONDON





# KEN SARO-WIWA PRESENTE!

um documentário de Elisa Dassoler

direção e produção  
ELISA DASSOLER  
montagem GUTO PRESTA  
trilha sonora original TIÊ ALVES

BRASIL | 2017

WINNER  
Mostra SESC de  
Cinema de  
Santa Catarina  
2018 - Brasil

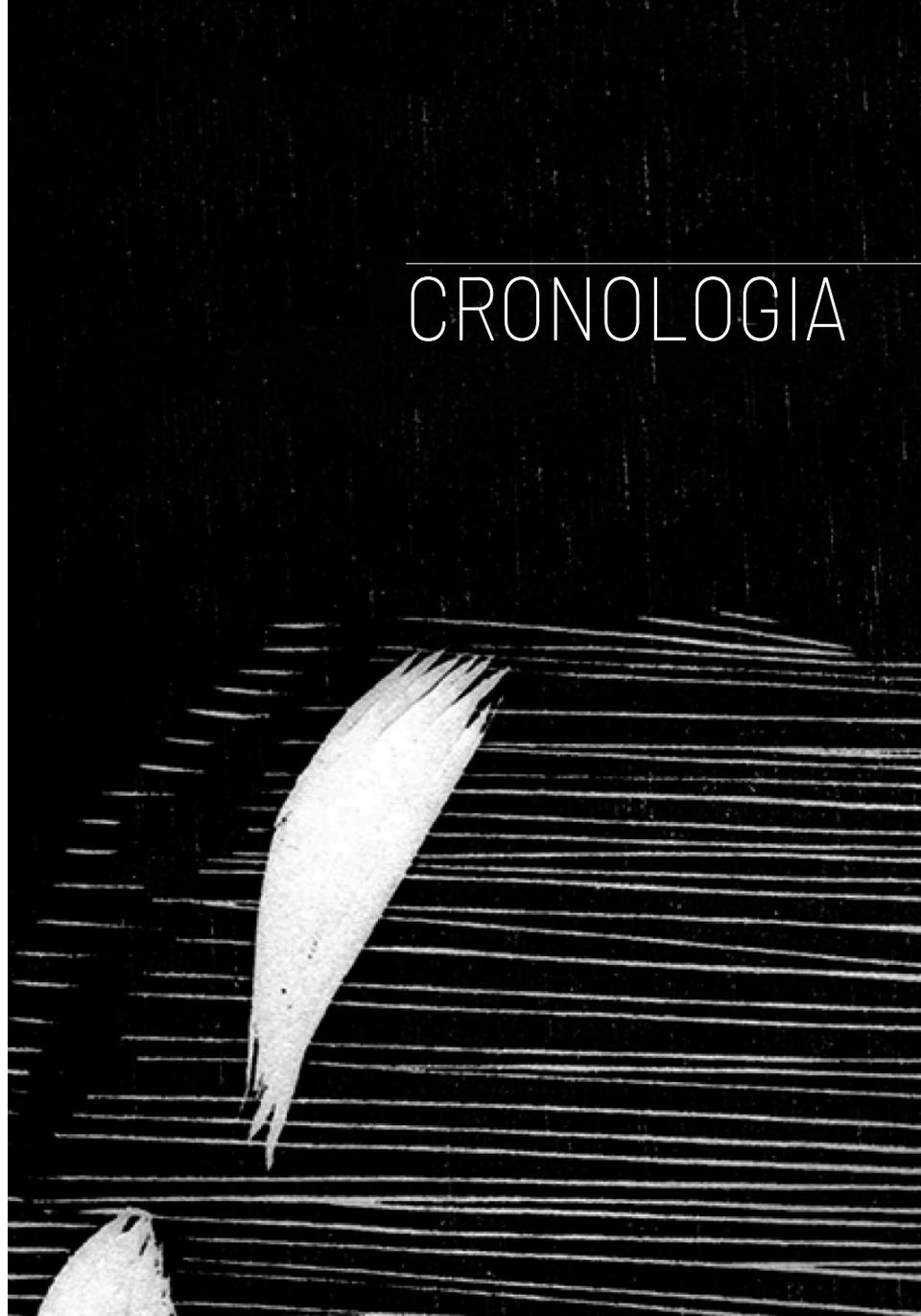
OFFICIAL SELECTION  
African  
Diaspora  
Cinema Festival  
2018 - Italy

OFFICIAL SELECTION  
Voices from the  
Wildlife International  
Traveling Film  
Festival  
2018 - India

Cartaz do documentário Ken Saro-Wiwa, presente! (2017)

AUTORIA: ELISA DASSOLER

# CRONOLOGIA



1914 • Criado o Estado-nação Nigéria como colônia do Reino Unido.

1941 • 10 de outubro: nasce, em Ogoni (Nigéria), Kenule Beeson Saro-Wiwa, primeiro filho de Widu Wiwa e do chefe Jim Wiwa.

1954 • Ken Saro-Wiwa (KSW), aos 13 anos, ganha uma bolsa de estudos do governo para estudar no prestigioso colégio de Umuahia, a 125 quilômetros de Ogoni.

1956 • Engenheiros da Shell-BP encontraram petróleo no Delta em quantidade suficiente para a exploração comercial. Nesse mesmo ano, o governo colonial revoga a Ogoni Native Authority e inicia-se o processo de balcanização de Ogoni.

1958 • A Shell-BP começa a explorar petróleo em Ogoni. Aos 17 anos de idade, KSW passa a escrever cartas anônimas aos jornais nigerianos manifestando-se contra a atuação irresponsável da empresa na região.

1960 • 1º de outubro: a independência da Nigéria é concedida pelos colonizadores britânicos.

1961 • KSW ingressa na Universidade de Ibadan, no curso de bacharelado em Inglês.

1965 • KSW termina sua graduação, aos 24 anos de idade.

1965-1967 • KSW trabalha como professor de inglês nas cidades de Port Harcourt, Umuahia e Nsukka.

1967 • 6 de julho: início da Guerra da Civil Nigeriana, também chamada de Guerra de Biafra. KSW foge de Nsukka com sua esposa, Maria, para a cidade de Lagos. Em outubro, é convidado pelo governo federal a ocupar o cargo de Administrador de Bonny.

1970 • 15 de janeiro: término da Guerra de Biafra. KSW continua trabalhando no governo, mas agora como Secretário da Educação da província de Rivers. Em abril, chefes ogonis enviam ao governo uma petição de queixa às operações da Shell. Em julho, uma explosão no campo petrolífero da Shell-BP, em Ogoni, aprofunda o ecocídio na região.

1973 • Demitido do governo, KSW abre, em Port Harcourt, sua própria empresa, a Saros Internacional Limited.

1973 • KSW publica *Tambari e Tambari in Dukana*.

1979 • KSW publica o livro *Mr. B*.

1983 • KSW publica o livro *A bride for Mr. B*.

1985 • Lançamento da série cômica *Basi and Company*, sendo KSW o criador, produtor e um dos roteiristas.

1985 • KSW transforma a Saros International em uma editora popular.

1985 • KSW publica o romance antiguerra *Sozaboy* e o livro *Songs in a time of war*.

1985 • KSW recebe da Associação dos Escritores Nigerianos o prêmio Poetry Prize Runner-up pelo livro *Songs in a time of war*.

1986 • KSW publica o livro *A forest of flowers*.

1987 • KSW publica o livro *Basi and Company: four television plays*.

1987 • KSW recebe o prêmio Commonwealth Writer Prize pelo livro *A forest of flowers*.

1988 • Enormes vazamentos de petróleo ocorrem em Ogoni.

1988 • KSW publica o livro *Prisoners of Jeb's*.

1989 • KSW é eleito presidente da Ogoni Central Union.

1989 • KSW publica diversos livros: *On a darkling plain*, sobre a guerra civil nigeriana; duas ficções: *Four farcical plays* e *Adaku and other stories*, além de quatro livros infantojuvenis: *The transistor radio*, *Mr. B goes to Lagos*, *Mr. B. goes to the Moon*, *Mr. B. — Junior series 2*.

1990 • KSW publica o livro de contos *The singing anthill: Ogoni folktales*.

1990 • KSW assume a presidência da Associação dos Escritores Nigerianos.

1990 • 2 de outubro: fundação do MOSOP, com a publicação da Carta de Direitos do Povo Ogoni. KSW

assume o cargo de porta-voz do movimento.

1991 • KSW publica seus três últimos livros infantojuvenis — *Segi finds the radio*, *A shipload of rice* e *Mr. B's matters* —, duas obras de ficção — *Pita Dumbrok's prison* e *Lemona's tale* — e dois livros não ficcionais: *Similia: essays on anomic Nigeria* e *Nigeria: The brink of disaster*.

1992 • KSW publica o livro *Genocide in Nigeria: the Ogoni tragedy*.

1993 • KSW publica a obra *The Ogoni nation today and tomorrow*.

1993 • KSW é eleito vice-presidente da Organização das Nações e Povos Não Representados (UNPO). Também conhecida como “ONU alternativa”, a UNPO é uma associação internacional composta por minorias étnicas, povos e estados não reconhecidos.

1993 • 4 de janeiro: manifestação histórica em Ogoni, em que mais de 300 mil pessoas declaram de forma festiva e pacífica seu repúdio à Shell.

1993 • KSW é detido e interrogado diversas vezes em

abril. Em 21 de junho, é preso em Port Harcourt durante 32 dias. Seu diário de detenção, intitulado *Um mês e um dia*, foi publicado em 1995.

1993 • 15 de julho: ataques no rio Andoni; 132 ogonis são mortos. Duas mulheres sobrevivem e relatam a tragédia.

1993 • 17 de novembro: o general Sani Abacha dá um golpe militar na Nigéria.

1994 • 21 de maio: KSW é preso pelo governo federal sob a acusação de envolvimento na morte de quatro chefes tradicionais de Ogoni.

1994 • KSW recebe dois prêmios internacionais: Right Livelihood Award (conhecido como o Prêmio Nobel Alternativo) e Fonlon-Nichols Prize.

1995 • KSW publica, em Londres, o livro *A month and a day: a detention diary*.

1995 • Em 10 de novembro, ao lado de oito ativistas do MOSOP, KSW é executado por enforcamento nos fundos da prisão em Port Harcourt.

1995 • KSW recebe o prêmio Goldman Environmental Prize.

1998 • Morre o ditador Sani Abacha.

1999 • A Nigéria retorna ao governo civil.

2005 • Em março, o coletivo de arte Platform lança em Londres o projeto Remember Saro-Wiwa, com uma chamada pública para a realização de um memorial a Ken Saro-Wiwa. No dia 10 de novembro é anunciado o projeto vencedor: *The Battle Bus*, da escultora nigeriana Sokari Douglas Camp.

2006 • Em 10 de novembro é inaugurado, no centro de Londres, o Memorial The Battle Bus.

2009 • A Shell vai a julgamento internacional e é obrigada a pagar US\$ 15,5 milhões em indenizações aos familiares dos nove ativistas ogonis assassinados em 10 de novembro de 1995.

2010 • A Shell reconhece, perante a Suprema Corte da Nigéria, sua responsabilidade na destruição

ambiental na comunidade de Dere, em Ogoni, após enorme vazamentos ocorridos em maio de 2000.

2011 • A Shell, dessa vez em julgamento na Suprema Corte de Londres, admite a responsabilidade pelos dois imensos derramamentos de óleo no vilarejo de Bodo, em Ogoni.

2015 • Nos meses de junho e julho, o memorial *The Battle Bus* participa de seu último evento na exposição *Doing nothing is not an option*, do artista Michael McMillan, no bairro de Peckham, em Londres. Em 8 de setembro, o memorial desembarca no porto de Lagos, na Nigéria, onde deveria iniciar uma jornada de eventos até Ogoni, mas é apreendido pela alfândega nigeriana sob a alegação de que a referida obra de arte tinha “valor político” e poderia causar problemas no país. Até hoje o memorial não foi liberado, num explícito ato de censura às ideias relacionadas com o ativismo de KSW.

2017 • Em 28 de julho, lançamento do documentário Ken Saro-Wiwa, presente!, junto com a defesa de tese de doutorado em Artes Visuais de Elisa Dassoler.



### ELISA RODRIGUES DASSOLER

Doutora e mestra em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade do Estado de Santa Catarina. Realizou estágio doutorado sanduíche na University of the Arts London, no Reino Unido. Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui formação complementar em Realização de Documentários pela Escuela Internacional de Cine y TV, em Cuba. Tem experiência profissional como docente no Ensino Superior, Médio, Cursinho pré-vestibular comunitário e na Educação de Jovens e Adultos. No área do audiovisual, já realizou diversos videoclipes, teasers e curtas-metragens documentais. Seu primeiro longa-metragem, o documentário *Ken Saro-Wiwa, presente!* (2017), foi exibido em diversos festivais e mostras de cinema no Brasil e no exterior. Atualmente vive em São Paulo onde trabalha como editora e videomaker na produtora Fenda Filmes. Também participa do NÔMA, um coletivo feminista de produção audiovisual. Áreas de interesse: processos criativos colaborativos; ativismos sociais; produção audiovisual; justiça ambiental; pensamento descolonial.

Contato: [elisadassoler@gmail.com](mailto:elisadassoler@gmail.com)

Ken Saro-Wiwa foi um reconhecido escritor, produtor e ativista nigeriano que dedicou a maior parte da vida à luta contra a marginalização de grupos étnicos minoritários e a exploração abusiva de petróleo na região do Delta do Níger, na Nigéria. Em 1990, em Ogoni, sua terra natal, Ken Saro-Wiwa organizou o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni, o MOSOP, movimento de insurgência indígena contra as práticas de colonialismo energético na região. Em 1993, após uma manifestação histórica em Ogoni, com 300 mil pessoas exigindo a saída da empresa multinacional Shell, Saro-Wiwa passou a ser constantemente vigiado, intimidado e foi preso diversas vezes. Em 1995, ao lado de oito ativistas do MOSOP, ele foi injustamente condenado à pena de morte por um tribunal militar. Lembrado como mártir e símbolo do movimento de resistência pacífica no Delta no Níger, sua história de ativismo contra o genocídio de minorias étnicas e práticas de racismo ambiental permanece viva para milhares de pessoas no mundo todo. Este livro, baseado na tese de doutorado de Elisa Dassoler, conta de forma breve sua contundente história de ativismo no campo da arte e nos movimentos sociais.

